

Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.25, n.4, out./dez. 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Sandro Luis Petter Medeiros

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Renato Santos de Souza

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editores: Fabiano Nunes Vaz, Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Bolsista: Dulce Mörschbächer

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:**130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.25, n.4 (out./dez.2018)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Technology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
DOAJ - Directory of Open Access Journals
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/ElektronischeZeitschriftenbibliothek)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)
OAJI (Open Academic Journals Index)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SABIIA (Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensao.rural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensao.ruralsantamaria/>

SUMÁRIO

CARACTERIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ – MG Erica Campos Ribeiro, Marcelo Leite Gastal, Thiago Vasconcelos Melo	7
OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO ATRAVÉS DA ENTREGA DOMICILIAR DE PRODUTOS Tatiana Aparecida Balem, Ethyene de Oliveira Alves, Guilherme dos Santos Schmeling	20
PRÁTICA DAS FARMÁCIAS VIVAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, CEARÁ, E A NECESSIDADE DE UMA AÇÃO DE EXTENSÃO SISTÊMICA Leonardo Lopes Rufino, Guillermo Gamarra-Rojas, Mary Anne Medeiros Bandeira, José Ribamar Furtado de Souza, José Newton Pires Reis	40
FATORES DETERMINANTES PARA A SUCESSÃO FAMILIAR EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA Silvana Dalmutt Kruger, Maísa Aparecida Lemes da Silva, Giana de Vargas Mores, Sérgio Murilo Petri	57
DIFERENTES ABORDAGENS ANALÍTICAS PARA ESTUDOS DE MERCADOS DA PECUÁRIA Alessandra Matte	71
ESTRATÉGIAS QUILOMBOLAS: SEGMENTARIDADE E DISSENSO NA POLÍTICA ÉTNICA MARANHENSE Igor Thiago Silva de Sousa	89
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS	107

SUMMARY

CHARACTERISTICS OF A SYSTEM OF PRODUCTION IN LAND REFORM IN UNAÍ – MG	
Erica Campos Ribeiro, Marcelo Leite Gastal, Thiago Vasconcelos Melo	7
THE CHALLENGES OF AGROECOLOGICAL PRODUCTION AND THE CONSTRUCTION OF A SHORT-CIRCUIT MARKET STRATEGY THROUGH AT DOMICILIARY DELIVERY OF PRODUCTS	
Tatiana Aparecida Balem, Ethyene de Oliveira Alves, Guilherme dos Santos Schmeling	20
LIVING PHARMACIES PRACTICE IN THE MUNICIPALITY OF FORTALEZA, CEARÁ, AND THE NEED FOR A SYSTEMIC EXTENSION ACTION	
Leonardo Lopes Rufino, Guillermo Gamarra-Rojas, Mary Anne Medeiros Bandeira, José Ribamar Furtado de Souza, José Newton Pires Reis	40
DETERMINING FACTORS FOR THE PROCESS OF FAMILY SUCCESSION IN RURAL ESTABLISHMENTS IN THE WEST REGION OF SANTA CATARINA	
Silvana Dalmutt Kruger, Maísa Aparecida Lemes da Silva, Giana de Vargas Mores, Sérgio Murilo Petri	57
DIFFERENT ANALYTICAL APPROACHES FOR STUDIES OF LIVESTOCK MARKETS	
Alessandra Matte	71
QUILOMBOLAS STRATEGIES: SEGMENTARITY AND DISSIDENCE IN MARANHÃO ETHNIC POLITICS	
Igor Thiago Silva de Sousa	89
STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION	107

CARACTERIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ – MG

Erica Campos Riberio¹
Marcelo Leite Gastal²
Thiago Vasconcelos Melo³

RESUMO

A agricultura familiar no município de Unaí, MG desempenha papel fundamental, pois do total de 3.593 estabelecimentos agrícolas, 2.734 são familiares, correspondendo a 76,1% do total do município. Este trabalho teve como objetivo identificar e caracterizar os principais sistemas de produção presentes nos assentamentos, além de observar se as informações obtidas possibilitam gerar uma referência para qualificar metodologicamente a prestação de serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). O trabalho foi desenvolvido de outubro de 2013 a fevereiro de 2015 no âmbito de 10 assentamentos da reforma agrária, localizados em Unaí - Minas Gerais, e a metodologia adotada foi a de Diagnóstico Rápido e Dialogado. A elaboração da caracterização possibilitou reconhecer que o meio rural não é homogêneo e é possível fazer uma diferenciação entre os tipos de sistemas. A caracterização é uma importante ferramenta, pois permite conhecer a realidade socioeconômica da família, e propor alternativas tecnológicas compatíveis com os riscos, com a força de trabalho disponível e com os recursos financeiros da família.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural, diagnóstico, extensão rural, inclusão social

CHARACTERISTICS OF A SYSTEM OF PRODUCTION IN LAND REFORM IN UNAÍ – MG

ABSTRACT

Family farming in the municipality of Unaí, MG plays a key role, as the total of 3,593 farms, 2,734 are familiar, corresponding to 76.1% of the municipality. This study aimed to identify and characterize the main production systems present in the settlements, and see if the information obtained make it possible to generate a reference to methodologically qualify the provision of Technical Advisory Service, Social and Environmental (ATES). The study was conducted from October 2013 to February 2015

¹ Graduada em Agronomia (FACTU-Unaí). Especialista em Residência Agrária (UnB). Engenheira Agronomia da Bioflora. E-mail: ericaribeiro.agro@gmail.com

² Graduado em Agronomia (UFPEL). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Pesquisador da Embrapa Cerrados. E-mail: Marcelo.gastal@embrapa.br

³ Graduado em Zootecnia (UFRuralRJ). Mestrado em Produção Animal (UENF). Doutorado em Zootecnia (UNESP/FCAV). Professor do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFVJM e Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (PPGER) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

under 10 agrarian reform settlements, located in Unaí - Minas Gerais, and the methodology adopted was the Rapid Assessment and dialogued. The development of characterization allowed to recognize that the countryside is not homogeneous and it is possible to differentiate between the types of systems. The characterization is an important tool because it allows to know the socioeconomic reality of the family, and propose alternative technologies compatible with the risks, with the available workforce and the family's financial resources.

Keywords: diagnosis; family agriculture; rural development; rural extension; social inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A região do Noroeste de Minas permaneceu até meados do século XX com as características econômicas e sociais herdadas do período colonial, marcada por uma agricultura de subsistência que tem como principal produto econômico a pecuária (MANGGINI, 2012).

A concretização da BR-040 em 1950, ligando a microrregião ao Centro-Oeste do país e à capital Belo Horizonte, a construção da barragem de Três Marias em 1958 e a transferência da Capital Federal para Brasília no ano de 1960 (TORRES, 2000; MANGGINI, 2012) possibilitaram a expansão da fronteira agrícola e o aumento do fluxo migratório de grandes produtores para a região do Noroeste de Minas Gerais. Esse acontecimento, somado ao avanço tecnológico, aceleraram o processo de ocupação do município de Unaí e facilitaram a introdução da revolução verde, cujo pacote tecnológico é fundamentado na monocultura intensiva em mecanização e utilização de insumos e defensivos agrícolas.

Manggini (2012) considera o município um exemplo categórico do desenvolvimento da questão agrária brasileira, pois ao mesmo tempo em que possui o maior PIB Agropecuário (Produto Interno Bruto) do estado, também é líder em desigualdades no meio rural. Do total de 3.593 estabelecimentos agrícolas, 859 propriedades (23,8%) detêm 566.809 hectares, o que equivale a 83,3% do território rural do município. Já a agricultura familiar totaliza 2.734 estabelecimentos, no entanto ocupa apenas 16,6% do território, correspondente a 113.633 ha. Onde a realidade é marcada pelo grande número de assentamentos de reforma agrária, no total são 34 projetos de assentamento, totalizando 1.639 famílias assentadas.

Apesar do índice de urbanização, as principais atividades econômicas desenvolvidas no município são predominantemente baseadas na agropecuária (Prefeitura Municipal de Unaí, 2013). Do total da área plantada no município (195 mil hectares), 49,3% (96 mil hectares) é ocupado pelo plantio de soja, posteriormente o feijão ocupa 24% (48 mil hectares), milho 18,5% (36.500 hectares) e sorgo representando 6%.

O Estado teve um papel relevante neste processo por meio da implementação de programas de aproveitamento e colonização do Cerrado. Isso ocorreu através de vários planos de desenvolvimento agropecuário regional, como por exemplo o Polocentro e o Prodecer (ambos do Governo Federal); o Planoroeste (do Governo de Minas, voltado para a região noroeste do estado), o PADAp (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, também do Governo de Minas) (TORRES, 2000; SOUSA et al., 2011).

Este trabalho teve como objetivo entender o funcionamento dos sistemas de produção existentes, e caracterizar um dos sistemas, possibilitando propor alternativas tecnológicas sustentáveis, além de observar se as informações obtidas

poderão gerar uma referência de funcionamento de sistema para qualificar metodologicamente a prestação de serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMAS: PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

O ponto de partida do enfoque sistêmico é a ideia de sistema. Cientistas e filósofos há muito tempo trabalham com a ideia de sistema, para ajudar a entender e dar soluções a problemas complexos (MENDONÇA, 2014). A definição de Sistema denota um conceito antigo, originado a partir da palavra grega “Synhistanay”, cujo significado é “colocar junto”. Apesar de ter-se tornado mais evidente a partir dos anos 50, com aparecimento do fenômeno conhecido como Crise da Ciência (MENDONÇA, 2014). Segundo Pinheiro (2000), esta crise iniciou da preocupação dos cientistas em relação à crescente dificuldade de comunicação entre as várias áreas da ciência, as quais estavam se isolando em “subculturas” cada vez mais específicas.

Na concepção de Maximiano (1993): “sistema é um todo complexo ou organizado; é um conjunto de partes ou elementos que formam um todo unitário ou complexo”. Christofolletti (1979), considerando que os sistemas funcionam executando processos que visam obter determinadas respostas, define o sistema como “conjunto de objetos ou atributos de suas relações, que se encontram organizados para executar uma função particular.” Dessa forma, dentro dessa definição, o sistema é um operador que em um determinado tempo recebe a entrada (input) e o transforma em saída (output).

Baseando-se na definição de Christofolletti (1979), a entrada é composta por aquilo que o sistema recebe, é o alimento do sistema. Por exemplo, a terra recebe energia solar, um animal recebe alimentação. Pode-se exemplificar com outros tipos de entrada como uma fábrica que recebe matéria-prima para sua produção. Cada sistema é alimentado por determinados tipos de entradas. Essas entradas que o sistema recebe sofrem transformações em seu interior e, posteriormente, são enviadas para fora, isso constitui a saída ou output, portanto, toda entrada corresponde a um tipo de saída.

Na visão de Maximiano (1993), qualquer entendimento da ideia de sistema compreende:

Um conjunto de entidades chamadas partes, elementos ou componentes; Alguma espécie de relação ou inserção das partes; A visão de uma entidade nova e distinta, criada por essa relação, em um nível sistêmico de análise.

O próprio enfoque sistêmico é um sistema de ideias. Trata-se de uma preposição consolidada em inúmeras disciplinas, que pode ser caracterizada como filosofia ou forma de produzir, interpretar e utilizar conhecimentos (MAXIMIANO, 1993). Ainda segundo este autor, essa filosofia tem aplicações em todas as áreas da atividade e do raciocínio humano, e também como método de resolver problemas e organizar conjuntos complexos de componentes.

2.2 BASES DO ENFOQUE SISTÊMICO

A ideia de sistema – elementos que interagem e se influenciam, agregados em conjuntos ou todos complexos – é a essência do enfoque sistêmico. É uma ideia relativamente simples, muito embora de grande influência na formação de todos os tipos de profissionais do mundo globalizado. O enfoque sistêmico oferece ao gestor uma visão integrada das organizações e do processo administrativo. É também uma ferramenta para planejar e montar sistemas que produzam resultados (MENDONÇA, 2014).

2.3 A ORIGEM DO ENFOQUE SISTÊMICO NA AGRICULTURA

A progressão na direção da visão sistêmica tem acontecido em diversas áreas da ciência, como por exemplo na física, na eletrônica e, inclusive, na agricultura. Nesta área, Pinheiro (2000) afirma que o enfoque sistêmico tem se tornado cada vez mais necessário, em decorrência da crescente complexidade de sistemas organizados e manejados pelo homem e da emergência do conceito de sustentabilidade, o qual lançou novos desafios na área rural.

Neste contexto, a grande maioria dos sistemas agropecuários tem requerido uma abordagem holística e pluridisciplinar, no intuito de melhor serem entendidos e analisados. O enfoque sistêmico tem sido amplamente aplicado no contexto agropecuário principalmente em resposta às crescentes críticas relacionadas aos projetos agrícolas reducionistas e disciplinares direcionados aos pequenos produtores familiares, os quais não têm se beneficiando dos resultados (PINHEIRO, 2000).

Analisando o contexto do surgimento da abordagem sistêmica no ambiente rural e sua posterior introdução neste segmento, Schmitz et al. (2004) salienta que tal fato se deu para melhor analisar a complexidade da agricultura familiar no Terceiro Mundo, mas também nos países industrializados da Europa e outros continentes, e assim, dirigir ações de desenvolvimento mais adequadas à diversidade desta categoria social. No Brasil, a nova abordagem entrou na prática da pesquisa agropecuária a partir da década de 80, principalmente, através da cooperação francesa (IAPAR, 1993).

O enfoque sistêmico tem sido aplicado em diversas ações de pesquisa, desenvolvimento, ensino e extensão rural. Através do desenvolvimento de vários modelos sistêmicos de pesquisa e extensão em sistemas de produção, a expectativa era de que os resultados destas experiências fossem mais adequados, apropriados e úteis aos pequenos agricultores familiares.

2.4 ABORDAGEM SISTÊMICA NO ESTUDO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS

Para a compreensão do estudo do estabelecimento agrícola segundo a abordagem sistêmica, faz-se necessário ponderar sobre algumas definições e conceitos que são básicos para sua descrição e a caracterização. O estabelecimento pode ser definido como sendo o “objeto” resultante da interação do sistema social com o sistema natural. Assim, o estabelecimento, como unidade de produção agrícola pode ser concebido como um sistema composto de um conjunto de elementos em interação (sistemas de cultivo e/ou criação e/ou transformação), influenciado pelos objetivos do agricultor/ produtor rural e de sua família (sistema social), aberto e em interação com o meio externo (econômico, físico e humano).

A unidade de produção agrícola é, neste sentido, um sistema dinâmico e aberto ao ambiente externo (ambiental, econômico, social). A partir desta definição,

pode-se delimitar, de maneira clara e precisa, o objeto de estudo e de análise e sua inserção e articulação com o ambiente externo (MIGUEL, 2009).

Em um estabelecimento, o agricultor e sua família praticam um sistema de produção, que pode ser definido como o conjunto de produções vegetais e animais e de fatores de produção (capital, terra e trabalho), gerido pelo agricultor e sua família com vistas a satisfazer seus objetivos (MENDONÇA, 2014).

O estudo do sistema de produção se articula em torno do funcionamento de um estabelecimento agrícola, sob o ângulo de uma combinação organizada, com certa coerência de diversos subsistemas produtivos: sistemas de cultivo, sistemas de criações, sistema de transformações (BONNAL et al., 1994).

O sistema de cultivo consiste na descrição dos mesmos (e de seus itinerários técnicos específicos) que pode ser definido pelos tipos de cultivos, pela ordem de sucessão na parcela, assim como pelo itinerário técnico implementado em cada cultivo. Por sua vez, o sistema de criação consiste na combinação dos diferentes modos de condução (ou manejos) aplicados às diferentes categorias de uma espécie animal.

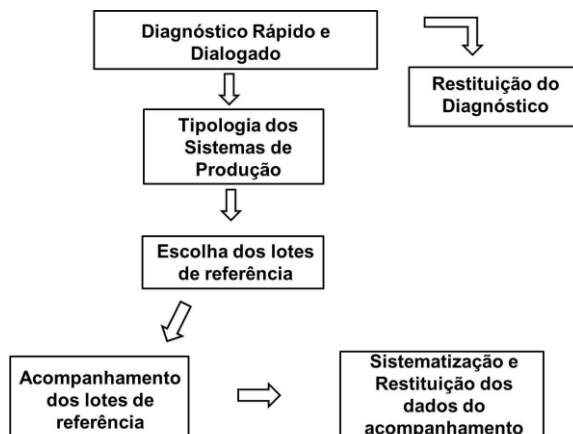
A imensa complexidade que envolve o processo de produção em uma unidade de produção agrícola exige uma aproximação progressiva. Inicialmente, busca-se delimitar e descrever os diferentes sistemas de criação e de cultivo, colocando em evidência suas particularidades e eventuais relações de troca e reciprocidade, logo, nesse sentido para a compreensão dos mecanismos de funcionamento e gestão de uma unidade de produção, considera-se imprescindível conhecer o comportamento do agricultor, explicar suas decisões passadas e presentes e buscar prever as decisões que ele tomará frente a mudanças em sua situação e ambiente (MIGUEL, 2009).

3. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido de outubro de 2013 a fevereiro de 2015 no âmbito de 10 assentamentos da reforma agrária, localizados em Unaí - Minas Gerais, contemplados pelo contrato 03/2011 de prestação de serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) firmado entre o Instinto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA / SR 28 DFE) e a Cáritas Diocesana de Paracatu.

A metodologia adotada e descrita a seguir tem como referência os trabalhos de GASTAL et al. (2002; 2003) e ZOBY et al. (2003) (Figura 1). Foram utilizados dados secundários, obtidos através dos Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA), a fim de se ter uma visão inicial dos assentamentos.

Figura 1 – Representação esquemática da metodologia utilizada (Adaptado de GASTAL et al. 2003, ZOBY et al. 2003 e GASTAL et al. 2002).



O objetivo da coleta dessas informações foi identificar as características do município que poderá influenciar na configuração dos sistemas de produção dos assentamentos.

Deu-se ênfase especial ao aspecto de solo, visto que sua variabilidade constitui uma das principais causas da diversidade do meio natural e a influência de maneira significativa nos modos de exploração dos sistemas de produção. Foram realizadas visitas individuais com aplicação de questionários específicos para o Diagnóstico Rápido e Dialogado (DRD) no período de novembro de 2013 a janeiro de 2014 em 390 famílias, o que corresponde a 75% do total das famílias dos assentamentos (Tabela 1).

Tabela 1 - Identificação dos assentamentos entrevistados.

Assentamento	Nº de Famílias	Assentamento	Nº de Famílias
Campo Verde	40	Canabrava	21
Curral do Fogo	138	Paraíso	81
Renascer	45	Vazante	63
Nova Califórnia	49	Papamel	28
Santa Clara	43	Divisa Verde	15

O diagnóstico consistiu no conhecimento, análise e interpretação dinâmica dos sistemas de produção, recursos naturais, e organização social (assentamento). No questionário foram abordados os seguintes itens, considerando a safra 2012/2013:

Mão de obra: composição familiar e caracterização dos tipos de mão de obra empregados;

Cultivos: lista de cultivos, suas respectivas áreas, produção e o destino dessa produção (consumo familiar, comercialização, consumo animal, entre outros);

Rebanho: bovinos, suínos e aves. Descrição do sistema de criação e o destino dessa criação (consumo familiar, comercialização, consumo animal, entre outros);

Fonte de ingressos monetários: ingressos da produção e locais de venda;

Fonte de ingressos externos: benefícios previdenciários (aposentadoria por idade e invalidez, auxílio doença, auxílio maternidade, pensão por morte), bolsa família, venda de mão de obra, aluguel de pasto, prestação de serviço, entre outras;

Despesas: principais produtos comprados para a exploração do estabelecimento e manutenção da família e locais de aquisição desses produtos.

O diagnóstico foi complementado com as seguintes informações: Sistemas de Produção: Destino da produção; Produtos comercializados; Formas de comercialização; Mercados dos produtos; Mercado de trabalho: Ocupação/emprego e desocupação/desemprego no assentamento.

Ressalta-se que antes da aplicação dos questionários, foi realizado um treinamento com a equipe, com o objetivo de padronizar a forma de aplicar esse instrumento na coleta de dados. Para o tratamento dos dados em fevereiro de 2014, foi criada uma base no Microsoft Excel.

Após as visitas e realização dos questionários, foram realizados no período de março de 2014, uma oficina de restituição em cada assentamento, para que os produtores avaliassem os resultados obtidos. Paralelo a isso elaborou-se a tipologia dos sistemas de produção dos assentamentos. O tratamento de dados para elaboração da tipologia de sistemas de produção constituiu, primeiramente, na caracterização da lógica geral de funcionamento desses sistemas.

De maneira geral, a lógica de diferenciação das unidades de produção em regime de economia familiar fundamenta-se na gestão da mão de obra familiar e na busca de estratégias que garantam a continuidade da unidade produtiva. A escolha dos critérios para identificar os tipos de unidade de produção estabeleceu as variáveis que melhor representava essa lógica.

Neste contexto, de acordo com as informações levantadas no diagnóstico levou-se em consideração para a tipologia as seguintes variáveis:

- Variáveis que descrevem a composição da renda da unidade de produção;
- Variáveis que apresentem o núcleo familiar: número de unidades de trabalho homem (UTH) da família e o número de dependentes da propriedade;
- Variáveis que permitem entender a resolução de problemas relativos aos desequilíbrios de mão de obra: tipo de mão de obra contratada e venda de força de trabalho. As práticas de troca de dia, contratação de mão de obra temporária ou permanente podem mostrar diferenças de recursos financeiros entre as unidades de produção;
- Variáveis que registrem formas de desenvolvimento de atividades de prestação de serviço e a presença de um salário não agrícola.

O cruzamento da tipologia de unidades de produção e das informações referentes as variáveis originaram uma matriz resumindo as principais situações existentes. Essa matriz foi feita em março de 2014 e é a base para a escolha dos estabelecimentos de referência componentes da rede.

A escolha dos estabelecimentos foi um processo de diálogo e negociação com os beneficiários e ocorreu no mês de março de 2014. Foram novamente discutidas as informações sobre a diversidade das unidades de produção, a necessidade de maior conhecimento sobre o funcionamento dessas unidades, os objetivos da rede e os resultados que ela deve gerar para beneficiar os demais

agricultores, a importância da representatividade da rede e o perfil necessário aos seus integrantes. O objetivo dessa estratégia foi garantir que esta escolha fosse feita pelos assentados, gerando maior comprometimento entre os integrantes da rede, os técnicos e o grupo.

Após a tipificação dos sistemas de produção, foi realizado a caracterização de um dos sistemas predominante.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Definiu-se escolher a tipologia mais representativa no sistema (Tabela 2) e iniciou-se a caracterização de uma propriedade que se enquadra neste padrão de tipologia.

Tabela 2 - Características da Tipologia Avaliada

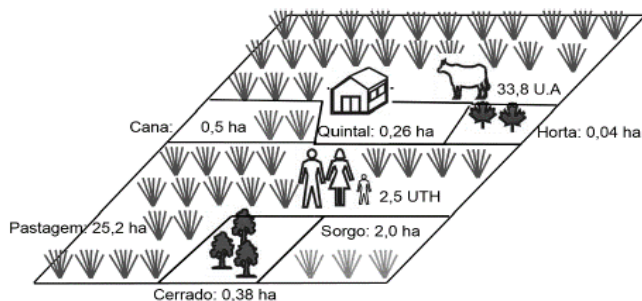
	Tipologia do sistema predominante
Produção de leite	Abaixo de 200 litros dia
Gado	Entre 1 a 30 vacas (Lotação Média de 19 U.A)
Venda de Leite	Abaixo de 200 litros de leite por dia.
Agricultura	Poucas famílias vendem produtos agrícolas. A maioria dos estabelecimentos possui em média 2,0 Ha-1 de lavouras.
Renda	Vendem de 0,80 a 170 litros de leite por dia. Todas as famílias recebem rendas externas*. Nenhuma família vende mão de obra. Nenhuma família vende frangos e ovos. Há, em alguns casos, a venda de produtos oriundos de outras criações e atividades**.

*bolsa escola, aposentadoria, auxílio doença, salário, aluguel de imóveis, prestação de serviço, aluguel de pasto, gado à meia, e outras.

**demais criações animais, além de industrialização caseira (farinha de mandioca, polvilho, rapadura, melado de cana, e doces) e venda de produtos oriundos de atividades manuais: corte e costura, bordado, crochê, etc.

Na figura 2 demonstra que 89% da área total do estabelecimento é ocupada com pastagem formada, 7% com sorgo para silagem e os outros 4% com outras atividades e benfeitorias. Portanto, 98,9% da área total são utilizadas para exploração pecuária, demonstrando que a criação de gado é o subsistema de criação que mais se destaca no estabelecimento.

Figura 2 - Estrutura do sistema de produção estudado.

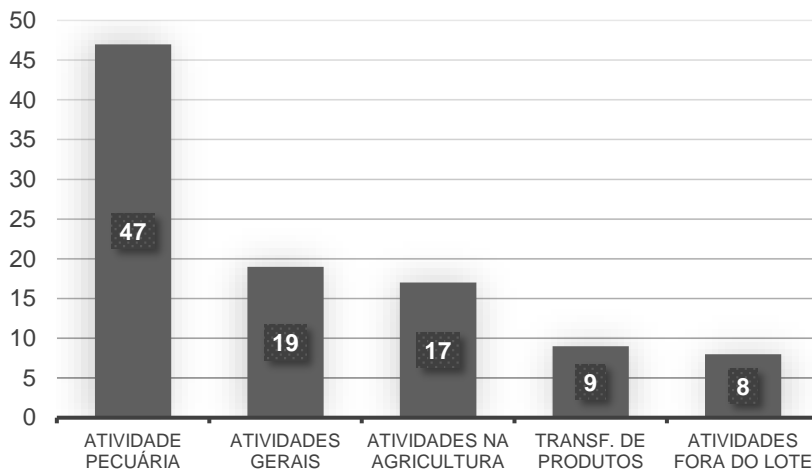


Esses dados corroboram com estudos feitos por Zoccal et al. (2003), onde destaca as pastagens cultivadas como a principal ocupante dos solos para alimentação volumosa dos rebanhos dos agricultores familiares da zona da mata mineira. A maior parte das lavouras é utilizada para produção de volumoso para os bovinos. Informações que são confirmadas por Gastal et al. (2003), onde no trabalho desenvolvido nos assentamentos rurais do município de Unaí, identificou-se que as lavouras cumpriam uma função complementar, mas fundamental, relacionada à alimentação da família e das criações, destacando-se o milho e a cana.

O rebanho bovino é composto por 40 animais, o que corresponde a 33,8 U.A., que também tem uma função de poupança. Essa composição do rebanho fortalece e justifica a participação do leite, em relação às demais rendas identificadas nas áreas estudadas.

Verifica-se também que a família está incorporando, progressivamente, equipamentos utilizados no desempenho da atividade pecuária, como triturador para preparo do volumoso e a carroça para transportar o leite produzido. Destaca-se o uso da mão de obra familiar em todas as atividades, demandando em média 18,2 dias de trabalho/pessoa/mês. As atividades (Figura 3) relacionadas a pecuária ocupam 47 % da mão de obra familiar, 19% com atividades gerais, 13, 17% estão relacionadas a agricultura, 6% na transformação de produtos (queijo e doces) e 6% em atividades fora do estabelecimento.

Figura 3 - Uso da mão de obra familiar mensal no ano fiscal.



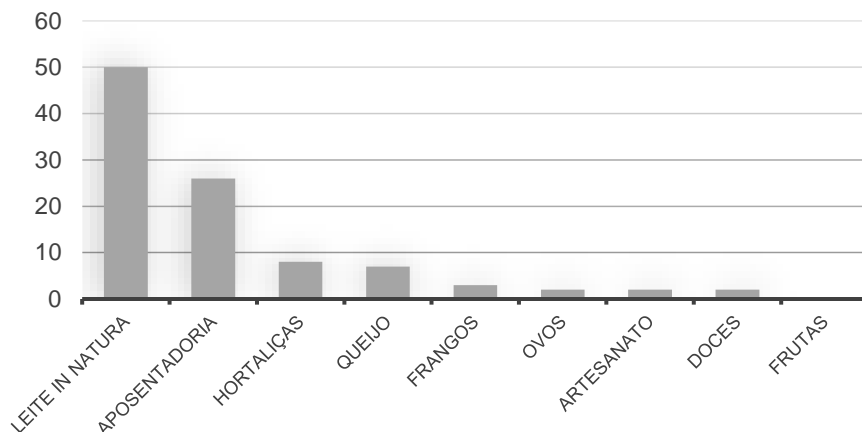
Segundo Menezes et al. (2005) o conhecimento do uso da mão-de-obra familiar, dentro do sistema de produção e a sua participação no conjunto de atividades desenvolvidas pela família é de suma importância para estabelecer políticas públicas para aumentar a sua sustentabilidade, aumentar a renda familiar e subsídio na gestão dos estabelecimentos familiares.

No estabelecimento a atividade agropecuária é destinada ao consumo familiar e para gerar renda. Observa-se na Figura 4, que a reprodução socioeconômica é garantida pela venda de leite *in natura*, associada com venda de queijo, hortaliças e renda não agrícola (aposentadoria). A família comercializa, em pequena escala, produtos como doces, artesanato, suínos e ovos por meio de intermediário de produtos. Este sistema de produção se caracteriza, principalmente pelo conjunto de elementos em interação, dentro de um quadro de atividades agrícolas e não agrícolas, visando a obtenção de produções variadas na criação de bovinos, suíno, artesanato e hortaliças.

Mesmo com a diversificação de produtos, observa-se que a renda proveniente do leite é a mais significativa, proporcionando a família a maior fonte de renda entre as demais observadas, correspondendo a 50% da renda total.

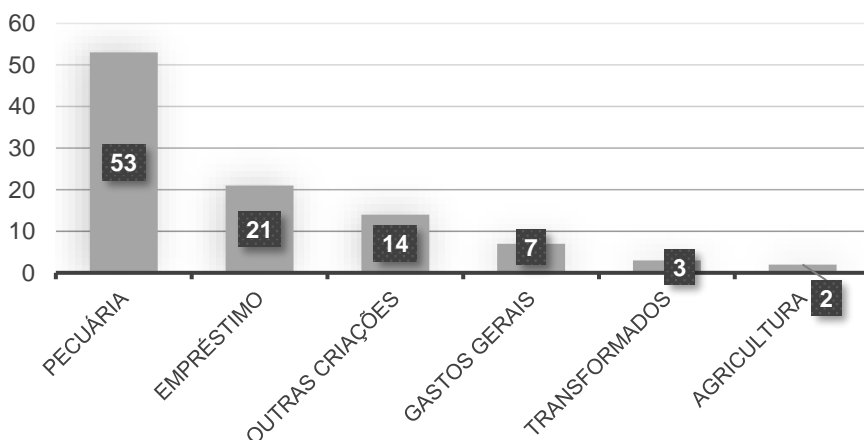
Neste estabelecimento a produção média diária de leite é de 97,1 L/dia, destes 95% são destinados à comercialização *in natura* para a Cooperativa Agropecuária de Unaí – CAPUL Ltda, 2% para consumo familiar, 2% da produção é para transformação de produtos (queijo e doces) e 1% para comercialização *in natura* para intermediário.

Figura 4 - Participação das atividades desenvolvidas pela família na composição da renda no ano fiscal.



A produção média por vaca é de 9,7 litros ao dia e de acordo com o censo 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015) essa produção está dentro da média municipal.

Figura 5 - Relação das principais despesas da produção no ano fiscal.



Os principais gastos do estabelecimento são despesas com a atividade pecuária (53%), 21% para pagamento de empréstimo bancário e 14% com pequenos animais (Figura 5). Impressiona o fato de que 95% dos gastos com a pecuária são com aquisição de ração bovina, mostrando uma forte dependência do sistema de produção de insumos de fora da propriedade. De acordo com Couto et al. (2018), maior parte dos produtores leiteiros, realizam uma contabilidade rudimentar, não

sendo percebidos certos custos indiretos tais como a depreciação., e tal situação leva a uma superestimação do “lucro” obtido, dando uma sensação, falsa, de boa saúde financeira na atividade, podendo, no longo prazo, levar o produtor a falência, à medida que se capital imobilizado é consumido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização de um sistema de produção demonstra ser uma importante ferramenta, pois permite conhecer a realidade socioeconômica da família, apresentando assim, suporte aos técnicos responsáveis pelo acompanhamento da mesma, propor alternativas tecnológicas compatíveis com os riscos, com a força de trabalho disponível e com os recursos financeiros da família. Isso é confirmado pelos resultados socioeconômicos do sistema de produção após a adoção das tecnologias apropriadas propostas pelos extensionistas em conjunto com os beneficiários. Estes foram positivos no primeiro ano fiscal e contribuíram para melhoria dos resultados do sistema de produção como um todo.

O enfoque sistêmico ofereceu aos técnicos uma visão integrada do sistema de produção, e do seu processo de gestão. E foi também uma ferramenta para planejar e montar sistemas que produzam resultados.

Os resultados alcançados no futuro, permitirá a geração das referências técnicas e metodológica para profissionais que prestam serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental.

6. REFERÊNCIAS

BONNAL, P. et al. **O papel da rede de fazendas de referência no enfoque de pesquisa-desenvolvimento: Projeto Silvânia**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1994. 31p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

COUTO, M. J.; REIS, J. D.; LIMA, A. L. R. Análise econômico-financeira da produção leiteira: um estudo de caso no Centro-Oeste mineiro. **Extensão Rural**, v.25, n. 1, p. 41-59, jan./mar. 2018.

GASTAL, M.L. et al. **Método participativo de apoio ao desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária**. Planaltina, DF: EMBRAPA Cerrados, 2002.

GASTAL, M. L. et al. **Projeto Unaí: diagnóstico rápido e dialogado de três assentamentos de reforma agrária**. Planaltina, DF: EMBRAPA Cerrados, 2003.

IAPAR. **Avaliação da estratégia global de paraná-Rural: Programa de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas**. Curitiba, 1993. 115p. Convênio do Governo do estado do Paraná, BIRD.

IBGE. **Censo agropecuário 2013**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=27&i=P>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MANGGINI, T. R. T. **Campesinato e agronegócio**: a experiência educativa do assentamento Eldorado dos Carajás Unai/MG. 2012. 176 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**. São Paulo, MAKRON BOOKS, 1993.

MENDONÇA, A.P.B. **Inovação técnica em sistema de produção da agricultura familiar: impactos no funcionamento e nos resultados econômicos de uma unidade de produção familiar**. (Graduação em Agronomia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai, Unai, 2014.

MENEZES, A. J. E. A.; SANTANA, A. S.; MENDES, F. A. T. Uso da mão-de-obra familiar nos sistemas de produção do projeto de assentamento agroextrativista praialta e piranheira, município de Nova Ipixuna – Pará. In: XLIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. SOBER: **Anais...** Ribeirão Preto, 2005.

MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. Série Educação a Distância. Disponível em: <http://http.sead.ufrgs.br/Publicacoes/derad002.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PINHEIRO, M. E. F. **Eficiência da produção familiar de leite: identificando benchmarks**. 2000. 155p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ. **Unai**. Disponível em: <http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/index.php/unai-um-municipio-pronto-para-o-futuro.html>. Acesso em: 06 set. 2018.

SCHMITZ, H. et al. Métodos participativos e agricultura familiar: atualizando o debate. In: SEMANA DA CAPRINOCULTURA E OVINOCULTURA BRASILEIRAS, 4., 2004, Sobral. **Anais...** Sobral: Embrapa Caprinos, 2004. 26 p. 1 CD-ROM.

SOUSA, D. N. et al. A dinamização dos assentamentos rurais para o desenvolvimento econômico do Noroeste de Minas Gerais. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v.2, n.1, p.87-97, jan./jun. 2011.

TORRES, A. L. **Formação social e mediação**: a luta pela terra e a consolidação dos assentamentos rurais no município de Unai – MG. 2000. 149 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

ZOBY, J. L. F. et al. **Transferência de tecnologia, agricultura familiar e desenvolvimento local**: a experiência do Projeto Silvânia. Planaltina, DF: EMBRAPA Cerrados, 2003.

ZOCCAL, R.; SOUZA, A. D.; GOMES, A. T.; LEITE, J. L. B. **Produção de leite na agricultura familiar**. Zona da Mata de Minas Gerais. 2003.

OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO ATRAVÉS DA ENTREGA DOMICILIAR DE PRODUTOS

Tatiana Aparecida Balem¹
Ethyene de Oliveira Alves²
Guilherme dos Santos Schmelting³

RESUMO

Atualmente a busca por uma alimentação saudável tem deixado de ser um ato cogitativo para se tornar uma prática. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é abordar as percepções dos consumidores e de uma família agricultora em transição agroecológica, que utiliza a entrega de cestas domiciliares como alternativa do mercado de circuito curto. A pesquisa realizou-se a partir de uma visita a propriedade e entrevista com a família produtora, a onze consumidores e a um extensionista rural. Através da pesquisa foi possível considerar que: a entrega domiciliar atinge um grupo de consumidores reflexivos; a relação neste mercado é fortalecida pela confiança e troca de saberes; esse modelo de mercado possui potencial expansivo, pois há demanda crescente de alimentos orgânicos e consumidores que preferem a entrega domiciliar. Contudo, ainda há espaço de aprendizado nessa relação de produção e consumo, pois a experiência mostra que há desafios a serem superados, tais como: organização do mercado de circuito curto, assistência técnica e aprendizados necessários tanto para os agricultores quanto para os consumidores.

Palavras-chave: alternativas de mercado, cestas orgânicas, consumidores conscientes, produção orgânica.

THE CHALLENGES OF AGROECOLOGICAL PRODUCTION AND THE CONSTRUCTION OF A SHORT-CIRCUIT MARKET STRATEGY THROUGH AT DOMICILIARY DELIVERY OF PRODUCTS

ABSTRACT

Nowadays the search for a healthy diet has ceased to be a cogitative act to become a practice. In this sense, the objective of this work is to address the perceptions of the consumers and of an agricultural family in agroecological transition, which uses the delivery of home baskets as short circuit market alternative. The research was made through the property visit and interview with the producer family, eleven consumers and a rural extension worker. Through of research it was possible to consider: the home delivery reaches a group of reflective consumers; the relationship between

¹ Graduada em Agronomia (UFSM). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutorado em Extensão Rural (UFSM). Professora do Instituto Federal Farroupilha campus Júlio de Castilhos. E-mail: tatianabalem@yahoo.com.br

² Graduada em Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos (IFFAR). E-mail: ethyoalves@gmail.com

³ Graduado em Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos (IFFAR). E-mail: guilhermeschmelting@outlook.com

farmer and consumers in this market is strengthened by the trust and exchange of knowledge; this is a market with potential for expansion, there is a growing demand for organic food and consumers who prefer home delivery. However, there is still room for learning in this relation of production and consumption, since experience shows that there are challenges to be overcome, such as: organization of the short circuit market, technical assistance and learning necessary for both farmers and consumers.

Key words: conscious consumers; market alternatives, organic basket, organic production.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Bianchini e Medaets (2013), o final da Segunda Guerra Mundial e o advento da Era Nuclear fizeram com que os temas ambientais e sociais, se internacionalizassem a partir de uma reflexão da sociedade sobre a depredação desmedida da natureza pelos avanços da agricultura, da indústria e do consumo crescente de alguns recursos naturais não renováveis. Além de demonstrar maior preocupação com o meio ambiente, a população mundial também passou a buscar por alimentos mais saudáveis com a ausência de produtos químicos, dando espaço para a produção agroecológica, sistema que além de envolver a produção sustentável respeitando os ecossistemas, também tem maior ênfase na saúde do consumidor (BIANCHINI e MEDAETS, 2013).

Autores afirmam que o regime alimentar construído pelo processo homogeneizante e aniquilador de culturas alimentares operados pela modernização da agricultura e pela indústria alimentícia, vem sendo questionado por uma nova consciência de alimentação (FRIEDMANN, 1993; GOODMAN, 2003; MCMICHEL, 2009; WISKERKE, 2009; MORGAN, 2010). Essa nova consciência de alimentação, reconstrução dos sistemas de produção, construção de formas de mercado mais justos e sustentáveis e principalmente pela busca de estratégias de realocação do regime agroalimentar, vem sendo chamada de Narrativa Alternativa dos Alimentos (BALEM, 2015) ou de Redes Alternativas de Produção de Alimentos (GOODMAN, 2003) ou ainda, de Nova Equação Alimentar (MORGAN; SONINO, 2010). A Narrativa Alternativa dos Alimentos propõe um sistema agroalimentar que se opõem às características do sistema industrial de alimentos, tais como: homogeneização de produtos; diminuição da diversidade de alimentos consumidos; comida global, ou seja, eliminação da sazonalidade e do consumo de produtos locais; alimentos altamente processados e artificializados; contaminação química dos produtos (agrotóxicos e aditivos alimentares para conferir cor, sabor, forma e alta vida de prateleira).

De acordo com os pressupostos da construção da Narrativa Alternativa dos Alimentos o contraponto seria: a valorização e fortalecimento da agricultura de pequena escala; o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis orgânicos e/ou agroecológicos; a construção social de mercados locais; o fomento do apoio a produção local com fornecimento adequado de serviços, conhecimento, crédito, insumos e equipamentos adequados; mercados locais e regionais híbridos, para aquelas regiões onde a agricultura de pequena escala não consegue atender a demanda, assim agricultores de outras regiões se inseririam; a conscientização de novas gerações de consumidores, mais conscientes e mais demandantes dos produtos desse modelo de agricultura.

Identificamos empiricamente em Santa Maria-RS, agricultores orgânicos e agroecológicos que comercializam em mercados de circuitos curtos e utilizam mais de uma estratégia de comercialização. No entanto, para este trabalho, vamos explorar

uma estratégia de comercialização desenvolvida por uma família composta por agricultores familiares. O presente trabalho tem por objetivo estudar as percepções dos consumidores e a construção da família agricultora em torno da estratégia de mercado de circuito curto de produtos orgânicos, através da entrega de cestas a domicílio. A entrega de cestas de produtos é uma forma de comercialização relativamente nova na cidade de Santa Maria, mas derivada de uma das mais antigas formas de comercialização da agricultura familiar, o ato de “quitandar”. Os agricultores chamados de quitandeiros, antes do processo de modernização da agricultura, contavam com uma produção diversificada de alimentos para subsistências, com a comercialização dos excedentes de porta em porta ou em pequenos estabelecimentos comerciais urbanos.

Abordamos basicamente, uma caracterização da produção orgânica e do envolvimento da família nesse procedimento, assim como os elementos constituintes do processo de consumo via cestas de produtos entregues aos consumidores pelos agricultores.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa é de caráter qualitativo e foi realizada através da aplicação de entrevistas, as quais foram direcionadas a uma família produtora de alimentos orgânicos e a um grupo de consumidores dos produtos produzidos por essa família, ambos residentes na cidade de Santa Maria-RS. Foram entrevistados onze consumidores, a família produtora e também um extensionista do Escritório Municipal da Emater-RS que acompanha o processo. A propriedade da família situa-se na comunidade de Três Barras, no município de Santa Maria, o qual possui uma população de 261.031 habitantes e 1.781.757 quilômetros quadrados de área (IBGE, 2019), distribuídos no Centro Geográfico do Rio Grande do Sul. A propriedade localiza-se numa área de transição morfológica denominada Rebordo do Planalto, entre dois conjuntos fisiográficos, os quais estão representados pelo Planalto Meridional Brasileiro e a Depressão Central do Rio Grande do Sul.

Santa Maria é considerada o principal polo da região central do estado, pois não há nenhuma outra cidade com proporções semelhantes. Suas características funcionais urbanas repousam no setor terciário e ultrapassam os limites regionais, principalmente nas atividades ligadas ao setor comercial, educacional e serviços públicos, sediando instituições como a Universidade Federal de Santa Maria, Hospital Universitário e a Área de Segurança Nacional, formada pela Base Aérea e várias unidades do exército. Nesse sentido, é uma cidade que se configura em um importante polo consumidor.

Hoje em Santa Maria há uma emergência de grupos de consumidores de produtos orgânicos, sendo que no levantamento exploratório desse estudo identificamos quatro grupos, organizados em torno de agricultores que produzem de forma orgânica ou agroecológica. É importante perceber que esse movimento de aglutinação de um grupo de consumidores em volta de um agricultor, demonstra um processo diferenciado de mercado de circuito curto. No entanto, para esse estudo, optamos pela imersão em um grupo de produção e consumo.

O processo de análise dos dados foi realizado de acordo com as premissas de um estudo explicativo, que tem por objetivo uma imersão na realidade, um conhecimento em profundidade para explicar os fatores que determinam os fenômenos (GIL, 2008). Para Prodanov e Freitas (2013, p. 53), na pesquisa explicativa, “o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados”. Nesse sentido, além das entrevistas realizadas, os pesquisadores

lançaram mão de notas, observações, registros fotográficos e da experiência de uma das pesquisadoras, que é consumidora dos produtos orgânicos da família. Dessa forma, a análise qualitativa foi orientada pela análise interpretativa, que segundo Gomes (2012), busca a lógica interna dos fatos, dos relatos e das observações e os situa no contexto dos atores.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA DE AGRICULTORES ORGÂNICOS

O modelo de modernização da agricultura domina o ideário da produção agrícola e ainda atua na maior parte da produção de alimentos no mundo, o que chamamos de sistema de agricultura convencional. Entretanto, esse modelo de produção que consiste na exploração irrestrita do solo e dos recursos naturais para obter maior produtividade e rendimento econômico, não leva em conta na maioria das vezes, que a utilização constante de insumos externos e o manejo artificializado dos agroecossistemas podem implicar em problemas irreversíveis aos ecossistemas locais e a na saúde dos consumidores.

A agroecologia, segundo Balem e Silveira (2002) ocupa papel preponderante na construção do desenvolvimento sustentável, sendo parte integrante deste ao constituir-se num referencial na relação do homem com a natureza. De acordo com Gliessman (2000), a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, como também, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que necessitam ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Neste sentido, a Agroecologia passa a ser a forma de produzir alimentos e de relacionar-se com o meio, sendo o agricultor, agente ativo da transformação e não mais passivo, como acontece no modelo da modernização da agricultura.

O que se requer, então, é uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Essa abordagem é configurada na ciência da agroecologia que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. GLIESSMAN (2000, p.54).

A propriedade estudada possui 13 hectares, sendo estes, distribuídos em produção orgânica, área de benfeitorias de apoio a produção e moradia da família, área de reserva legal e preservação permanente, seguindo assim a legislação vigente (BRASIL, 2012), aderindo aos pressupostos de convivência produtiva de forma sustentável com os ecossistemas como sugere Gliessman (2000). Pelo estágio em que se encontra o manejo dos agroecossistemas da propriedade, é possível afirmar

que a mesma se encontra em transição agroecológica. De acordo com Costabeber (1999, p. 107):

A transição agroecológica pode ser definida como o processo gradual de câmbio através do tempo, nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção 'convencional' (...) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica.

Trujillo (2003) salienta que o processo de reconversão da agricultura deve ser gradual, porque a transição de uma agricultura moderna e convencional para uma ecológica exige um processo lento do ponto de vista técnico. A propriedade encontra-se em uma região privilegiada do ponto de vista ecossistêmico, ou seja, localizada no rebordo da serra. E como tem muitas áreas protegidas por mata nativa no entorno e não há lavouras convencionais próximas, o processo de reconversão está sendo mais rápido.

Na propriedade trabalham o casal em tempo integral, a filha e um dos filhos, de forma esporádica, visto que possuem outras ocupações. Como a demanda de trabalho é maior que a disponível atualmente é necessário à contratação de mão de obra externa na frequência de um ou dois dias por semana. A família é sócia da Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria (COOPERCEDRO), que é uma cooperativa formada exclusivamente por agricultores familiares, sediada em Santa Maria. Um dos principais mercados da Coopercedro são os mercados institucionais. Em termos de mercado dos produtos produzidos pela família a cooperativa absorve em torno de 90% da produção e 10% desta, é destinada à comercialização das cestas entregues diretamente aos consumidores.

A família desenvolve sistemas de produção orgânicos desde 2001. Porém a propriedade era em outra área. Em 2011 a família mudou para uma área nova, esse fator trouxe uma série de transtornos, tais como a necessidade de implantação de novas áreas de pomares e de produção de hortaliças, assim como a construção de uma nova sede.

Outro fator limitante na propriedade é a deficiência de água para irrigação, segundo o agricultor esse é o principal problema relacionado à produção. Toda a água disponível vem de fontes internas na propriedade, açude e olho d'água, que no verão são insuficientes para a irrigação das plantações. Um fator positivo relacionado a origem da água é que essa não possui risco de contaminação, já que toda a propriedade é manejada com vistas à produção orgânica e as áreas de preservação permanentes são preservadas. Uma das formas utilizadas na propriedade para minimizar a deficiência de água para irrigação é o manejo do solo sempre priorizando a cobertura vegetal viva ou morta permanente. A cobertura do solo com palha, de preferência o ano todo, mantém as temperaturas baixas, evita perdas de água por evaporação e o estresse nas plantas (CALEGARI; CARLOS, 2014; CALEGARI, 2014). Os autores ressaltam que 85 a 90% da absorção de água e nutrientes nas culturas anuais ocorrem nos primeiros 20 cm do solo e a zona da raiz que está em um solo com temperaturas acima de 33°C perde a capacidade de absorver água e nutrientes. Esses aspectos apontados por Calegari e Carlos (2014) e Calegari (2014) demonstra a importância da cobertura de palha no solo, seja ela produzida e manejada no local ou introduzida como forma de *mulching* depois da implantação da cultura, como ocorre no plantio de hortaliças na propriedade estudada.

Sobre a importância da cobertura vegetal no solo o agricultor afirma:

“Nós não podemos deixar o solo sem cobertura nunca, precisamos manter a umidade com a cobertura porque falta água. Por isso, em tempos de maior demanda de mão de obra, quando precisamos abrir novas áreas de cultivo, nem sempre conseguimos fazer sem o uso do secante. Quando temos tempo, usamos aração e depois usamos cobertura morta com capim elefante ou outro capim produzido da propriedade, mas daí precisa preparar o solo, cortar o capim de outra área e colocar, dá um trabalho”.

Em função da mudança de propriedade, da necessidade da abertura de novas áreas de plantio e devido à falta de mão de obra e necessidade de manejar as áreas com cobertura vegetal, em lugares que ainda se encontram em transição, ainda há uso de produto químico para dessecação. Importante salientar que esse uso é pontual e na maioria das vezes utilizado apenas na abertura de novas áreas de cultivo, ou seja, implantação de pomar e de áreas de horta.

Para promover à biodiversidade da propriedade a família utiliza diversas técnicas tais como: cultivos consorciados, rotação de culturas, recuperação e enriquecimento de APPs, manejo de mato e alternância de capinas, ausência de fogo, adubação verde, adubos orgânicos, diversificação da produção, sistemas agroflorestais (SAFs), quebra-ventos, cobertura do solo e cultivos em faixas. As práticas utilizadas no manejo da propriedade colaboram com o que Altieri (2002) afirma ser necessário para o manejo de sistemas agrícolas sustentáveis. Para Altieri, (2002) os agroecossistemas sustentáveis devem ser manejados de modo a manter a produtividade e a sustentabilidade ecológica no longo prazo, assim o manejo deve visar: manter a cobertura vegetal no solo para evitar erosão e perdas do sistema, como água e nutrientes; garantir o suprimento de matéria orgânica necessária para a vida no solo; promover mecanismos eficazes de reciclagem de nutrientes, tais como sistemas agroflorestais, uso de plantas recuperadoras, rotações de culturas, sistemas mistos de produção, consorciamento de plantas, integração de produção animal e produção vegetal; controle de pragas e doenças pelo equilíbrio do ecossistema.

Os SAFs podem ser definidos segundo Brasil (2012, art.2.) como:

Sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, e forrageiras, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com diversidade de espécies nativas e interações entre estes componentes.

Segundo Steenbock e Vezzani (2013) os SAFs por imitar a dinâmica de sucessão ecológica de restauração natural de uma floresta nativa são mais equilibrados ecologicamente, mais resilientes e promovem uma maior ciclagem de nutrientes, além disso, visam potencializar os processos de acumulação de biomassa. Com isso têm-se sistemas altamente produtivos e altamente eficientes em funções ambientais.

A proteção física da floresta integrada à produção agrícola também é um fator a ser destacado nos SAFS, pois no caso do cultivo de bananas (*Musa spp*), na propriedade estudada, essa proteção garante que a cultura não sofra danos ocasionados pela geada e estresse fisiológico pelo frio no inverno. O município de Santa Maria não possui zoneamento agrícola para a cultura da banana, pois para essa cultura são necessárias temperaturas altas e uniformes, com mínimas não inferiores

a 18°C e máximas não superiores a 34° C. A faixa de temperatura ótima para o desenvolvimento das bananeiras comerciais é de 26 a 28°C e “temperaturas inferiores a 12°C provocam uma perturbação fisiológica nos frutos, conhecida como "chilling" ou friagem, que prejudica os tecidos, principalmente os da casca e do fruto” (MAPA, 2011, p. 01). O cultivo de banana em SAFs proporciona à família a comercialização de um fruto de clima tropical cultivado em uma região temperada com fortes incidências de geadas. Segundo a família eles conseguem colher os frutos para comercialização em oito meses no ano.

Pode-se observar que a propriedade é estruturada e aborda as questões de manejo de agroecossistemas necessárias para a produção orgânica. Os canteiros são distribuídos de forma intercalar de modo a garantir biodiversidade e interação entre às espécies, o que diminui a incidência de pragas e doenças. O uso de plantas como adubação verde é outra estratégia, como, por exemplo, na área de pomares de frutas cítricas, que além da preservação da vegetação espontânea é plantada soja perene (*Neonotonia wightii*) para conservação do solo, fixação de nitrogênio e proteção contra pragas. A adubação do solo é realizada com: cobertura morta, cobertura viva manejada com roçadas e cama de aviário, no entanto, em alguns momentos utilizam adubos químicos solúveis. A opção por adubos químicos solúveis se deve unicamente pela praticidade e facilidade no manejo, o que também está relacionado à questão da mão de obra.

O controle de pragas e doenças é realizado basicamente com manejo do agroecossistema, no entanto utilizam o bioinseticida *Bacillus thuringiensis*, onde a bactéria (*Bacillus thuringiensis*) age como patógeno em lagartas desfolhadoras, adoecendo-as e evitando que essas causem danos econômicos (ANGELO et al., 2010). A família afirma que têm perdido produção em função de ataques de pulgões, caracóis e traças. Pretendem implantar num futuro próximo o consorciamento das áreas de produção vegetal, principalmente de hortaliças com galinhas caipiras. Para Fukuoka (1995) apud Sales (2005) a associação entre galinhas, árvores frutíferas e cultivos de hortaliças trazem benefícios para os agricultores, pois as aves fazem o trabalho de arar, fertilizar o solo, controlar insetos e ervas daninhas.

O controle de plantas espontâneas é realizado com roçada, capina seletiva, cobertura morta e sombreamento nos sistemas agroflorestais, porém, em alguns locais utiliza-se a aração e controle químico para implantação de novas áreas, como já comentado anteriormente.

Outro fator observado é a busca por estratégias para ampliar o período de produção de determinadas culturas, como o caso do plantio de beterrabas (*Beta vulgaris*) e cenouras (*Daucus carota*), por exemplo. Para conseguir ter uma produção das mesmas o ano todo, fazem o plantio na primavera com cobertura verde sobre as mesmas, para que o sol e o calor do verão não as prejudiquem. Essas são culturas pouco adaptadas ao verão, principalmente a beterraba que é tipicamente de temperaturas amenas (TIVELLI et al, 2011). Assim, a família possui uma janela de colheita de beterraba e cenoura superior à maioria dos agricultores familiares que adotam o modelo produtivo convencional. Os SAFs implantados e em implantação, também devem ser considerados como uma estratégia importante de conservação da biodiversidade e de busca do equilíbrio ecológico da produção agrícola.

Percebe-se uma diversidade produtiva significativa na propriedade. Dentre os produtos comercializados estão: repolho (*Brassica oleracea* var. capitata), cenoura, beterraba, espinafre (*Spinacia oleracea*), alface (*Lactuca sativa*), couve flor (*Brassica oleracea* var. botrytis), brócolis (*Brassica oleracea* var. itálica), cebola (*Allium cepa*), tempero verde, tomate (*Solanum lycopersicum*), mandioca (Manihot esculenta); produção de frutas cítricas (Citrus sp) como laranja, bergamota e limão, banana, pêsego (*Prunus pérsica*) e figo (*Ficus carica*); batata doce (*Ipomea batatas*), além de

várias espécies de cucurbitáceas como abóbora, morangas, melão, abobrinha, pepino. Os agricultores também produzem alguns alimentos para autoconsumo, como ovos, galinha caipira, leite, suínos, e outras frutas, inclusive frutas nativas, grãos como o feijão, milho, produtos processados artesanalmente como chimia, geléias e panificados. Com relação à diversidade produtiva a família afirmou que não planta mais produtos em função da carência de mão de obra, mas que tem uma série de alimentos que gostariam de cultivar. A família enxerga a entrega de cestas de produtos diretamente aos consumidores como uma alternativa importante e gostariam de ampliar esse mercado, pois o mesmo é mais rentável e atrativo.

A família considera os custos de produção baixos, visto que a maioria dos insumos é produzida na própria propriedade. O maior custo tem sido a aquisição de mudas de hortaliças. Como a propriedade não tem infraestrutura adequada para a produção de mudas e pela falta de mão de obra, há a necessidade da aquisição de praticamente toda a demanda, o que pode acarretar em outros problemas, para além do custo de produção, como: mudas produzidas de forma convencional, variedades poucas adaptadas às características ecossistêmicas do local de produção, mudas com problemas fitossanitários, questões que já vem sendo sentidas pelos agricultores.

Embora a produção orgânica seja o horizonte da família, pode-se observar que algumas dificuldades encontradas são resultantes do processo produtivo, as duas mais importantes são a falta de mão de obra e a de água para irrigação no verão. Essas duas questões são determinantes do uso de intervenções não agroecológicas na propriedade. Outro fator que desestruturou a produção foi à mudança de local da propriedade, pois a família teve que construir uma nova sede, com casa, galpões, estradas e açude, demandando grande parte da mão de obra que seria utilizada no manejo dos sistemas de produção. Afirmaram que agora, com a sede praticamente pronta, será possível realizar os próximos passos na propriedade.

4. O MERCADO DE CIRCUITO CURTO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS DIRETAMENTE AOS CONSUMIDORES COMO ESTRATÉGIA

Na maioria dos casos os produtores de alimentos orgânicos são constituintes da agricultura familiar, onde os mesmos sentem-se diminuídos no mercado competitivo em relação aos grandes produtores, que tomam o seu espaço desestimulando o desenvolvimento do pequeno agricultor. Isso ocorre devido ao crescimento econômico resultante da produção em grande escala, valorizando a produção das commodities em detrimento da produção de pequena escala e voltada ao abastecimento interno. Para os autores Niederle, Almeida e Vezzani (2013) a opção pela agricultura industrial tem padronizado a cadeia alimentar e homogeneizado algumas paisagens rurais, e isso tem afetado pequenos agricultores que não podem competir com grandes produtores e importações em grande escala.

É notável que a procura por alimentos orgânicos vem crescendo no país, já que atualmente existem alguns incentivos tanto governamentais quanto não governamentais para a implantação da agricultura orgânica. Segundo um relatório elaborado pelo *Research Institute of Agriculture* (FIBL) e pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM) chamado *The World Organic Agriculture*, o Brasil ocupa a 12ª posição dentre os países que dedicam parte de suas áreas agrícolas para a produção orgânica, destinando aproximadamente cerca de 705 mil hectares para o sistema de cultivo agroecológico (FIBL, INFOAM, 2016). O crescimento do consumo de produtos orgânicos está amparado por uma crescente tomada de consciência por parte dos consumidores dos problemas gerados pelo modelo de alimentação industrial. Pode-se afirmar que essa crescente consciência é

despertada: 1- pelos debates de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); 2- concepção de saúde ou dos problemas de saúde ocasionadas pela alimentação da atualidade; 3 – problemas ambientais e sociais do modelo de produção agrícola moderno.

Segundo Belik (2012, p. 96), a utilização do conceito moderno de SAN surgiu na “Conferência Internacional sobre Nutrição, realizada em 1992, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU) e que definiu um plano de ação direta para o combate à fome ao redor do mundo”. Para o autor supracitado, nos documentos da conferência também se fez presente abordagens sobre a qualidade do alimento e das ligações entre nutrição e desenvolvimento agrícola. Nesse momento, surge, ainda, uma série de autores discutindo o rumo da alimentação mundial e seus efeitos no desenvolvimento social e cultural dos povos, culminando no surgimento de um campo do conhecimento sociológico que discute a alimentação e suas implicações, a Sociologia da Alimentação (MENELL et al., 1992).

Os problemas de saúde, ocasionados pela alimentação na atualidade, estão relacionados à contaminação por agrotóxicos e outros produtos químicos utilizados na formulação dos alimentos processados e ultraprocessados, o que tem sido relacionado a uma série de doenças (MORGAN, 2006; BIANCO et al., 2010); como a obesidade que cada vez mais cresce no mundo (OLIVEIRA, 2013; WHO, 2013); além disso, há a necessidade de apontar os chamados riscos alimentares, ou seja, alimentos industrializados contaminados e adulterados em massa (GUIVANT, 2002).

Aliadas à questão da saúde, aparecem as questões ambientais, culturais e sociais da alimentação. As questões ambientais se encontram nos efeitos visíveis do processo da Revolução Verde e tornam-se proposições imperativas para que haja mudanças nos sistemas de produção. Há também a necessidade de desconstruir as desconexões criadas pelo processo de modernização agrícola, em que os alimentos produzidos são descontextualizados, desterritorializados e desconectados dos processos de constituição histórica dos sistemas agrícolas (PETERSEN, 2013). Os sistemas de produção modernos produzem abundância de alimentos e, ao mesmo tempo, intensa degradação e contaminação no meio ambiente devido à atual lógica produtiva, além disso, há uma crescente diminuição da renda agrícola pelo aumento progressivo dos custos dos insumos e/ou aumento da subordinação econômica dos agricultores (WISKERKE, 2009).

Frente a essas problemáticas surge um movimento de contraposição ao atual modelo hegemônico de produção e alimentação. Esse padrão alternativo questiona o modelo alimentar industrial e propõe novas formas de organização de produção, mercado e consumo, o que denominamos de Narrativa Alternativa dos Alimentos (BALEM, 2015). O debate acerca das redes alternativas tornou-se uma característica cada vez mais acentuada em debates de desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial e proposição de modelos alimentares diferenciados nos últimos 15 anos (MAYE, 2013). De acordo com Maye (2013) inúmeros estudos evidenciam a emergência de redes de produção e consumo mais aterradas e mais enraizadas em relações de reciprocidade, cultura alimentar, alimentação saudável, o que demonstra uma nova governança de sistemas agroalimentares. Os sistemas alimentares alternativos são baseados em espaços descentralizados, ecologicamente aterrados, e em consonância com as prerrogativas do desenvolvimento territorial e sustentável (McMICHEL, 2009; MORGAN, 2010). Desse modo, criam-se novas convenções de qualidade nas quais os elementos sociais, culturais, territoriais e de saúde compõem um sistema de qualidade, resgatando o conceito de segurança alimentar que havia sido abandonado nas três décadas finais do século XX em consequência do imperativo da quantidade ofertada.

Para Wiskerke (2009) a ligação do alimento com o contexto sociocultural e territorial é essencial para a construção de uma proposta de paradigma alimentar alternativo. Nesse sentido, os mercados de circuitos curtos são os canais estabelecidos para esse modelo alternativo. De acordo com Bava (2014):

Por circuitos curtos entendemos a busca pela aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços; a redução da escala das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados; a diminuição da necessidade de uso de redes de transporte, energia e logística; a utilização de mão de obra do território; o financiamento em condições acessíveis aos micro e pequenos empreendedores com novos mecanismos de intermediação financeira; a maior participação dos atores sociais nos processos de decisão política, o maior cuidado com o meio ambiente do lugar em que vivem.

Para Darolt (2013, p. 142) “os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associados à agroecologia podem ser a chave para conectar produtores e consumidores de alimentos ecológicos e uma forma de impulsionar o desenvolvimento local”. Darolt (2013) enumera as onze tipologias de mercados de circuito curto, dentre esses estão venda na propriedade, venda em cestas, feiras de produtores, pontos de venda coletiva, beira de estradas, entre outros. Percebemos que alguns tipos de mercado exigem maior participação e tempo dos consumidores do que outros. Garcia (2003) aponta que a necessidade de se readaptar às novas condições de vida que hoje o mundo vem vivenciando, seja, pela falta de tempo, pelo recurso financeiro escasso, ou, até mesmo pelo local disponível para a alimentação, as pessoas necessitam se adequar. Um dos fatores destacados pela autora, a falta de tempo das famílias e de uma pessoa com tempo livre destinada ao cuidado da compra e do preparo da alimentação levam os consumidores a buscar soluções mais rápidas e prontas, que na maioria dos casos estão nos produtos industrializados.

Os fatores tempo e praticidade discutidos por Garcia (2003) como determinantes de opções de consumo atual são importantes no mercado alternativo de entrega de cestas. Apesar da crescente oferta de alternativas alimentares, o consumidor ainda encontra dificuldade em localizar esses produtos, já que a “correria do mundo moderno” enxuga de maneira exaustiva os seus horários diariamente, impossibilitando os mesmos de realizar semanalmente suas compras nas feiras ou em varejos mais próximos que vendem produtos orgânicos. Observamos essa questão nessa pesquisa, pois praticamente todos os consumidores entrevistados ressaltaram essa questão. Além disso, o preço justo cobrado é outro fator que pesa bastante para os consumidores desse modelo de comercialização, pois a forma mais prática e acessível para a compra de alimentos orgânicos e de qualidade diferenciada seriam as gôndolas existentes em grandes mercados varejistas existentes em Santa Maria, no entanto para os consumidores que abordaram essa questão, os preços são muito elevados.

Outro fator que determinou a decisão dos consumidores em aderir à compra desses produtos, foi a preocupação com a saúde própria e dos comensais do grupo familiar, além do reconhecimento de estar adquirindo alimentos sem o uso de produtos químicos durante ou após a colheita. Para Niederle, Almeida e Vezzani (2013), graças ao contato direto com o produtor, o consumidor conhece os alimentos que está levando à mesa.

Foi também lembrada a segurança que os consumidores possuem ao saber que estão comprando diretamente do próprio produtor, o qual também realiza a entrega e que essa aproximação reflete em maior confiança, pois as dúvidas ou

recomendações podem ser abordadas no momento da entrega. Como discutem os autores Godoy e Anjos (2007), o relacionamento entre produtor e consumidor, além da comercialização, também podem ser traduzidas na troca de experiências e saberes entre o rural e o urbano, em forma de receitas de preparo dos alimentos, informações nutricionais dos produtos e informações sobre as técnicas de produção agroecológicas. Neste sentido, podemos dizer que além da preocupação por ingerir alimentos mais saudáveis e a praticidade na aquisição dos produtos, os consumidores também zelam pela importância da relação direta entre produtor e consumidor, que acaba trazendo uma maior segurança aos mesmos na hora da compra.

No entanto, há consumidores que possuem uma abordagem mais crítica em relação a esse mercado “mais cômodo e prático”. Um dos entrevistados chamou atenção ao abordar a importância das feiras ao invés da entrega domiciliar, para evitar o comodismo nas grandes cidades. Ele argumenta: *“havendo uma feira você se dispõe a sair um pouco de casa, deixar aquele comodismo de receber as cestinhas prontas, eu acho que isso é uma forma de comodismo, uma forma de acomodar o consumidor”*. A feira, por sua característica é um espaço de socialização de trocas mais intensas e significativas, onde os consumidores se relacionam com vários agricultores. Na entrega de cestas, as possibilidades de troca para os consumidores são bem menores.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ENTREGA DOMICILIAR DE CESTAS DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

Para a entrega das cestas montadas pela família, o produtor recebeu o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da cidade de Santa Maria (EMATER). Anteriormente a família realizava feiras e também entregava produtos juntamente a outros produtores para empresas relacionadas a programas do governo como o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A família passou por processos de remodelações, devido à troca de área produtiva e com a assistência técnica surgiu a ideia de realizar a entrega dos alimentos através de cestas em pontos estratégicos, facilitando o agricultor por serem pontos próximos da propriedade e próximos de seus clientes.

As indicações dos produtos da família inicialmente foram feitas pelos assistentes da EMATER envolvidos, e posteriormente foi passado de amigos para conhecidos e também com frequência em ambientes de trabalho. A ideia inicial era de que fosse estipulado um valor para as cestas que seriam entregues semanalmente e dentro desse valor, o agricultor as organizaria com os produtos disponíveis no momento. O consumidor passaria a receber as “cestas fechadas” de acordo com o que fosse produzido na propriedade, justamente pela dificuldade do produtor em produzir algumas culturas em determinadas épocas e por questões de sazonalidade de produção. Porém, alguns dos consumidores não aderiram à ideia e optaram pela escolha dos produtos, desse modo, é entregue uma lista do que é cultivado na propriedade e a partir dela são feitas as escolhas. Mais da metade dos consumidores optam pela seleção de produtos, enquanto os outros preferem comprar o que tem disponível na propriedade semanalmente, optando pela “cesta fechada”, assim combinam um valor semanal com o agricultor e esse organiza a cesta livremente.

A família afirma que se as cestas fossem “fechadas” demandaria menos mão de obra e facilitaria o gerenciamento dos sistemas de produção e comercialização. Sobre a entrega de cestas fechadas, sem a opção de escolha dos produtos semanalmente, os consumidores que optam por essa modalidade ressaltam a possibilidade de variar a alimentação, respeitar os processos produtivos da propriedade e afirmam que o elemento surpresa os obriga a comer alimentos variados.

Como afirma uma consumidora: *“Porque a gente tem uma alimentação bem variada, pra mim não importa muito que tipo de produto, desde que ele seja variado, que ele seja novo, que ele seja fresco”*. Uma das consumidoras afirma que prefere comprar a cesta sem saber o que vai ter nela, pois assim, se obriga a comer uma variedade maior de alimentos. Afirma: *“Hoje nós comemos espinafre, couve folha, batata doce, que eram alimentos que raramente comíamos. Se eu fosse escolher, nunca escolheria espinafre, por exemplo. Agora a gente sabe fazer espinafre de várias formas.”* A escolha, segundo a consumidora estreita o consumo, pois as pessoas tendem a pedir sempre os mesmos produtos e prejudica o trabalho dos agricultores e reduz a variedade de produtos consumidos pelas famílias. É necessário considerar que a propriedade não é um mercado convencional que tem sempre disponíveis determinados produtos, na verdade os consumidores preferem escolher porque não conseguem se desligar dessa lógica do grande mercado. Outra questão a ser considerada é a sazonalidade dos produtos e os eventos climáticos, nem sempre vai ser possível o agricultor ter disponível todos os produtos da preferência dos consumidores, mas com certeza terá um substituto.

Outro aspecto que a família abordou é que eles enxergam a entrega via cestas como um mercado potencial e emergente, no entanto necessitam de assessoria para organizar o grupo de consumidores e a rota de entregas, pois seria inviável entregar em todas as residências se aumentasse o número de consumidores. Hoje eles entregam em três pontos estratégicos e os consumidores envolvidos em cada ponto se organizam para distribuição. Para os agricultores o ideal é entregar em pontos de referência, onde um ponto atingiria um grupo pequeno de consumidores. Assim facilitaria a entrega e estaria próximo a todos os consumidores. Outra questão importante dos pontos de referência é que não aumentaria o valor dos produtos para os consumidores, pela facilidade de logística.

Uma das maiores vantagens dessa entrega domiciliar é o contato direto com o produtor, relação a qual foi enfatizada por todos os entrevistados. O sentimento de admiração e confiança demonstrado pelos consumidores foi visível em todas as entrevistas. O excerto a seguir demonstra isso: *“o trabalho deles é uma luta, é remar contra a maré, eles desafiam um processo diferenciado e que a gente percebe como são corajosos e que perseguem aquilo que querem”*.

Os consumidores têm consciência da qualidade diferenciada dos produtos, além disso, acreditam estar fortalecendo a agricultura familiar, como afirma um consumidor, que diz que a motivação pelo consumo dos produtos da família foi: *“A busca por alimento sem contaminação por agrotóxicos e para valorizar a agricultura familiar e os agricultores que fazem dela uma agricultura diferente”*. Uma consumidora afirma que a entrega via cestas: *“facilita a aquisição porque antes eu ia à feira fazer essa compra, então a partir da segurança que o produto é entregue no meu local de trabalho me facilita um monte né. E eu acho isso bem importante, até porque a gente conhece as pessoas que produzem”*.

Outros consumidores afirmaram que consomem os produtos por confiança e também movidos por um sentimento de nostalgia, pois são de origem rural. Para esses consumidores os produtos entregues nas cestas e a relação construída com a família lembram essa origem. Além disso, buscam alimentação mais saudável e agroecológica, por necessitarem de alimentos de melhor qualidade em função de problemas de saúde.

Percebe-se que todos os consumidores optam pelo consumo de alimentos orgânicos e da agricultura familiar em primeiro lugar por uma questão de saúde, em segundo lugar por uma questão de valorização dos agricultores e em terceiro lugar por buscar reconexão com suas origens. A questão ambiental e de preservação, foi fracamente abordada pelos consumidores.

Um dos maiores problemas enfrentados na construção desse mercado é a seletividade dos produtos por parte dos consumidores, pois a família não dispõe de um canal de comunicação eficiente para informar os consumidores a lista de produtos disponíveis semanalmente. O constato se dá via telefone celular e tem sido insuficiente e ineficaz. Por outro lado, o agricultor tem dificuldade de organizar as cestas quando ocorre uma seletividade maior de produtos por parte dos consumidores, pois isso exige mais planejamento e mais interação entre ambas as partes. Para a família, o sistema ideal de comercialização via cestas seria o de “cestas fechadas”, montadas dentro de um valor previamente estipulado e com os produtos disponíveis no momento, isso sanaria uma das principais dificuldades enfrentadas que é a comunicação e a prévia escolha dos produtos pelos consumidores. Essa questão sugere que esses mercados de proximidade exigem tecnologias modernas para auxiliá-los. Um aplicativo de celular ou de um site com a divulgação dos produtos da família resolveria em parte essa dificuldade de comunicação, no entanto demandaria mais especialização e domínio de tecnologias de comunicação por parte da família. Nessa questão cabe alguns questionamentos e talvez agendas de pesquisa: o modelo ideal não seria o proposto pela família, as “cestas fechadas”, pois estaria mais de acordo com os processos naturais e com as características da agricultura familiar? Nesse caso, deveria haver ampliação dos espaços de diálogo entre consumidores e agricultores. Ou precisamos avançar com pesquisas e desenvolvimentos de suportes adequados para os mercados de circuito curtos, tais como ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e maior assessoria aos agricultores no processo de construção dos diferentes mercados de circuito curto? O uso de tecnologias de comunicação pode ser um fator fundamental para melhorar a conexão entre agricultor e consumidor, tal ideia que também foi salientada por vários consumidores entrevistados, onde foi relatado que através de um aplicativo ou site o produtor poderia disponibilizar os produtos para a venda semanalmente, avisar datas e horários para realizar as encomendas e entregas, facilitando ainda mais este mercado utilizando esses recursos.

4.2 A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: UMA NECESSIDADE SENTIDA?

O crescimento de incentivos governamentais a respeito da produção e consumo sustentável na agricultura é visto em quase todos os países do mundo, e isso decorre das metas articuladas com a Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançadas até o ano de 2030. Dentro dos 17 acordos apresentados em ordem pela organização, está a busca pela agricultura sustentável ligada ao fim da fome, a qual ocupa o segundo lugar da lista depois da erradicação da pobreza (AGENDA 2030 - ONU, 2015).

Nota-se que os sistemas agroecológicos de produção são os melhores para a questão da agricultura sustentável, pois além de levar em conta a preservação e o uso consciente dos recursos naturais, proporciona também a população uma alimentação mais saudável. Essas questões chamam a atenção dos consumidores já que atualmente estão mais preocupados com a saúde e o bem-estar, dando origem a um novo tipo de consumidor. Os consumidores “verdes” ou ecologicamente conscientes e responsáveis são definidos ou representados, por aqueles indivíduos que buscam para consumo apenas os produtos que não exerçam nenhum prejuízo ao meio ambiente (GRAZIANO et.al, 2006).

Para garantir a esses consumidores a veracidade de que estão adquirindo produtos sustentáveis, temos o processo de certificação dos alimentos realizado por instituições privadas ou públicas. As certificações ecológicas e orgânicas surgem nos

diferentes países de modo a controlar e servir como instrumento de verificação de conformidades ambientais e estão ligadas ao aparecimento da sustentabilidade como preocupação global (NIEDERLE et al., 2013).

Quando questionamos os consumidores a respeito da necessidade de certificação dos produtos da família, os entrevistados responderam que o mais importante é a relação de confiança entre o produtor e o consumidor. Pelo fato de existir um forte elo de confiança para muitos consumidores o processo de certificação não interfere e é dispensável. No entanto os consumidores afirmam que se houver a expansão da venda dos produtos através das cestas, talvez a certificação seria fundamental, principalmente para aqueles que não conhecem a família.

É válido ressaltar que esse sentimento de confiança é proporcionado pelo mercado de circuito curto de entrega domiciliar, onde há o contato presencial entre o produtor e o consumidor gerando diálogos a respeito da produção dos alimentos. Em uma das entrevistas, o entrevistado ressalta a importância desse contato, ele ainda dá ênfase quando diz *“além da entrega da cesta, há estabelecido um grau de confiança e amizade com o agricultor que traz os alimentos que irão alimentar minha família”*. Outro afirma: *“a gente conversa, pergunta quando tem dúvida, eu gosto de esperar a entrega da cesta, pois assim consigo conversar com o agricultor”*.

Está claro que essa relação estabelecida entre os consumidores e a família, se deu por conta de um processo construído, onde inclusive, alguns consumidores foram conhecer a propriedade e se certificaram dos alimentos que estavam recebendo em casa. Um consumidor disse que não conhece a propriedade, mas que quer conhecer logo, pois já são amigos da família e que tem muita curiosidade de saber onde esses moram e cultivam os alimentos. Outro fator fundamental na relação construída foi à indicação do agricultor por parte de consumidores que já conhecem a propriedade, o que reforça a confiança. Ou seja, o contato próximo, dialogado e reflexivo que os mercados de circuito curto conseguem estabelecer.

Os consumidores percebem que os produtos são diferenciados ao relatar que os alimentos possuem um sabor diferente do convencional, como relatado em uma entrevista: *“depois que comecei a comprar a cesta da família, voltei a comer beterraba com gosto de beterraba”*. Ela reforçou, assim como a maioria dos consumidores, que o alimento tem outro paladar, que ao *“pegar um produto da cesta vê pela aparência que tem outro jeito, o cheiro, o gosto, tudo é diferente dos alimentos consumidos de grandes mercados”*.

4.3 A DIFICULDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA AOS AGRICULTORES ORGÂNICOS

Como a construção de uma Narrativa Alternativa dos Alimentos passa necessariamente pelo redesenho dos sistemas de produção, é necessário um perfil profissional diferenciado para dar assessoria aos modelos de agriculturas sustentáveis. É notável a falta de profissionais com experiência na área de produção orgânica e agroecológica.

Segundo o extensionista do escritório municipal da EMATER-RS de Santa Maria, muitos agricultores não conseguem produzir de forma orgânica por falta de técnicos especializados nessa área para dar assessoria. Para ele: *“Não tem assistência técnica, não existe. 99% dos agentes de desenvolvimento e assistência técnica hoje são formados para vender venenos e insumos, assim os agricultores dependem muito deles (mesmos) para se organizar por conta própria”*. Para Carvalho (2014) a precariedade da assistência técnica recebida pelos produtores, as dificuldades de acesso a financiamento e a pouca divulgação das qualidades da

produção orgânica completam o quadro de gargalos econômicos traçado pelos produtores.

Assim, como a dificuldade de produzir é maior e qualquer manejo errado do produtor sem orientação, acarreta em custos mais elevados, é perceptível a necessidade de uma orientação especializada para poder produzir da melhor forma e mais rentável possível. Portanto, a capacitação e apoio técnico à produção são fatores essenciais à diminuição dos custos de produção e melhoria da qualidade dos produtos (CARVALHO, 2014). Balem (2015), identificou que um dos maiores problemas para os agricultores que optam pela produção orgânica ou mais sustentável tem sido a assistência técnica, que quando existe está completamente em desacordo com as premissas de produção agroecológica. Barbosa e Sousa (2012) também ressaltam que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos produtores nesse mercado é o acesso limitado à assistência técnica. Nesta questão abordada pelos autores fica clara a falta de especializações que se tem na área.

Segundo Sassi (2011) atualmente muitos agricultores não dispõem de assistência técnica e até que estes serviços aconteçam o agricultor não poderia ficar esperando. Uma das formas que os agricultores utilizam para sanar o problema da falta de assessoria é a formação de grupos, muitas vezes para formação de uma cooperativa descentralizada, administradas por eles mesmos (SASSI, 2011). Com esse modelo de organização os agricultores tendem a se responsabilizar pela produção e venda de seus produtos, gerando assim vantagens para os mesmos. No entanto, mesmo com a organização, os agricultores necessitam de assessoria técnica, pois como afirma Sumberg e Sabates-Wheeler (2011), esses precisam desenvolver novas habilidades, pois as estratégias e estruturas de realocação da agricultura exigem conhecimentos que não dominam ou perderam com o processo de modernização. Em estudo realizado por Balem (2015) percebe-se que a agroecologia é mais complexa e mais difícil para os agricultores, o que exige conhecimentos que eles não dominam.

O trabalho de extensão rural, no caso da família deste ensaio, esteve muito mais relacionado à organização dos consumidores e hoje tem uma ação voltada ao gerenciamento da propriedade. A ação mais voltada à produção e manejo de agroecossistemas é realizada pelo filho, que é Engenheiro Agrônomo. Mas como o extensionista entrevistado ressalta, essa é uma situação de exceção e não regra. Para ele existem inúmeros agricultores que poderiam fazer a reconversão dos sistemas de produção e ingressar em mercados de circuitos curtos, melhorando a renda, a qualidade de vida e construindo novas opções de alimentação para os consumidores urbanos, a exemplos das experiências já existentes em Santa Maria. Mas, essas não se ampliam por falta de assessoria adequada.

Segundo o extensionista entrevistado seria necessária uma equipe de técnicos maior e mais qualificada para atender agricultores e atuar na construção dos mercados de circuito curto agroecológicos. Para o extensionista, a família estudada nesse artigo já superou muitos gargalos técnicos e produtivos, porém a organização do processo de comercialização via cestas ainda precisa ser melhorada, pois há bastante dificuldade de comunicação entre os consumidores e a família. E para aqueles consumidores que preferem escolher os produtos semanalmente, essa dificuldade de diálogo é um problema.

Essas questões levantadas pela extensão rural demonstram que a construção de uma Narrativa Alternativa dos Alimentos perpassa por várias áreas, não somente pela assistência técnica produtiva, como aponta Balem (2015). A produção agroecológica e a comercialização dessa, em mercados de circuito curto, exigem uma série de aprendizados e desenvolvimento de ações que dialogam com uma sociedade moderna e com modos de consumo já impactado. Dessa forma, o aprendizado não é

somente para os produtores, mas também para os consumidores. Uma das sugestões de consumidores durante a pesquisa foi organizar visitas dos consumidores à propriedade. Esse, talvez seja um dos caminhos para ampliar esse processo de aprendizagem, aumentar ainda mais o contato entre produtor e consumidor e, além disso, garantir a confiança. Essas visitas, poderiam ser organizadas em grupos, assim os consumidores poderiam conhecer a propriedade, a forma de cultivo dos produtos antes de chegar até a mesa de suas casas, promovendo uma oportuna interação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A certificação, para o grupo de consumidores atual não representa algo necessário, mas pode ser levado em consideração assim que o agricultor estiver terminado o processo de transição e ter sua produção inteiramente agroecológica, pois poderá expandir as suas vendas e acessar outros mercados.

Percebemos que a entrega de produtos orgânicos em cestas pode ser avaliado através de algumas questões centrais: 1- atinge um grupo de consumidores conscientes e que buscam alimentos de maior qualidade, mas preferem a comodidade de receber em casa os produtos; 2- a relação entre agricultor e consumidores é baseada na confiança e na troca de saberes; 3 - os consumidores tendem a preferir a escolha de produtos para compor a cestas e não a compra às cegas, ou seja, sem saber o que tem na cesta; 4- seria importante os consumidores acessarem espaços de diálogo sobre alimentação, produção orgânica e agricultura familiar, pois se percebe que muitos têm dificuldade de compreender a dinâmica da propriedade e da família, e tendem a querer um atendimento parecido com o encontrado em mercados, principalmente no que tange aos tipos de produtos.

Concluimos que o processo de venda a partir do mercado de circuito curto com entrega de cestas beneficia tanto a família produtora quanto os consumidores. Os consumidores que possuíam dificuldades de acessar produtos de qualidade diferenciada, hoje podem receber seus alimentos em casa.

Contudo, ainda há espaço de aprendizado nessa relação de produção e consumo, pois a experiência mostra que há desafios a serem superados, tais como: organização do mercado de circuito curto, já que a comunicação entre a família agricultora e os consumidores por vezes é difícil; assistência técnica que apesar de existente é insuficiente para atender uma demanda maior de agricultores; e aprendizados necessários tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Nesse último, percebe-se que os consumidores têm dificuldade de perceber e conhecer a sazonalidade dos cultivos agropecuários, os eventos climáticos que por vezes comprometem a produção e a limitação de oferta de determinados produtos em algumas épocas. Por outro lado, a família agricultora tem dificuldade de organizar as cestas quando ocorre uma seletividade maior de produtos por parte dos consumidores. Para a família, o sistema ideal de comercialização via cestas seriam as cestas fechadas, organizadas dentro de um valor previamente estipulado e com os produtos disponíveis no momento, pois uma das principais dificuldades enfrentadas é a comunicação e a prévia escolha dos produtos pelos consumidores, o que ressalta a importância de um aplicativo a ser acessado por um dispositivo móvel ou site para facilitar esse processo.

6. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ANGELO, E. A.; VILAS-BÔAS, G. T.; CASTRO-GÓMEZ, R. J. H. *Bacillus thuringiensis*: características gerais e fermentação. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 31, n. 4, p. 945-958, out./dez. 2010

BALEM, T. A. **O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos**: convergências e desafios. 2015. 275f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: Simpósio IESA/Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 5., 2002, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis: IESA/Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2002, CD-ROM.

BARBOSA, W. de F.; SOUSA, E. P. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, v. 8, n. 4, p. 6774, out./dez, 2012.

BAVA, S. C. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: BARTELT, D. D. (Org.). **Um campeão visto de perto**: uma análise do modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. (Série Democracia). p. 178-187. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf. Acesso em: 12 mar. 2017.

BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas, n.19, v.2, p. 94-110, 2012.

BIANCHINI, V.; MEDAETS, J. P. P. **Da revolução verde a agroecologia**: Plano Brasil Agroecológico. 2013. Disponível em: <http://migre.me/wiPLY>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BIANCO, A. L.; CASSIANO, L. de., RIBEIRO, A. C. Superalimentados, mas subnutridos – um diagnóstico do sistema alimentar industrial. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 203-206, 2009.

BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis (...). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de maio de 2012.

CALEGARI, A. Perspectivas e estratégias para a sustentabilidade e o aumento da biodiversidade dos sistemas agrícolas com o uso de adubos verdes. In: LIMA FILHO, O. F. de et al. (Eds.). **Adubação verde e plantas de cobertura no Brasil**: fundamentos e prática. Brasília, DF: Embrapa, 2014. v. 1 p. 19-36.

CALEGARI, A.; CARLOS, J. A. D. Recomendações de plantio e informações gerais sobre o uso de espécies para adubação verde no Brasil. In: LIMA FILHO, O. F. de et al. (Eds.). **Adubação verde e plantas de cobertura no Brasil**: fundamentos e prática. Brasília, DF: Embrapa, 2014. v. 2 p. 451-478.

CARVALHO, R. Desafios para a produção orgânica do ERJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 23-41, 2014.

COSTABEBER, J. Transição agroecológica: do produtivíssimo à ecologização. *In*: BRACAGIOLI NETO, A. (Org.). **Sustentabilidade e cidadania**: O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, pp. 67-117, 1999.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos. *In*: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (Org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kayrós, 2013. p. 139-170.

FIBL/IFOAM. Research Institute of Organic Agriculture/International Federation of Organic Agriculture Movements. **The world of organic agriculture**: statistics and emerging trends, 2016.

FRIEDMANN, H. After Midas's Feast: alternative food regimes for the future. *In*: ALLEN, P. (ed.) **Food for the future**: conditions and contradictions of sustainability. California: John Wiley e Sons, Inc., 1993. p. 213-233.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista Nutrição**, Campinas, n. 16, v. 4, p. 483-492, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -4. ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos Ecológicos em Agricultura sustentável. Porto Alegre: editora Universidade/UFRGS, 2000.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev, 2007.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, S. F.; GOMES, R. MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. - 31. Ed- Petrópolis, RJ: Vozes. p. 79-108, 2012.

GOODMANN, D. The "Turn Quality" and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v.19, n.1, 2003.

GRAZIANO, G. O.; et al. A certificação de produtos orgânicos no Brasil: um estudo exploratório. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44. 2006, Fortaleza. **Anais...** Brasília: SOBER, 2006.

GUELBER SALES, M. N. **Criação de galinhas em sistemas agroecológicos**. Vitória, ES: Incaper, 2005. Disponível em: encurtador.com.br/joIVX. Acesso em :22 jan. 2019.

GUIVANT, J. S. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. p. 89-99. jan./jun, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil. Rio Grande do Sul. Santa Maria. IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MAYE, D. Moving alternative food networks beyond the niche. **International Journal of Sociology, Agriculture and Food**, v. 20, n. 3, 2013, p. 383–389, 2013.

McMICHAEL, P. A. food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v.36, n.1, p.139-169, 2009.

MENELL, S. MURCOTT, A.; OTTERLOO, A. H. VAN. **The sociology of food: eating, diet and culture**. London: Sage Publications, 1992.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Portaria n. 95, de 7 de abril de 2011**. Divulga o Zoneamento Agrícola para a cultura de banana no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=978888252>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MORGAN, K. J. Local and green, global and fair: the ethical foodscape and the politics of care. **Environment and planning A**, v. 42, n. 8, p.1852 – 1867, 2010.

MORGAN, K. School food and the public domain: the politics of the public plate. **The Political Quarterly**, v. 77, n. 3, 2006.

MORGAN, K.; SONNINO, R. (b). Rethinking school food: the power of the public plate. IN: STATE OF THE WORLD. **Transforming cultures: from consumerism to sustainability**. New York: London: 2010. p.69-74, 2010.

NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. Introdução. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Cairós, 2013. p. 13 - 22.

OLIVEIRA, M. L. **Estimativa dos custos da obesidade para o sistema único de saúde do Brasil**. Brasília, 109 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030**. Edição de 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undpbr-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2017.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Cairós, 2013. p. 69-104.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE. 2013.

SASSI, C. R. Proposta de política de assistência técnica agrícola: um desafio a técnicos e agricultores. **Publ. UEPG Ci. Exatas Terra, Ciências Agrárias e Engenharias**, Ponta Grossa, n. 17, v. 2, p. 119-129, jul./dez. 2011.

STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza**. Curitiba, 2013.148p.

SUMBERG, J. SABATES-WHEELER, R. Linking agricultural development to school feeding in sub-Saharan Africa: theoretical perspectives. **Food Policy**, v. 36, p. 341–349. 2011.

TIVELLI, S. W. et al. **Beterraba**: do plantio à comercialização. Campinas: Instituto Agrônomo, 2011. 45p. (Série Tecnologia APTA. Boletim Técnico IAC, 210)

TRUJILLO, F. S. de P. **Medioambiente y Agricultura**: ¿La Nueva ‘Cuestión Agraria’ del Siglo XXI? (em prensa). España, Córdoba: Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, 2004. 17 p.

WISKERKE, J.S.C. On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **International Planning Studies**, v. 14, n. 4, p. 369 -387, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Obesity and overweight**. 2013. (Fact sheet n., 311, Updated March 2013). Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>. Acesso em: 02 set. 2013.

PRÁTICA DAS FARMÁCIAS VIVAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, CEARÁ, E A NECESSIDADE DE UMA AÇÃO DE EXTENSÃO SISTÊMICA

Leonardo Lopes Rufino¹
Guillermo Gamarra-Rojas²
Mary Anne Medeiros Bandeira³
José Ribamar Furtado de Souza⁴
José Newton Pires Reis⁵

RESUMO

A Farmácia Viva (FV) foi idealizada no Ceará e originou a Política Pública em Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos, a qual vem buscando revitalizar essa atividade no Estado. O estudo de multi casos, baseado em análise do conteúdo, objetivou caracterizar as FVs de Fortaleza buscando conhecer a sua dinâmica e os atores sociais e analisá-las quanto à inovação e/ou conformidade com a Política Estadual. As FVs partilham contextos semelhantes, em áreas de pobreza e marginalidade social. Dedicam-se à produção, consumo e distribuição de plantas medicinais, e 30% também a atender à demanda de fitoterápicos do SUS. Os atores sociais previstos na Política estão pouco evidentes, exceto nas FVs da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Núcleo de Fitoterápicos. Comunitários, acadêmicos e pacientes, substituem aqueles parcialmente e se constituem simultaneamente em produtores, técnicos de transformação e beneficiários. Os hortos são agriculturas urbanas e espaço de aprendizagem e convivência, denotando sua multifuncionalidade. A relativa autonomia na cadeia produtiva implica em prestar atenção à produção integrada e a necessidade de se proporcionar assessoria sistêmica na produção, transformação e gestão. A relação entre normatização e prática sugere considerar as inovações dos sujeitos sociais, que são quem melhor pode retroalimentar a política.

Palavras-chave: extensão rural, fitoterapia, plantas medicinais, políticas públicas.

¹ Graduado em Agronomia (UFC). Mestrado em Economia Rural (UFC). Professor da Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Francisca Maura Martins, CE. E-mail: leonardorufino@yahoo.com.br

² Graduado em Agronomia (UFAL). Mestrado em Ciências Agrárias (EAUFBA). Doutorado em Botânica (UFRPE). Professor do Departamento de Economia Agrícola e do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (UFC). E-mail: ggamarra@terra.com.br

³ Graduada em Farmácia (UFC). Mestrado em Química (UFC). Doutorado em Química (UFC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (UFC). E-mail: mambandeira@yahoo.com.br

⁴ Graduado em Agronomia (UFC). Mestrado em Extensão Agrícola (University of Reading). Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento e Ciências Políticas (Universidade de Londres). PhD em Economia e Ciências Políticas (London School of Economics and Political Sciences). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (UFC). E-mail: furtado.riba@gmail.com

⁵ Graduado em Agronomia (UFC). Doutorado em Economia Aplicada (USP). Professor do Departamento de Economia Agrícola e do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (UFC). E-mail: newton@ufc.br

LIVING PHARMACIES PRACTICE IN THE MUNICIPALITY OF FORTALEZA, CEARÁ, AND THE NEED FOR A SYSTEMIC EXTENSION ACTION

ABSTRACT

Living Pharmacies (LPs) were conceived in Ceará and originated the Public Policy on Medicinal Plants and Phytotherapy, which has been seeking to revitalize this activity. The multi case study, based on content analysis, aimed to characterize the LPs of Fortaleza seeking to know their dynamics and the social actors and, analyze them in terms of innovation and compliance with policy regulations. LPs share similar contexts in areas of poverty and social marginalization. LPs are dedicated to the production, consumption and distribution of medicinal plants, and 30% also meet the SUS phytotherapies demand. Social actors established in policy are little evident, except for the Universidade Federal do Ceará and Nufito. Community, academics and patients, override partially and are simultaneously producers, transformation technicians and beneficiaries. Medicinal gardens are urban agriculture and space for learning and acquaintanceship, denoting its multifunctionality. The autonomy in the production chain suggests paying attention to the integrated cultivation of medicinal plants intercropped with vegetables and/or ornamental plants and the need to provide systemic extension services in the production, management and processing. Relationship between regulation and practice suggests to consider the innovations of social actors, for are these who can best provide feedback to policy.

Key words: medicinal plants, phytotherapy, public policy, rural extension.

1. INTRODUÇÃO

O uso de plantas com fins medicinais remete-se às primeiras civilizações e está presente em diversos grupos humanos, como indígenas e quilombolas. As práticas de cura, geralmente realizadas sob a orientação de pajés e xamãs, vêm associadas a rituais religiosos que garantiram a preservação e disseminação desse conhecimento entre a população brasileira.

A fitoterapia é um tipo de conhecimento relativo às plantas medicinais e constitui uma das práticas integrativas e complementares do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. A fitoterapia tem despertado o interesse das indústrias de fármacos nacional e internacional, conforme evidenciado pelo depósito de pedidos de patentes de fitoterápicos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2018). Contudo, dos 876 pedidos de patentes analisados entre 1995 e 2017, somente 1,3% foram concedidas, o que mostra que apesar de o campo tecnológico de fitoterápicos estar entre os de principal interesse por parte dos inventores nacionais, o êxito na concessão ainda é baixo (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2018).

Como contraponto a essa indústria de fármacos, têm-se iniciativas em âmbito local de produção e distribuição de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos como o projeto Farmácias Vivas, idealizado há trinta anos pelo professor Francisco José de Abreu Matos no Ceará. Com sua experiência em Farmácias Vivas (FVs), o Ceará coloca em prática a sua própria Política Pública em Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos (PPPMPF), por meio do decreto nº 30.016 de 30 de dezembro de 2009 que regulamenta a Lei Nº 12.951, de 07 de outubro de 1999, a qual dispõe sobre a política de implantação da fitoterapia em saúde pública no Ceará (CEARÁ, 2010).

A PPPMF inclui diversos atores sociais, tais como técnicos agrícolas, agrônomos, farmacêuticos, médicos, e tem como propósito inserir a agricultura familiar no seu sistema produtivo. Logo, se pergunta: I) como se caracteriza a prática da FV no município de Fortaleza, quando confrontada com a PPPMF? II) existem adaptações e inovações nas FVs guiadas por sujeitos participantes na mesma?

Essas indagações irão permear este trabalho que reconhece o papel social que as políticas públicas têm em melhorar a qualidade de vida da população. No entendimento de Silva (2008) toda política pública é [ou deveria ser] um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar, principalmente dos segmentos mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social.

Atualmente a PPPMF passa por um processo de revitalização, buscando qualificar e ampliar a sua atuação no estado do Ceará. Desse modo, tem-se como objetivo deste artigo caracterizar e problematizar o desempenho das FVs no Município de Fortaleza a partir de sua prática. Especificamente o estudo buscou: i) caracterizar a produção, transformação, distribuição e dispensação dos fitoterápicos, buscando conhecer a sua estrutura e dinâmica e os sujeitos envolvidos nessas práticas; ii) realizar análise avaliativa quanto à inovação e/ou conformidade da prática dos sujeitos das FVs com as normas e diretrizes da PPPMF.

O artigo apresenta o contexto em que se desenvolveram a FV e a PPPMF do Ceará e discute conceitos pertinentes ao tema; seguidamente caracteriza a estrutura e dinâmica de seis FVs de Fortaleza na perspectiva dos sujeitos sociais; analisa processos de inovação social e a coerência com a PPPMF e; traz as considerações finais, com sugestões para revitalizar as FVs no Estado.

2. METODOLOGIA

A pesquisa constitui um estudo de multi casos de natureza qualitativa e caráter descritivo, explicativo e avaliativo. Foi realizada no período 2014-2015, tendo como unidade de pesquisa as FVs do Município de Fortaleza e, como sujeitos da pesquisa, seis gestores que estão ou estiveram coordenando as FVs e que se mostraram dispostos a interagir com os agentes da investigação. Como instrumento metodológico foi utilizado o questionário semiestruturado.

A análise das informações seguiu etapas da análise do conteúdo, adaptadas de Bardin (2002). Inicialmente, buscando-se caracterizar as FVs as respostas foram agrupadas por semelhança de conteúdo em função das seguintes categorias de agrupamento e análise: origem e contexto; motivações; sujeitos; formas organizativas; práticas produtivas; práticas terapêuticas; finalidades. Para realização da análise avaliativa quanto à inovação e/ou conformidade da prática dos sujeitos das FVs com as normas e diretrizes da PPPMF, informações selecionadas a partir da caracterização das FVs foram organizadas em quadro síntese, contendo: contexto inicial, sujeitos diretos e indiretos e efeitos diretos e indiretos. O conjunto de informações e análises foi enriquecido e confrontado com informação documental e bibliográfica, caracterizando uma triangulação de dados e informação primários e secundários, como forma de assegurar a validade interna em pesquisa qualitativa.

3. CONTEXTO E CONCEITOS RELEVANTES

O estudo das políticas públicas surgiu na Europa como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma de suas mais importantes instituições que é o governo produtor de políticas públicas. Nos Estados Unidos a área de políticas públicas surge no cenário acadêmico sem

estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando a dar ênfase à ação dos governos (SOUSA, 2006).

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Elas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria relacionada à política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociologia (SOUSA, 2006).

Define-se o Estado como o conjunto de instituições permanentes, tais como órgãos legislativos, tribunais, Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e outras que não formam o governo, mas que possibilitam sua ação. O governo é o conjunto de programas e projetos que partem da sociedade para a sociedade como um todo. Essa perspectiva das políticas públicas vai além do aspecto de políticas governamentais, considerando que o governo não é a única instituição a promover políticas públicas. Organizações não governamentais (ONGs), empresas concessionárias e associações diversas da sociedade também podem ser incluídas como agentes de políticas públicas. O setor empresarial com fins lucrativos não é considerado um agente fornecedor de políticas públicas (HEIDEMANN; SALM, 2008), mas pode influenciar nelas.

As políticas públicas, também chamadas de políticas sociais, se referem a ações que determinam o padrão de proteção social adotado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, relacionados aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no decorrer das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001; FLEURY; OUVÉNEY, 2008).

A proteção social se institucionalizou pelo desenvolvimento de amplos sistemas de provisão de bens e serviços de saúde, educação e assistência, visando a ampliar o bem-estar da população. Surgia desse modo o estado de bem-estar social (FLEURY; OUVÉNEY, 2008).

No Brasil do século XVIII a assistência médica era pautada na filantropia e na prática liberal. No século XIX, em decorrência das transformações econômicas e políticas, algumas iniciativas surgiram no campo da saúde pública. A intervenção estatal nesse setor só vai ocorrer no século XX, mais efetivamente na década de trinta (BRAVO, 2008).

Simultaneamente, as plantas medicinais, que sempre fizeram parte do acervo cultural e das práticas de prevenção e de tratamento de doenças dos povos indígenas e tradicionais, foram integradas ao saber popular, entendido como aquele que é passado de geração em geração através da educação não formal ou baseado em imitação ou experiência pessoal, e têm se tornado objeto de estudo por universidades e empresas de fármacos e, assim, uma fonte de produtos naturais biologicamente ativos.

Dos pesquisadores na área destacaram-se os professores da Universidade Federal do Ceará (UFC) Francisco José de Abreu Matos, farmacologista, e Afrânio Fernandes, botânico, os quais percorreram o Nordeste, identificando e catalogando espécies de plantas de uso medicinal pela população local. Bandeira (2009) relata que “Exequível para o professor Matos era buscar nas plantas já consagradas pela cultura popular o remédio, no plano da atenção básica, que pudesse tratar um vasto elenco de doenças que acomete a população brasileira”. Tal concepção valoriza o conhecimento popular, agregando-lhe valor científico com orientações de uso e indicação terapêutica.

Seus estudos resultaram na criação da FV, que pode ser compreendida como um horto onde se cultiva plantas medicinais, podendo ser realizado posterior beneficiamento e preparo de algum medicamento, como o fitoterápico, a ser utilizado por pessoas que desejam realizar tratamento à base de remédios naturais e de baixo custo. Sua produção vem sendo subsidiada por órgãos públicos e distribuída gratuitamente pelo SUS nas Unidades de Saúde.

Em 1997 as FVs foram institucionalizadas pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), por meio do Programa Estadual de Fitoterapia e, no mesmo ano, foi criado o Núcleo de Fitoterápicos da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica (NUFITO/COASF). Em 2008 o Comitê Estadual de Fitoterapia, por meio do NUFITO, regulamenta a Lei da Fitoterapia no Estado do Ceará (RUFINO, 2015). Em decorrência da PPPMF, foi estabelecida uma tipologia para as FVs desse estado (CEARÁ, 2010), conforme segue:

Farmácia Viva I - Nesta é desenvolvido o cultivo de plantas medicinais, a partir de hortas em unidades de FVs comunitárias e/ou unidades do SUS, tornando acessível à população assistida a planta medicinal *in natura* e a orientação sobre a correta preparação e uso dos remédios caseiros.

Farmácia Viva II - Nesta são realizadas a produção e dispensação de plantas medicinais secas. Para tanto, deve possuir uma adequada estrutura de processamento da matéria-prima, para tornar acessível à população a planta medicinal seca. Poderá ainda desenvolver as atividades previstas no tipo I.

Farmácia Viva III - Se destina à preparação de fitoterápicos padronizados, preparados em áreas específicas para as operações farmacêuticas, de acordo com as Boas Práticas de Preparação de Fitoterápicos (BPPF), visando ao provimento das unidades do SUS. A FV III poderá realizar as atividades previstas para os tipos I e II.

Em 2009, por meio do Decreto Nº 30.016, de 30 de dezembro de 2009, o Ceará passa a estabelecer as instâncias ou secretarias responsáveis pelo estímulo à PPPMF, cabendo à SESA a política de incentivo à pesquisa, com ênfase na biodiversidade regional, e o estímulo às iniciativas comunitárias e da agricultura familiar, juntamente com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (CEARÁ, 2010).

Desse modo, amplia-se a participação de atores governamentais e da sociedade civil na PPPMF ao considerar as iniciativas comunitárias e a agricultura familiar (RUFINO, 2015) e se faz evidente a estreita relação entre o resgate de conhecimento (plantas medicinais), a produção de novo conhecimento (fitoterápicos) e a ação do Estado como promotor da atividade produtiva e distributiva (política pública).

Torna-se aparente um enfoque centrado no produto (planta medicinal e fitoterápico), denotando uma abordagem técnica e setorial, que valoriza poucas variáveis, a qual se tem generalizado nas ciências agrárias (GAMARRA-ROJAS; SILVA; VIDAL, 2017), como resultado do método analítico historicamente construído pela ciência, onde a busca de apreensão da realidade se dá de forma fragmentada, iniciando pela separação das ciências sociais das naturais e subsequentemente a sua separação em disciplinas (GUZMÁN; OTTMANN, 1999; 2000) e, no âmbito da produção, em produtos.

Verifica-se também um desenho linear e unidirecional de difusão de tecnologia, próximo do modo de difusão de inovações de Rogers (1983), institucionalizado e dominante no ensino e na pesquisa brasileira, conforme destacava Fonseca (1985) faz mais de trinta anos, onde o conhecimento flui de um agente emissor, mediado por um agente intermediário, para um agente receptor. Para Fonseca (1985) o modelo difusionista inovador parte do princípio de que as mudanças nas sociedades rurais se dão por intervenções técnicas e não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessas sociedades.

Nessa perspectiva, no contexto da normatividade da PPPMF, cabe à SESA estimular a produção de tecnologia nas instituições de ensino e pesquisa e à SDA, que congrega diversas organizações do estado como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), o papel de mediador, que neste contexto seria o de agente que intervém na facilitação de capacitações e orientação técnica na produção e transformação das plantas medicinais junto a comunitários ou agricultores familiares, para que a FV se torne uma realidade social.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS FARMÁCIAS VIVAS DE FORTALEZA

A década de 80 do século passado constituiu um período de ativa criação de Farmácias Vivas no município de Fortaleza, com trinta FVs. Contudo, a partir de 2008, ano do falecimento do Prof. Mattos, o número dessas unidades se reduziu a cerca de cinco (TEÓFILO, 2015). O quadro 1 apresenta FVs ativas e inativas em 2015 cujos gestores se dispuseram a dialogar com os agentes da presente pesquisa.

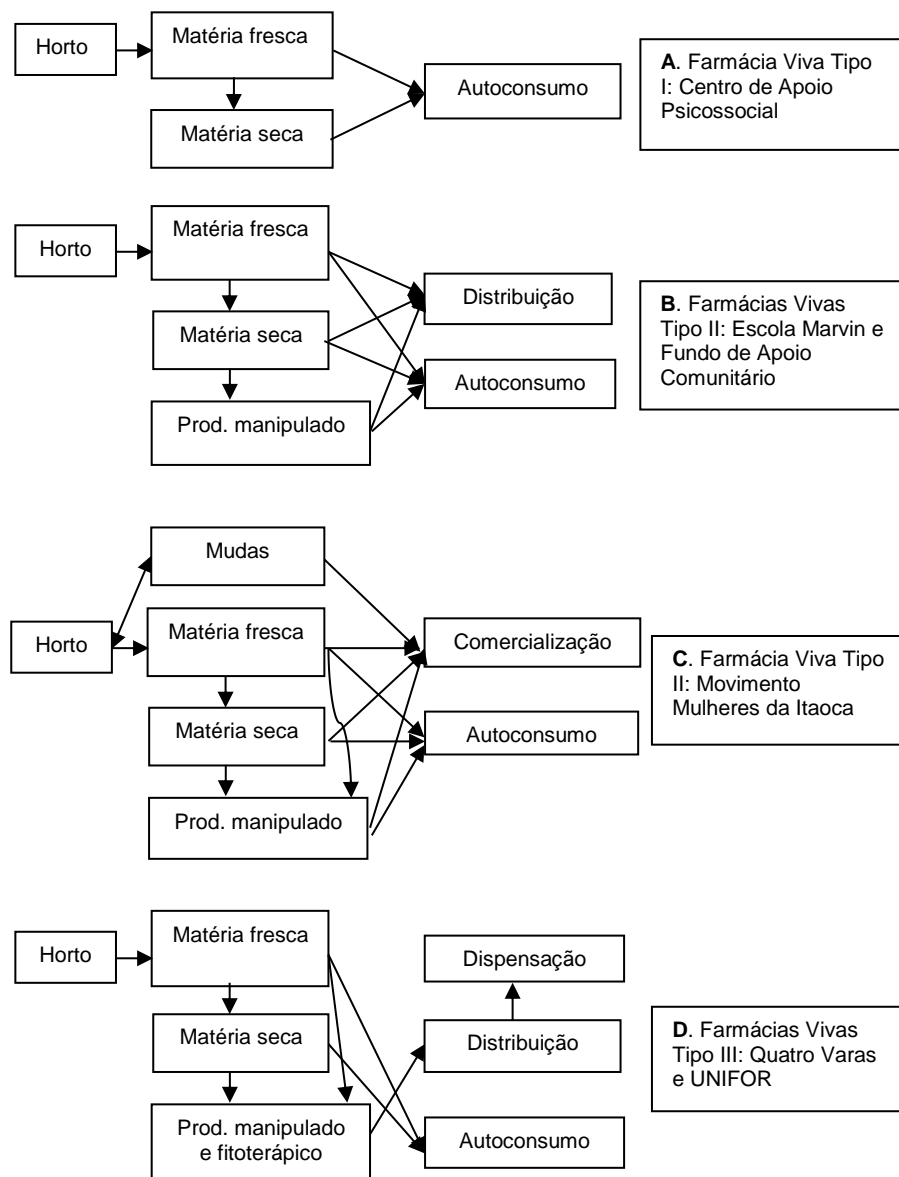
Quadro 1 - Relação das Farmácias Vivas estudadas em Fortaleza, CE, 2015.

Farmácia Viva	Status	
	Ativa	Inativa
Centro de Atenção Psicossocial	x	
Escola Profissionalizante Marvin		x
Movimento Mulheres da Itaoca	x	
Fundo de Apoio Comunitário	x	
Quatro Varas	x	
Universidade de Fortaleza	x	
Total	5	1

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na figura 1 são apresentados os fluxogramas de produção, processamento e consumo das FVs estudadas. As mesmas foram classificadas segundo tipologia da SESA do estado do Ceará (CEARÁ, 2010) apresentada anteriormente, na terceira seção deste artigo.

Figura 1- Fluxogramas de produção, processamento e consumo das Farmácias Vivas.



Fonte: Resultados da pesquisa.

4.1 FARMÁCIA VIVA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

Criada na primeira década de 2000 e localizada no Bairro Itaperi, apresenta um horto de plantas medicinais para consumo interno e se constitui em espaço de convivência e formação terapêutica dos pacientes, onde são realizadas atividades de conscientização das propriedades terapêuticas das plantas medicinais (Figura 1A).

Estão envolvidos na produção de plantas medicinais um enfermeiro e um agente social do CAPS, juntamente com os pacientes da unidade de saúde. As mesmas são consumidas frescas ou secas. A dispensação dessa produção é realizada no próprio local por profissionais da saúde, sendo entregue aos pacientes como complemento da medicação controlada. Esses profissionais também realizam oficinas, orientando os pacientes sobre usos e funções das plantas medicinais.

Os sujeitos da FV do CAPS dialogam com a categoria de atores governamentais, conforme definidas por Secchi (2013), no sentido que não estão muito evidentes no debate de políticas públicas e são os executores da mesma, podendo ser chamados de atores burocratas. Contudo, diverge de Secchi (2013) pelo fato dos atores sociais do CAPS não serem concursados, mas manterem contratos por tempo determinado, caracterizando a precarização do trabalho que vem se generalizando no Brasil.

Quando considerados os atores sociais previstos na PPPMF, verifica-se a ausência de agrônomo e de técnico agrícola. Devido às atividades serem de produção e fornecimento de plantas medicinais e de orientação sobre a preparação e uso das mesmas a FV do CAPS se relaciona ao Tipo I.

4.2 FARMÁCIA VIVA DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE MARVIN

Foi um espaço de produção de plantas medicinais, convivência dos estudantes e de visitação de grupos de idosos. Os sujeitos envolvidos foram professores dessa escola, os quais participaram de capacitações na UFC. A escola proporcionou os recursos para a construção dos canteiros e aquisição do sistema de irrigação.

O cultivo e colheita realizados no horto ficavam a cargo de professores e estudantes (Figura 1B). O horto proporcionava a matéria prima, que podia ser utilizada fresca ou seca. As plantas eram usadas na forma de chás pelos professores e estudantes. A parte da produção destinada ao processamento passava por secagem, moagem e fracionamento em forma de sachês e ficava a cargo dos professores. A distribuição dos sachês era realizada durante reuniões com os pais ou entregue diretamente aos estudantes participantes das práticas de cultivo, chegando assim à família do estudante. Por se tratar de plantas medicinais de consumo livre, não se realizava prescrição médica.

A FV Marvin esteve ativa por dois anos e em 2012 seu funcionamento foi interrompido por escassez de água. Era composta por atores governamentais oriundos do quadro de professores da Escola, os chamados burocratas no entendimento de Secchi (2013). Entretanto, esses profissionais não se ajustam ao conceito de burocratas executores da política pública, pois eles mesmos idealizaram a FV, conseguindo o apoio da administração escolar, que abriu o seu orçamento em prol da proposta. Também articularam parceria com a prefeitura de Fortaleza e com a UFC. Os estudantes da escola atuaram como colaboradores. Acompanhando Silva (2008), os estudantes são um grupo de interesse pelo fato de serem os potenciais beneficiários desse programa social, podendo ser eles os responsáveis pela transformação dos problemas em questões sociais que integrarão ou não as agendas públicas.

Quanto aos atores sociais previstos na legislação, como agrônomos e farmacêuticos, a FV da Escola Marvin não apresentava nenhum destes. Perante a política estadual pode ser relacionada à FV II.

4.3 FARMÁCIA VIVA DO MOVIMENTO MULHERES DA ITAOCA

Localizada no bairro da Parangaba, é um espaço aberto à visitação de estudantes e idosos. Foi pensada por um grupo de mulheres com apoio do Instituto Juazeiro, buscando soluções para problemas do bairro relacionados à violência, drogas, álcool e falta de oportunidades, que afligem principalmente às mulheres. Em 2006 iniciaram as atividades através do Centro de Referência em Agricultura Urbana Sustentável, contando com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da UFC e da Prefeitura de Fortaleza, em cujo terreno se desenvolve a FV (BARROS; GAMARRA-ROJAS; SOUSA, 2017).

Conta com um horto, um espaço para produção de mudas e instalações rústicas para secagem e manipulação das plantas. Os produtos são comercializados e/ou consumidos pelos membros da FV e seus familiares (Figura 1C).

A FV é composta por seis pessoas da comunidade, na faixa de 50 a 75 anos, em sua maioria oriunda do campo, o que lhes proporcionou base para as atividades de produção no horto (BARROS; GAMARRA-ROJAS; SOUSA, 2017). Participam de todas as etapas do processo, partindo da produção de plantas e mudas, passando pela secagem e elaboração dos remédios caseiros, até a comercialização e gestão.

No horto se cultiva elevada biodiversidade, composta por cerca de trinta espécies, entre frutíferas, hortaliças, ornamentais e medicinais. Em pequena área se produz mudas, tanto para renovação do horto quanto para comercialização. Segundo Barros, Gamarra-Rojas e Sousa (2017), a idade avançada limita a capacidade de trabalho das mulheres nas tarefas mais pesadas, o que é superado por meio de mutirões com apoio de voluntários.

No processamento apresenta estrutura para secagem das plantas e elaboração de cerca de vinte remédios caseiros, tais como: lambedores, garrafadas, sabonete líquido e sal culinário (BARROS; GAMARRA-ROJAS; SOUSA, 2017). A comercialização é realizada na FV, nas casas dos membros do grupo e na Feira Agroecológica do bairro do Benfica.

As ervas cultivadas são oriundas do Horto Matriz da UFC, onde as plantas matrizes passaram por processo de validação quanto à sua efetividade medicinal e recebem acompanhamento de profissionais da botânica sistemática, farmacologia e agronomia. A UFC também contribuiu capacitando os membros comunitários para a manipulação de produtos, bem como através do Grupo Agroecológico, composto por estudantes de graduação das Ciências Agrárias, que colabora nos mutirões, na orientação técnica e difusão dessa iniciativa em diversos espaços.

O Movimento Mulheres da Itaoca, na acepção de Secchi (2013), é um ator coletivo não governamental que age intencionalmente em busca de melhorias individuais e coletivas por meio da diversificação de sua dieta com hortaliças e frutas e acesso a remédio de elevado valor biológico e de baixo custo e, principalmente, gerando ocupação, alguma renda e propiciando a sua socialização.

Ao se considerar a normatização da política, a FV da Itaoca não conta com agrônomo nem técnico agrícola. Os profissionais da saúde obviamente não estão presentes, pois não se produz fitoterápico. A FV pode ser classificada no Tipo II. Contudo, o fluxograma apresenta variações na FV Tipo II do Movimento Mulheres da Itaoca, onde a produção e comercialização de mudas e a comercialização de produtos manipulados constituem inovações ao padrão. Ressalta-se que a comercialização

direta de produtos é condizente com o objetivo da PPPMF de gerar renda aos produtores.

4.4 FARMÁCIA VIVA DO FUNDO DE APOIO COMUNITÁRIO (FAC)

Os objetivos e funções dessa FV estão integrados aos do FAC, que é uma organização de educação, sem fins lucrativos, localizada no bairro Jangurussu. A inauguração dessa FV em 2009 teve especial importância para esse bairro, pois durante 20 anos o mesmo foi sede do aterro sanitário de Fortaleza e teve sua imagem associada ao lixo e à poluição ambiental (MAURO, 2009).

Nesse contexto, a FV é um espaço de convivência, aberto à visitação pela comunidade, e de formação pedagógica, onde os estudantes da educação básica do FAC realizam atividades de conscientização ambiental e aprendem sobre as funções das plantas medicinais. Também são realizadas oficinas de elaboração de óleos para massagens e tinturas por pessoas externas à FV. Apresenta um horto de plantas medicinais e instalações para transformação em produtos manipulados (Figura 1B).

Inicialmente a UFC capacitou os professores e estudantes da FAC. As práticas de jardinagem e cultivo são realizadas por um voluntário do bairro. O processamento e transformação estão sob a responsabilidade de duas professoras. A distribuição dessa produção é feita no próprio local, não visando benefício econômico. Os produtos são consumidos internamente na forma de chás ou entregues aos visitantes e às pessoas que participam das oficinas.

Sendo uma organização sem fins lucrativos, seguindo a classificação de Secchi (2013), trata-se de atores do terceiro setor. Não apresenta os atores sociais previstos na PPPMF, estes aparecendo eventualmente como membros externos à instituição. Pelas suas características essa FV está relacionada ao Tipo II.

4.5 FARMÁCIA VIVA DAS QUATRO VARAS

Essa FV constitui um ambiente de produção de plantas medicinais com características de jardim, o qual possui um laboratório rústico para elaboração de fitoterápicos. Seu funcionamento acompanha os objetivos e atividades da ONG Quatro Varas.

O projeto Quatro Varas, uma iniciativa da ONG, foi criado em 1987, no Bairro do Pirambu, uma das maiores favelas de Fortaleza, pelo psiquiatra e antropólogo Adalberto Barreto, da UFC. Hoje é reconhecido internacionalmente como um exemplo exitoso de Terapia Comunitária Integrativa (TCI), que alia o saber científico e o conhecimento popular às vivências interpessoais, contribuindo na (re)construção da identidade individual e coletiva (RÊGO, 2014).

A prática da TCI surgiu em 1986 no Pirambu, como resposta a uma crescente demanda de indivíduos com sofrimento psicossocial que buscavam auxílio jurídico junto ao Projeto de Apoio aos Direitos Humanos da favela (JATAI; SILVA, 2012). Em 2008 a TCI, de modo semelhante à FV, passou a fazer parte das práticas complementares de saúde (NEDER; PINHEIRO, 2010).

O horto é utilizado como espaço de convivência dos beneficiários e funcionários da ONG e é aberto à visitação. As ervas cultivadas são oriundas do Horto Matriz da UFC, a qual lhes proporcionou capacitação em produção de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos.

A produção é realizada por um jardineiro. O horto proporciona a matéria prima que pode ser utilizada fresca, seca e/ou pode ser transformada de diversas maneiras, como xarope, tintura e elixir (Figura 1D).

Quando utilizadas in natura na ONG, as mesmas são direcionadas aos sujeitos que participam da TCI. As práticas de secagem, moagem e transformação em produtos processados, são realizadas por técnicas de manipulação. Uma farmacêutica e uma acadêmica de Farmácia do bairro fazem a orientação sobre o uso voluntariamente. Os fitoterápicos em sua maioria são destinados à Regional I de Saúde, para serem distribuídos às Unidades de Saúde, onde médicos e enfermeiros fazem a prescrição dos medicamentos à população.

Os membros dessa FV constituem atores do terceiro setor, conforme Heidemann e Salm (2008). Os atores governamentais, tidos por Secchi (2013) como burocratas, são os médicos e enfermeiros da Regional I que realizam a prescrição dos fitoterápicos na unidade de saúde. A maioria dos sujeitos dessa FV está contemplada nas normas da PPPMF, com exceção do agrônomo e do técnico agrícola. Essa FV é do Tipo III.

4.6 FARMÁCIA VIVA DA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)

Localizada no bairro Edson Queiroz, essa FV iniciou suas atividades em 2009, em parceria com a prefeitura de Fortaleza e o Lar Torres de Melo, uma ONG de saúde e proteção social. Tem por objetivo atender à demanda de fitoterápicos do SUS e, por se tratar de uma instituição educacional, apresenta também a função de ensino-aprendizagem e extensão. Conta com um horto para a produção de plantas medicinais, um espaço para beneficiamento das plantas e uma área de produção de fitoterápicos (Figura 1D).

O cultivo está sob responsabilidade de um agrônomo cedido pela prefeitura. Um técnico agrícola, também cedido pela prefeitura, realiza a secagem, moagem e extração do óleo essencial. A produção de fitoterápicos é realizada por um farmacêutico do Lar Torres de Melo. No processamento e na produção de fitoterápicos existe participação ativa de estudantes de Farmácia dessa universidade (TEÓFILO, 2015). O enfermeiro do Lar Torres de Melo distribui os fitoterápicos para o Núcleo de Atenção Médica Integrada da Universidade e a três postos da Secretaria Executiva Regional VI (TEÓFILO, 2015). Tem como responsável pela dispensação dos medicamentos fitoterápicos o farmacêutico e o enfermeiro.

O agrônomo, juntamente com os profissionais de saúde, orienta sobre o uso das plantas e fitoterápicos a estudantes da universidade, outros profissionais de saúde, escolas e demais público externo, por meio de oficinas de produção e transformação. Estes podem ser qualificados, segundo as categorias de Secchi (2013), como beneficiários indiretos dessa política. Essa FV é do Tipo III.

5. SUJEITOS, INOVAÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA PÚBLICA

As FVs pesquisadas estão contempladas nos tipos estabelecidos pela PPPMF, com pequenas variações (Quadro 2): uma no tipo I (CAPS), três no tipo II (Escola Marvin, Mulheres da Itaoca e FAC) e duas no tipo III (Quatro Varas e UNIFOR).

Quadro 2 - Contexto, efeitos e sujeitos das Farmácias Vivas de Fortaleza, CE, 2015.

Tipo	Contexto	Efeitos	Sujeitos
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)			
I	Bairro carente; Organização de apoio comunitário.	Diretos: Consumo de plantas medicinais complementar ao serviço médico-terapêutico. Indiretos: Espaço de convivência e conscientização sobre propriedades terapêuticas.	Produção por enfermeiro, agente social e pacientes; Orientação de uso por profissional de saúde; Gestão por enfermeiro.
Escola Profissionalizante Marvin			
II	Professores interessados em ensino-aprendizagem social e produtiva.	Diretos: Consumo de plantas medicinais por acadêmicos; Distribuição gratuita a familiares e visitantes. Indiretos: Espaço de convivência e visitação; Aprendizagem social e produtiva de estudantes.	UFC ou Nufito na capacitação; Produção por professores e estudantes; Processamento e gestão por professor.
Movimento Mulheres da Itaoca			
II	Bairro carente; Organização de apoio comunitário; Grupo de interesse.	Diretos: Consumo de plantas medicinais, produtos manipulados, hortaliças e frutas; Ocupação e renda; Comercialização a baixo custo. Indiretos: Visitação e esclarecimento à população; Aprendizagem social e produtiva de estudantes; Interação institucional.	UFC ou Nufito na capacitação; Produção e elaboração de produtos manipulados por grupo de interesse; Gestão por liderança comunitária; Voluntariado de estudantes na produção.
Fundo de Apoio Comunitário (FAC)			
II	Bairro carente e sujeito à poluição; Organização social de educação infantil e pesquisa.	Diretos: Consumo de plantas medicinais e produtos manipulados; Distribuição gratuita a público externo. Indiretos: Visitação, oficinas e esclarecimento à população; Aprendizagem social e produtiva de estudantes.	UFC ou Nufito na capacitação; Produção por voluntário; Elaboração de produtos manipulados e gestão por professor.
Quatro Varas			
III	Bairro carente; Problemas psicossociais; Projeto de direitos humanos.	Diretos: Autoconsumo de plantas medicinais por sujeitos da TCI; Atenção à demanda de fitoterápicos do SUS; Distribuição de produtos a visitantes e participantes de oficinas. Indiretos: Espaço de convivência e visitação de público externo; Aprendizagem social.	UFC ou Nufito na capacitação; Produção por jardineiro; Elaboração do fitoterápico por farmacêutica; Prescrição por profissionais de saúde; Gestão por administrador.
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)			
III	Curso de Farmácia; ONG de saúde e proteção social.	Diretos: Atenção à demanda de fitoterápicos do SUS; Ensino, pesquisa e extensão. Indiretos: Oficinas e esclarecimento à população; Interação institucional.	UFC ou Nufito na capacitação; Produção por agrônomo; Processamento por técnico agrícola; Elaboração e prescrição do fitoterápico por profissionais de saúde; Gestão por farmacêutica.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Essas FVs partilham contextos semelhantes, caracterizados por estarem localizadas em bairros carentes com problemas associados à pobreza e marginalidade social; preexistência de organizações de cunho social e grupos de interesse locais. As FVs da UNIFOR, do FAC e da Escola Marvin partilham a missão institucional do ensino-aprendizagem.

Observando os efeitos diretos, compreendidos como uma aproximação aos resultados alcançados pelas FVs, destacam-se a produção e consumo de plantas medicinais pelos sujeitos das FVs e seus beneficiários, sejam estes voluntários, estudantes, pacientes etc. Segue a distribuição gratuita e comercialização dos produtos a baixo custo aos familiares e comunidade. O objetivo de ensino-aprendizagem está sendo alcançado nas instituições de ensino. Somente nas Quatro Varas e na UNIFOR existe a intenção de atender diretamente à demanda de fitoterápicos de Unidades de Saúde do Ceará. Desse modo, a maior parte das FVs tem centrado suas ações na produção, autoconsumo e distribuição de plantas medicinais.

Nos efeitos indiretos cabe destaque aos hortos como espaços de convivência; a oferta de oficinas e orientações sobre os usos e funções das plantas medicinais e dos fitoterápicos e; a aprendizagem social e institucional dos sujeitos, ao estabelecerem parcerias diversas. Então, o contexto e a missão da organização constituem a base da motivação dos sujeitos e dos objetivos dessas FVs. Nesse ambiente a política pública têm estimulado processos sociais e gerado frutos diversos, ancorados em ação coletiva e solidariedade.

Nas normas da PPPMF do Ceará, Decreto Nº 30.016 de 30 de dezembro de 2009, cabe à SESA estimular a produção de tecnologia nas instituições de ensino e pesquisa e à SDA, por meio da EMATERCE, o papel de agente facilitador de capacitações e orientação técnica na produção e transformação das plantas medicinais. O Projeto Farmácias Vivas da UFC e o NUFITO têm conquistado credibilidade através da 'garantia' genética do material de propagação vegetal dos seus hortos matriz e pela qualidade da informação e capacitação proporcionada, referente às propriedades medicinais, produção, processamento e transformação. Assim, dentre os atores governamentais, a UFC e o NUFITO vêm promovendo o uso de plantas medicinais e a fitoterapia na saúde pública. Já a SDA, que deveria estimular as iniciativas comunitárias e da agricultura familiar, ainda não se faz presente. Provavelmente devido a que os serviços de ATER somente atentaram para o tema das plantas medicinais e dos fitoterápicos nos últimos anos. Mas, também devido à insuficiência de técnicos e descontinuidade da ação dos agentes de ATER no Ceará, como resquício indesejável do desmonte generalizado das ATER, no começo da década de 90 quando o Governo Federal aboliu a Embrater, órgão de representação nacional da ATER, e diminuiu a contribuição financeira ao sistema de assessoria técnica pública (GAMARRA-ROJAS; SILVA; VIDAL, 2017).

A prática das FVs de Fortaleza sugere uma dinâmica desenvolvida localmente. Os sujeitos prescritos na política para a produção das plantas medicinais, tais como agrônomo e técnico não aparecem, exceto na UNIFOR. Desse modo, outros atores sociais assumem essa atividade, tais como professores, líderes comunitários e pacientes clínicos, os quais são produtores e beneficiários ao mesmo tempo. No processamento e transformação o concurso dos sujeitos prescritos na política é maior. Nas Quatro Varas e na UNIFOR, cujo propósito é atender à demanda de fitoterápicos do SUS, estão presentes o farmacêutico e o técnico em manipulação e a dispensação é realizada por profissionais de saúde. Nas outras FVs diferentes sujeitos estão incluídos, tendo participação de professores, estudantes e comunitários, que são ao mesmo tempo 'técnicos' de transformação e beneficiários.

Os sujeitos das FVs muitas vezes têm suas raízes no campo, o que os estimulou e lhes proporcionou competências para a agricultura urbana, como as Mulheres da Itaoca, que produzem plantas medicinais, hortaliças e frutas para autoconsumo e renda. Há outras motivações vinculadas à prática agrícola, pois esta pressupõe o trato com a terra e as plantas, desse modo propiciando espaço didático-pedagógico para re-conexão com a natureza. Esta perspectiva é utilizada nas Quatro Varas no tratamento de pacientes com problemas psicossociais, integrada à TCI. Dado que os hortos também constituem espaço aberto a visitas e socialização, torna-se aparente a multifuncionalidade das FVs.

Em vez de se centrarem na produção de plantas medicinais, conforme prescrito pela política estadual, os hortos de Fortaleza se baseiam no cultivo de elevada biodiversidade em combinações espaciais e temporais diversas, não utilizam agrotóxicos e os insumos externos são basicamente mudas, sementes e fertilizantes orgânicos. Assim, constituem agricultura urbana diversificada com baixo nível de insumos externos, favorecendo a sua autonomia. Tal prática sugere a necessidade de mudanças na condução agrícola proposta pela PPPMF do Ceará, pois mais do que o trabalho permanente de agrônomo ou técnico agrícola focado em plantas medicinais, aparentemente o que se requer é uma assessoria continuada na produção de plantas medicinais, consorciadas com hortaliças, ornamentais e frutíferas.

Essa 'cultura' de autonomia das FVs fez com que seja dispensável em maior ou menor grau a aquisição de matéria prima de outras fontes para sua transformação pelas FVs em fitoterápicos e/ou produtos manipulados. Desse modo, sugere à Política maior atenção à produção e transformação de forma integrada nas FVs, reduzindo o peso à separação dos elos da cadeia em produtores, beneficiadores e transformadores.

Dado que parte dos sujeitos é simultaneamente formulador de propostas, gestor, executor e/ou beneficiário, o protagonismo múltiplo é um aspecto relevante na motivação e definição dos objetivos dos mesmos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu caracterizar as FVs de Fortaleza e indica que ao analisar a relação entre a normatização e a prática da PPPMF do Ceará, é preciso considerar não somente a prescrição técnico/normativa, mas as adaptações e inovações promovidas pelos sujeitos em suas práticas sociais e produtivas, pois são estes que melhor podem retroalimentar a política pública.

A dinâmica social e técnica desenvolvida localmente nas FVs apresenta-se ancorada em ação coletiva e solidariedade e toma forma material e simbólica em sistemas integrados de produção, transformação, consumo e dádiva.

Se no início das FVs, o resgate de conhecimento local sobre plantas medicinais e seus usos, enriquecido pela pesquisa científica farmacológica tiveram na difusão de inovações um importante aliado para difundir esses conhecimentos na sociedade, atualmente a PPPMF poderia se beneficiar incorporando diretrizes e metodologias da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2004), ao favorecer o diálogo entre os atores sociais e uma abordagem sistêmica.

Assim, uma estratégia para revitalizar as FVs no Estado do Ceará, que incorpore os aspectos acima ressaltados, poderá implicar em: realizar diagnósticos participativos nas FVs; elaborar projetos integrados, visando o manejo sustentável de agroecossistemas diversificados e unidades de beneficiamento e transformação e; disponibilizar recursos para investimentos e troca de conhecimentos entre os diferentes sujeitos.

A gestão e financiamento de tal estratégia requerem atuação multidisciplinar e intersetorial dos órgãos do governo e da sociedade civil. O estudo demonstra que tanto a UFC, quanto as FVs, vem desenvolvendo experiência e competências pertinentes, as quais podem servir de pontos de alavancagem para a atuação de uma assessoria socioambiental e sistêmica, orientada aos atores sociais.

O estudo realizado em nível municipal proporciona uma base metodológica que pode ser ampliada aos diversos sujeitos das FVs em níveis de agregação socioambiental ascendentes, tais como o estadual e o nacional.

7. REFERÊNCIAS

ANVISA. Resolução - RDC Nº 18, de 3 de abril de 2013. Dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, 2013.

ANVISA. **Farmacopeia brasileira**, v.2. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2010.

BANDEIRA, M. A. M. Professor Matos: a transcendência do gênio. **Pharmacia Brasileira**, 2009. jan/fev. (Entrevista concedida a Aloísio Brandão).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2002.

BARROS, M. E. N.; GAMARRA-ROJAS, G.; SOUSA, A. M. **O horto do Movimento Mulheres da Itaoca**: contribuição para a saúde e desenvolvimento social. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política nacional de assistência técnica e extensão rural. Versão Final. Maio 2004. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019

BRAVO, M.I.S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A.E. et al. (orgs.). **Serviço social e saúde**, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CEARÁ. Decreto nº 30.016, de 30 de dezembro de 2009. Regulamenta a lei nº 12.951, de 07 de outubro de 1999. Dispõe sobre a política de implantação da fitoterapia em saúde pública no Estado do Ceará e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 2010; 08 jan.

FLEURY, S.; OUVÉNEY, A.M. Política de saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C. (orgs.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

FONSECA, M.T.L. **Extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FRANÇA, E.; VASCONCELLOS, A.G. Patentes de fitoterápicos no Brasil: uma análise do andamento dos pedidos no período de 1995-2017. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.35, n.3, p.329-359, 2018.

GAMARRA-ROJAS, G.; SILVA, N. C. G.; VIDAL, M. S. C. Contexto, (agri)cultura e interação no agroecossistema familiar do caju no semiárido brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.34, n.3, p.315-338, 2017.

GUZMÁN, E.; OTTMANN, G. Los procesos de modernización y cientificación como forma de agresión a la biodiversidad sociocultural. **Cultura, Hombre y Sociedad**, Chile. v.5, n.1, p.57-68, 1999-2000.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2008.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Ceres**, v.21, n.55, p.30-41, 2001.

JATAI, J. M.; SILVA, L. M. S. Enfermagem e a implantação da Terapia Comunitária Integrativa na Estratégia Saúde da Família: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.65, n.4, p.691-695, 2012.

MAURO, S. UFC inaugura unidade da Farmácia Viva no Jangurussu. Fortaleza. **Agência Funcap**, 2009. Maio 14. Disponível em: <http://www.funcap.ce.gov.br/index.php/noticias/43542--ufc-inaugura-unidade-da-farmacia-viva-no-jangurussu->. Acesso em: 12 dez. 2015.

NEDER, C. R.; PINHEIRO, S. A. Terapia Comunitária em ambulatórios universitários: relato de experiência. **Mundo da Saúde**, v.34, n.4, p.520-525, 2010. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/79/520.pdf. Acesso em: 30 nov. 2015.

RÊGO, L. Exemplo de sucesso em Terapia Comunitária: Projeto 4 Varas, Fortaleza-CE. **Rede Humaniza SUS**, 2014. Disponível em: <http://www.redehumanizasus.net/88147-exemplo-de-sucesso-em-terapia-comunitaria-projeto-4-varas-em-fortaleza-ce>. Acesso em: 30 nov. 2015.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 3 ed. New York: The Free Press, 1983.

RUFINO, L. L. **Farmácias Vivas: o contexto do uso de plantas medicinais e fitoterápicos por meio dos atores sociais no município de Fortaleza**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, M.O.S. (org.) **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Vera Editora; São Luiz: GAEPP, 2008.

SOUSA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: **Sociologias**, v.8, n.16, p.20-46. 2006.

TEÓFILO, J. Farmácia Viva de universidade distribui fitoterápicos para postos de saúde de Fortaleza. **Tribuna do Ceará**, 2015. Out 16. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/saude/farmacia-viva-de-universidade-distribui-fitoterapicos-para-postos-de-saude-de-fortaleza/#>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FATORES DETERMINANTES PARA A SUCESSÃO FAMILIAR EM ESTABELECIMENTOS RURAIS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Silvana Dalmutt Kruger¹
Maísa Aparecida Lemes da Silva²
Giana de Vargas Mores³
Sérgio Murilo Petri⁴

RESUMO

Esta pesquisa buscou identificar fatores determinantes para o processo de sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região Oeste de Santa Catarina. O levantamento de dados contou com a aplicação de questionário a 200 respondentes dos estabelecimentos rurais dos municípios de Caxambu do Sul, Guatambu e Planalto Alegre. Em relação às características dos estabelecimentos, 80% possuem até 50 hectares e 23% já passaram pelo processo de sucessão familiar. Os resultados apontam os principais determinantes para o processo: rendimento financeiro das atividades rurais, oportunidade de crescimento e de rentabilidade dos negócios, recursos oferecidos pelo governo para subsidiar investimentos. A pesquisa evidenciou a importância dos rendimentos financeiros das atividades rurais, visando garantir renda satisfatória para a permanência dos jovens no meio rural e facilitar o processo de sucessão familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, contabilidade rural, população rural, sucessão familiar.

DETERMINING FACTORS FOR THE PROCESS OF FAMILY SUCCESSION IN RURAL ESTABLISHMENTS IN THE WEST REGION OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

This paper aimed to identify determining factors for the process of family succession in rural establishments in the West region of Santa Catarina. Data collection included the application of a questionnaire to 200 respondents from rural establishments in the municipalities of Caxambu do Sul, Guatambu and Planalto Alegre. Regarding the

¹ Graduada em Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ). Mestrado em Contabilidade (UFSC). Doutorado em Contabilidade (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração (UNOCHAPECÓ). E-mail: silvanak@unochapeco.edu.br

² Graduada em Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ). E-mail: maisa_lsilva@unochapeco.edu.br

³ Graduada em Ciências Econômicas (UPF). Mestrado em Agronegócios (UFRGS). Doutorado em Agronegócios (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração (IMED *Business School*). E-mail: gimores@gmail.com

⁴ Graduado em Ciências Contábeis (UNIVALI). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC). Doutorado em Engenharia de Produção (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (UFSC). E-mail: smpetri@gmail.com

characteristics of establishments, most of them (80%) have up to 50 hectares, and it was observed that 23% have undergone the process of family succession. The results show the main determinants: financial income of rural activities, opportunity for growth and profitability of the business, and resources offered by the government to subsidize investments. This research highlights the importance of the financial income of the rural activities, in order to ensure a satisfactory income to the permanence of young people in rural areas and to facilitate the process of family succession.

Key-words: family farming, family succession, rural accounting, rural population.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio desempenha papel relevante no contexto da economia brasileira, uma vez que representa cerca de um quarto do produto interno bruto do país (CEPEA, 2018). A agricultura passa por diversas mudanças, sendo a profissionalização rural um exemplo disso. Muitos estabelecimentos rurais já possuem informações de apoio à gestão, contribuindo para análises de riscos referentes às atividades desenvolvidas e de resultados de cada cultivo (ALCÂNTARA; MACHADO FILHO, 2014).

Nos últimos anos, os produtores rurais passaram a se preocupar mais com a gestão agrícola e com a continuidade das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais. Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2018) indicam que a população rural brasileira corresponde a 15.036.978 pessoas, sendo que 60,00% possuem idade entre 30 e 60 anos e 34,00% mais de 60 anos. Essa população está distribuída em 5.072.152 estabelecimentos rurais, em que 72,00% são caracterizados como produtores rurais (individuais). A idade da população rural indica que a longevidade dos estabelecimentos rurais dependerá das novas gerações, ressaltando a importância da sucessão familiar para a continuidade dos negócios rurais.

Os estudos de Silvestro et al. (2001), Stropasolas (2006), Flores Júnior e Grisci (2012), Alcântara e Machado Filho (2014), Breitenbach (2014), Krüger et al. (2014), Mera e Netto (2014), Panno e Machado (2014), Zanin et al. (2014) e Facioni e Pereira (2015) evidenciam que o processo sucessório é fundamental para a continuidade dos estabelecimentos rurais familiares, visto que são as novas gerações que determinarão o futuro desses estabelecimentos. Os estudos supracitados destacam, em sua maioria, a saída dos jovens da zona rural, dificultando a continuação das atividades e o processo sucessório. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é o de identificar fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região Oeste de Santa Catarina.

Esta pesquisa considera a importância do processo de sucessão familiar para a gestão dos estabelecimentos rurais, bem como os desafios, tanto para a permanência dos jovens no meio rural, quanto para a continuidade das atividades desenvolvidas. Nos municípios do Oeste de Santa Catarina, Zanin et al. (2014) identificam que apenas 3,00% dos jovens têm interesse em continuar as atividades rurais e apontam a carência do uso da contabilidade na gestão dos estabelecimentos rurais. Nesse sentido, destaca-se a relevância desta pesquisa sob o enfoque da identificação de fatores que possam contribuir com a sucessão familiar rural.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A sucessão familiar é o processo que acontece nas empresas familiares, em que as gerações mais novas assumem o comando das atividades, substituindo as mais experientes, ou seja, são os negócios que passam de uma geração para outra. Esse processo passa por diversos desafios, especialmente em relação à continuidade das empresas familiares (ALCÂNTARA; MACHADO FILHO, 2014).

O processo de sucessão familiar é o momento em que os pais passam as suas funções para os seus sucessores, os filhos. De maneira geral, a sucessão familiar é considerada um fenômeno que ocorre na maioria das empresas familiares. Os sucessores precisam adquirir a competência e a experiência dos sucedidos. Além disso, a sucessão pode representar o momento em que o negócio receberá novas propostas, novas expectativas e uma visão mais inovadora (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2012).

Poucas são as empresas familiares que sobrevivem às gerações seguintes: cerca de 30,00% chegam à segunda geração e menos de 15,00% à terceira geração (MARTINS et al., 2008). Essa situação ocorre, muitas vezes, por conflitos de interesse, divergências entre as visões estratégicas, fragilidades das informações entre os membros da família, o que acaba prejudicando as empresas no processo sucessório, fazendo com que muitas destas encerrem as suas atividades na primeira geração (MARTINS et al., 2008). O processo sucessório exige que os sucessores estejam capacitados para assumir os cargos de gestão e garantir a continuidade dos negócios familiares (MERA; NETTO, 2014; COSTA et al., 2015).

No contexto rural, a sucessão familiar também é um assunto latente, tendo em vista as características dos estabelecimentos rurais que empregam mão de obra familiar. A agricultura da região Oeste de Santa Catarina pode ser caracterizada pelo trabalho familiar, no entanto, essa característica vem tomando rumos diferentes. Os gestores rurais estão “envelhecendo”, na maioria dos casos, pois os jovens, desmotivados em permanecer no campo, acabam migrando para a cidade em busca de melhores condições de vida (FACIONI; PEREIRA, 2015). Os motivos que levam os jovens a saírem do campo contemplam o tamanho dos estabelecimentos rurais, as terras insuficientes para o trabalho e as dificuldades de capital financeiro (MOREIRA; SCHLINDWEIN, 2016).

Segundo Mera e Netto (2014), a maior parte desse êxodo rural decorre da modernização e das mudanças tecnológicas, as quais estão presentes com maior frequência nos grandes estabelecimentos rurais. Os autores indicam que um dos motivos da diminuição dos jovens no meio rural refere-se ao incentivo dos pais para que seus filhos busquem um melhor nível educacional. No entanto, depois de formados, um número reduzido retorna para trabalhar na área rural.

De acordo com Facioni e Pereira (2015), o futuro das atividades agrícolas passa pela sucessão familiar. Entretanto, a falta de incentivo e as dificuldades de capital financeiro são fatores que prejudicam esse processo. Nesse contexto, destaca-se a importância de incentivar a permanência das novas gerações no campo, bem como orientar o processo de sucessão familiar, para que o mesmo ocorra de maneira espontânea e que as atividades dos estabelecimentos rurais possam ter continuidade.

Estudos realizados contribuem para a análise dos fatores que são determinantes para a sucessão familiar nos estabelecimentos rurais, a exemplo de Silvestro et al. (2001), Stropasolas (2006), Flores Júnior e Grisci (2012), Alcântara e Machado Filho (2014), Breitenbach (2014), Krüger et al. (2014), Laimer e Tonial (2014), Mera e Netto (2014), Panno e Machado (2014), Zanin et al. (2014), Facioni e Pereira (2015). Silvestro et al. (2001) e Stropasolas (2006) indicam que diversas mudanças no campo influenciam a saída dos jovens do meio rural, destacam os

elevados custos de produção, o preço de venda dos produtos (abaixo da expectativa) e a escassez de oportunidades e de políticas públicas para incentivar a permanência dos jovens.

Alcântara e Machado Filho (2014) identificam o processo de sucessão em três empresas rurais. Dessa comparação, observou-se que a sucessão foi um processo de continuidade, tendo como facilitador a comunicação entre os sucessores. Um dos maiores desafios observados durante o estudo foi o interesse do jovem em permanecer na atividade agrícola e fazer parte do processo sucessório, pois muitos deles não acreditam que os investimentos nas atividades rurais possam lhe trazer benefícios e acabam deixando o campo. A pesquisa de Breitenbach (2014) discute os desafios enfrentados pela gestão rural, destacando a importância de se ter sucessores que estejam dispostos a assumir a gestão dos estabelecimentos rurais.

A pesquisa de Krüger et al. (2014) evidencia o uso da contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. A pesquisa foi realizada por meio de questionário aplicado à amostra de 150 produtores rurais do município de Erval Grande/RS. Os resultados mostram a fragilidade do uso da contabilidade como instrumento de gestão, tanto na identificação dos custos quanto na ausência da segregação das despesas particulares daquelas relativas à atividade econômica; assim como há falta de controles e relatórios para a análise dos resultados das atividades e o suporte ao processo decisório.

Mera e Netto (2014) analisam a diminuição da população rural do Alto Jacuí/RS. Para tanto, foram entrevistados 51 pequenos produtores rurais da região mencionada. Os resultados indicam que as melhores condições de vida na cidade atraem os olhares dos jovens, fazendo com que a maioria deixe o campo e passe a trabalhar nos centros urbanos. Essa situação ocorre porque os jovens não acreditam no sustento oriundo do estabelecimento rural e visualizam o meio urbano como um lugar melhor para se trabalhar. A pesquisa de Panno e Machado (2014) evidencia que a maioria dos jovens deixa o meio rural porque desacredita na continuação das atividades familiares. Para contornar essa situação, torna-se importante o incentivo gerado pelos pais, demonstrando as vantagens aos filhos para que permaneçam no estabelecimento rural e no desempenho das atividades.

Zanin et al. (2014) identificam as características da estrutura e da gestão dos estabelecimentos rurais do Oeste de Santa Catarina. A pesquisa foi aplicada em uma amostra de 210 proprietários rurais dos municípios de Quilombo, Coronel Freitas e Cordilheira Alta. Os resultados indicam que os estabelecimentos demonstram carência na utilização de controles contábeis, indicando fragilidades da estrutura organizacional e do processo de continuidade dos estabelecimentos. Destaca-se que, em 49,00% dos estabelecimentos, os filhos moram e trabalham com os pais e 59,00% dos respondentes pretendem permanecer no campo até o momento em que puderem trabalhar.

O estudo de Laimer e Tonial (2014) apresenta os fatores que influenciam na longevidade da empresa familiar, sendo que a pesquisa foi realizada na região Norte do Rio Grande do Sul. Os resultados mostram a influência direta de padrões comportamentais relacionados aos fatores familiares e de governança na longevidade da empresa familiar. A profissionalização é tida como uma alternativa para diminuir os conflitos sucessórios. Facioni e Pereira (2015) identificam fatores determinantes para a sucessão rural por meio de uma pesquisa no assentamento de Capão Bonito I, em Sindrolândia/MS, com a participação de 45 produtores rurais. Os resultados indicam que a falta de estrutura, os fatores financeiros, o baixo nível de escolaridade e a baixa valorização da agricultura fazem com que a maioria dos jovens deixe o campo em busca de melhores condições.

De modo geral, os estudos evidenciam a importância da continuidade das atividades rurais, considerando a sua representatividade para a economia brasileira. Para tanto, é preciso inovar e investir na permanência dos jovens no meio rural, buscando alternativas que despertem neles a vontade de continuar as atividades rurais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi caracterizada como descritiva. Quanto aos procedimentos, foi empregada a pesquisa de levantamento. A população da pesquisa contemplou os habitantes rurais dos municípios de Guatambu/SC, Planalto Alegre/SC e Caxambu do Sul/SC.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o município de Guatambu possui 4.679 habitantes, sendo que 2.930 estão no meio rural; Planalto Alegre tem 2.654 habitantes e sua população rural é de 1.587 pessoas; Caxambu do Sul conta com 4.411 habitantes, sendo que 2.256 vivem na área rural. Esses dados totalizaram 6.773 habitantes no meio rural, atingindo-se uma amostra de 200 respondentes, definida pela acessibilidade e pela disposição dos habitantes em participar da pesquisa. A amostra foi composta por produtores rurais dos municípios de Guatambu (38,50%), Caxambu do Sul (34,50%) e Planalto Alegre (27,00%).

O estudo caracterizou-se quanto à abordagem do problema como uma pesquisa quantitativa, visando a identificar os fatores determinantes para o processo de sucessão familiar rural. Com base nos objetivos propostos, foi elaborado um questionário com 21 questões fechadas como instrumento de coleta de dados, o mesmo foi impresso e entregue nas visitas feitas nos estabelecimentos rurais da região mencionada. Os questionários foram respondidos pelo produtor rural responsável, denominado como gestor rural (pais).

O período de aplicação do questionário compreendeu os meses de junho a agosto de 2016. A partir dos dados coletados foi possível definir os fatores determinantes da sucessão familiar nos estabelecimentos rurais em questão. Após a coleta de dados, os resultados foram organizados e apresentados por meio de tabelas, com a identificação das frequências absoluta e relativa das respostas. Cumpre destacar que as frequências relativas apresentadas nas Tabelas 4, 6, 10, 11 e 12 levaram em consideração o total de 200 respondentes, e não o total das respostas decorrente da multiplicidade de escolhas.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Em um primeiro momento, a pesquisa apresenta as características dos respondentes e dos estabelecimentos rurais e, posteriormente, as características do processo de sucessão familiar. A Tabela 1 demonstra a faixa etária, o sexo, a escolaridade e o estado civil dos respondentes da pesquisa.

Tabela 1 – Perfil dos proprietários rurais

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
16-19 anos	87	43,50
20-29 anos	73	36,50
30-39 anos	31	15,50
Acima de 40 anos	9	4,50
Total	200	100
Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Masculino	107	53,50
Feminino	93	46,50
Total	200	100
Escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Ensino fundamental (até 4ª série)	5	2,50
Ensino fundamental (5ª à 8ª série)	23	11,50
Ensino médio	91	45,50
Ensino superior	81	40,50
Total	200	100
Estado civil	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Solteiro	125	62,50
Casado	70	35,00
Outro	5	2,50
Total	200	100

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1, verifica-se que 43,50% dos respondentes são jovens com idade entre 16 a 19 anos, 36,50% têm idade entre 20 e 29 anos. Quanto ao sexo, 53,50% são do sexo masculino e 46,50% do sexo feminino. Quanto à escolaridade, destaca-se que 45,50% possuem ensino médio, enquanto 40,50% possuem nível universitário ou estão cursando o ensino superior. Observando o estado civil, 62,50% são solteiros e 35,00% casados. A Tabela 2 indica o número de pessoas que forma o grupo familiar.

Tabela 2 – Número de pessoas do grupo familiar

Número de pessoas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Duas	15	7,50
Três	62	31,00
Quatro	84	42,00
Acima de cinco	39	19,50
Total	200	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi possível observar o número de pessoas do grupo familiar, sendo que 42,00% das famílias são compostas por quatro pessoas e 31,00% por três pessoas (Tabela 2). Na Tabela 3 observa-se o tamanho dos estabelecimentos rurais da amostra.

Tabela 3 – Tamanho dos estabelecimentos rurais

Hectares	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
01-15	57	28,50
16-25	48	24,00
26-50	55	27,50
51-75	35	17,50
Acima de 76	5	2,50
Total	200	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados da Tabela 3, constatou-se que 28,50% correspondem a estabelecimentos com até 15 hectares, 24,00% possuem entre 16 a 25 hectares, 27,50% têm entre 26 e 50 hectares, e 20,00% têm área superior a 51 hectares. O tamanho dos estabelecimentos rurais é um fator importante na fase de sucessão familiar. Os respondentes que vivem em estabelecimentos menores afirmam que é difícil gerar renda superior, uma vez que a extensão de terra não é suficiente para grandes cultivos. A Tabela 4 apresenta as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos analisados nesta pesquisa.

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais

Atividades	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Atividades agrícolas (plantação em geral)	99	49,50
Atividades zootécnicas (criação de animais)	134	67,00
Atividades agroindustriais (beneficiamento de produtos)	20	10,00
Total	253	--

Fonte: Dados da pesquisa.

O questionamento da Tabela 4 possibilitava mais de uma opção de resposta. Assim, nota-se que 67,00% dos estabelecimentos desenvolvem atividades zootécnicas, destacando-se a produção leiteira. As atividades agrícolas são desenvolvidas em 49,50% dos estabelecimentos da amostra e 10,00% dos respondentes destacaram que desenvolvem atividades agroindustriais, que são entregues, na maioria das vezes, a cooperativas familiares ou mercados coloniais (como feiras para a comercialização de produtos da agricultura familiar ou mercado público). A Tabela 5 evidencia o faturamento médio anual das empresas rurais.

Tabela 5 – Faturamento médio dos estabelecimentos rurais

Faturamento (R\$)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Até R\$ 10.000,00	7	3,50
R\$ 10.001,00 a R\$ 25.000,00	17	8,50
R\$ 25.001,00 a R\$ 38.000,00	30	15,00
R\$ 38.001,00 a R\$ 75.000,00	63	31,50
Acima de R\$ 75.001,00	66	33,00
Não souberam responder	17	8,50
Total	200	100

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 5, pode-se observar que 33,00% dos estabelecimentos rurais possuem faturamento superior a R\$ 75.000,00 anuais, enquanto 31,50% indicam faturamento anual de R\$ 38.001,00 a R\$ 75.000,00. Destaca-se que a renda familiar é um fator relevante para a permanência dos jovens.

A pesquisa realizada por Alcântara e Machado Filho (2014) corrobora com os achados deste artigo, evidenciando que muitos jovens não acreditam que os investimentos nas atividades rurais possam lhe trazer benefícios, por isso acabam deixando o campo. Os resultados indicam que 12,00% dos estabelecimentos rurais possuem renda de até R\$ 25.000,00 ao ano, que pode ser insuficiente para algumas famílias. A Tabela 6 evidencia os controles financeiros realizados nos estabelecimentos rurais, lembrando que a questão possibilitava mais de uma opção de resposta.

Tabela 6 – Controles financeiros dos estabelecimentos rurais

Controles dos estabelecimentos	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Controle de gastos com máquinas e equipamentos	32	16,00
Controle de gastos com compra de insumos	49	24,50
Controle de caixa, relacionando todos os pagamentos	87	43,50
Separação dos gastos do estabelecimento com os da família	26	13,00
Não realiza controle	35	17,50
Total	229	--
Fazem uso dos controles	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim, fazemos uso de controles internos	91	45,50
Sim, gostaríamos de implantar novos controles	85	42,50
Não, os controles são difíceis de serem feitos	24	12,00
Total	200	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Tabela 6, verifica-se que 43,50% dos respondentes realizam o controle de caixa, relacionando os pagamentos que ocorreram durante o desenvolvimento das atividades. Dos respondentes, 13,00% dizem fazer a separação dos gastos dos estabelecimentos dos gastos familiares e 17,50% não realizam nenhum tipo de controle. Na sequência, 42,50% dos respondentes indicaram que gostariam de implantar controles para a gestão rural. Nota-se que carecem de treinamentos e capacitações em relação à gestão, pois muitas não separam os gastos das atividades rurais dos gastos familiares, o que dificulta a identificação dos resultados.

Os achados desta pesquisa corroboram com os de Zanin et al. (2014), que observou a carência da utilização de controles contábeis, sendo que poucos estabelecimentos realizam algum tipo de controle, ou muitas não sabem identificar quais são os controles a serem realizados. As finalidades da contabilidade indicadas pelos respondentes são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 – Finalidades da contabilidade

Finalidades	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Prestar contas ao fisco	80	40,00
Auxiliar no processo de gestão das atividades	97	48,50
Desconhece as finalidades	23	11,50
Total	200	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 7, observa-se que 11,50% dos gestores rurais não conhecem a principal finalidade da contabilidade para o meio rural, como destacam 51,50% dos respondentes; embora 48,50% dos respondentes acreditam que a principal finalidade da contabilidade é auxiliar no processo de gestão das atividades. Esses resultados assemelham-se aos resultados da pesquisa de Krüger et al. (2014), a qual destaca a fragilidade do uso da contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. As informações da Tabela 8 destacam os objetivos profissionais dos respondentes.

Tabela 8 – Pretensão para o futuro

O que deseja para o futuro	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Permanecer na agricultura como proprietário rural e dar continuidade às atividades da família	82	41,00
Morar no meio rural e desenvolver atividades agropecuárias	27	13,50
Morar no campo, mas trabalhar na cidade	47	23,50
Sair do campo, morar e trabalhar na cidade	44	22,00
Total	200	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de entrevistados, 41,00% desejam permanecer na agricultura como proprietários rurais e dar continuidade às atividades da família no meio rural. Identificou-se também que: 23,50% preferem morar no campo, mas trabalhar no meio urbano; 22,00% dos respondentes pensam em sair do campo, morar e trabalhar na cidade.

Dos proprietários ou filhos de proprietários, 68,00% sinalizam ter recebido estímulo para ficar no campo, dando continuidade às atividades rurais, enquanto 32,00% afirmam não ter recebido esse incentivo. Os resultados obtidos assemelham-se às pesquisas de Mera e Netto (2014) e Panno e Machado (2014), as quais destacam que a maioria dos jovens deixa o meio rural por desacreditar na continuação das atividades familiares, indicando o meio urbano como a melhor opção. Os autores evidenciam também a importância do incentivo dos pais para a permanência dos jovens no meio rural, visando a promover o processo de sucessão familiar.

Nesse aspecto, os respondentes foram questionados se acreditam que as famílias podem tirar o seu sustento das atividades rurais, a saber: 79,50% indicaram que sim, que as famílias podem tirar o sustento do meio rural a partir das atividades desenvolvidas; 20,50% afirmaram que não, alegando que os rendimentos são inferiores, se comparados com os custos e as despesas que se têm para produzir e manter o estabelecimento rural. Na Tabela 9, evidenciam-se as características e os fatores do processo de sucessão familiar.

Tabela 9 – Sucessão familiar e os fatores para esse processo

A família já falou sobre sucessão familiar	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	65	32,50
Não	89	44,50
O estabelecimento já passou por sucessão familiar	46	23,00
Total	200	100,00
Fatores para o processo de sucessão familiar		
Localização do estabelecimento próximo à cidade	44	22,00
Rendimento financeiro das atividades rurais	133	66,50
Estrutura dos estabelecimentos rurais	57	28,50
Incentivo dos pais e familiares para continuar as atividades rurais	47	23,50
Recursos oferecidos pelo governo para subsidiar investimentos	59	29,50
Oportunidade de crescimento e rentabilidade dos negócios	63	31,50
Total	403	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 9, identifica-se que 44,50% dos gestores rurais ainda não mencionaram sobre o processo de sucessão familiar, ou seja, não houve diálogo entre pais e filhos sobre esse processo. Dos estabelecimentos rurais da amostra, 23,00% indicam que o estabelecimento já passou por algum processo de sucessão, enquanto 32,50% falam sobre sucessão, mas ainda não passaram pelo processo. Os resultados observados corroboram com a pesquisa de Flores Júnior e Grisci (2012), ao destacar que um dos fatores que dificulta a sucessão familiar rural é o pouco diálogo sobre o assunto entre pais e filhos.

Os principais fatores para o processo de sucessão familiar nos estabelecimentos rurais são evidenciados pelos respondentes: rendimento financeiro das atividades rurais, oportunidade de crescimento e de rentabilidade dos negócios, recursos oferecidos pelo governo para subsidiar investimentos e estrutura dos estabelecimentos rurais. A Tabela 10 traz os fatores destacados para a permanência dos jovens no meio rural.

Tabela 10 – Permanência dos jovens no meio rural

Fatores da permanência dos jovens no campo	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Dificuldade de arrumar outro emprego	46	23,00
Ser dono do próprio negócio	109	54,50
Custo de vida mais barato	69	34,50
Ficar próximo à família	83	41,50
Qualidade de vida no meio rural	71	35,50
Gostar do que faz no meio rural	128	64,00
Rentabilidade das atividades desenvolvidas	80	40,00
Total	586	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Os respondentes acreditam que o principal fator para a permanência dos jovens no campo está no fato de gostar do que faz, assim como ser dono do próprio negócio e ficar próximo à família (Tabela 10). Um percentual importante de respondentes indicou que a sua permanência no meio rural está atrelada à

rentabilidade das atividades desenvolvidas. Quanto às dificuldades percebidas para o processo de sucessão familiar nos estabelecimentos participantes, apresenta-se a Tabela 11.

Tabela 11 – Dificuldades no processo de sucessão familiar rural

Fatores que dificultam o processo de sucessão familiar	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Localização do estabelecimento rural	30	15,00
Tamanho do estabelecimento rural	106	53,00
Falta de incentivo dos pais para continuar no meio rural	48	24,00
Falta de recursos para financiar os investimentos	41	20,50
Falta ou carência de tecnologias	46	23,00
Baixo rendimento financeiro das atividades rurais	83	41,50
Falta de valorização do produtor rural	75	37,50
Escassez de lazer no meio rural	20	10,00
Dificuldades do trabalho agrícola	41	20,50
Incertezas quanto à renda e ao resultado das atividades	44	22,00
Não gosta do meio rural	30	15,00
Outros	1	0,50
Total	565	--

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 11 compreende os fatores que podem dificultar o processo de sucessão familiar nos estabelecimentos rurais analisadas, entre os principais estão: o tamanho do estabelecimento, o baixo rendimento financeiro das atividades rurais, a falta de valorização do produtor rural, a falta de incentivo dos pais para os filhos continuarem no meio rural, a carência de tecnologias no estabelecimento rural. As mudanças climáticas e os fenômenos naturais podem comprometer a produção de um estabelecimento, assim os respondentes destacam que as incertezas quanto à renda e ao resultado das atividades podem dificultar a continuação das atividades rurais.

Os resultados desta pesquisa vão ao encontro aos de Facioni e Pereira (2015), uma vez que a falta de estrutura do estabelecimento rural, os fatores financeiros e a falta de valorização dos agricultores fazem com que a maioria dos jovens deixe o campo. A Tabela 12 traz as respostas sobre as possibilidades de transferência de posse do estabelecimento rural, caso ocorra a sucessão familiar.

Tabela 12 – Transferência do estabelecimento rural

Transferência do estabelecimento rural	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Quando os pais tiverem uma renda garantida (aposentadoria)	40	20,00
Quando o sucessor estiver pronto para assumir as responsabilidades	33	16,50
Não será feita transferência enquanto os pais tiverem condições de gerir o estabelecimento	31	15,50
Ainda não pensaram	96	48,00
Total	200	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 12 indica que para 20,00% dos respondentes o estabelecimento rural será transferido somente para um sucessor no momento em que os pais estiverem aposentados e com uma renda garantida; 16,50% indicam que a transferência ocorrerá quando o sucessor estiver pronto para assumir os negócios; 15,50% não transferirão a posse do estabelecimento enquanto os pais tiverem condições de administrá-la; 48,00% dos respondentes ainda não mencionaram sobre o processo de sucessão familiar entre os membros da família. O último resultado indica que pais e filhos não estão discutindo a sucessão, adiando a decisão e o seu planejamento, com consequências para o empreendimento rural, como o adiamento de investimentos e, muitas vezes, com a migração do potencial sucessor, causada pela indefinição de funções e perspectivas.

Os resultados obtidos convergem com os achados de Breitenbach (2014), em que se destaca a importância da transferência do estabelecimento rural para um sucessor, desde que o mesmo esteja disposto a assumir a gestão. Também corroboram com os resultados da pesquisa de Laimer e Tonial (2014), a qual destaca que o processo de sucessão familiar e a longevidade dos negócios são influenciados por fatores familiares e de governança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao processo de sucessão familiar nos estabelecimentos rurais analisados, foram identificados os principais determinantes para o processo de sucessão familiar nos estabelecimentos rurais dos três municípios da região Oeste de Santa Catarina: rendimento financeiro das atividades rurais, oportunidade de crescimento e de rentabilidade dos negócios, recursos oferecidos pelo governo para subsidiar investimentos, estrutura dos estabelecimentos rurais. Os respondentes acreditam que um dos principais fatores para a permanência dos jovens no campo está no fato de gostar do que faz no meio rural, assim como ser dono do próprio negócio e ficar próximo à família.

Em contrapartida, destacam-se os fatores restritivos para o processo de sucessão familiar: tamanho do estabelecimento rural, baixo rendimento financeiro das atividades rurais, baixa valorização do produtor rural. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de pesquisas que possam demonstrar alternativas para o planejamento do processo de sucessão familiar e da gestão dos estabelecimentos rurais, visando a incentivar a permanência do jovem no meio rural e a continuidade dos negócios desenvolvidos no campo.

As dificuldades no processo de sucessão familiar podem comprometer a produção de alimentos, uma vez que os estabelecimentos rurais fornecem boa parte da matéria-prima utilizada nas agroindústrias, assim como a agricultura desempenha um papel socioeconômico relevante ao contribuir com geração de empregos e renda. Diante disso, também se destaca a importância de políticas públicas de apoio à gestão rural, para que as gerações mais novas estejam motivadas a permanecer no campo e garantir a continuidade dos estabelecimentos rurais por meio da sucessão familiar.

6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, N. B.; MACHADO FILHO, C. A. P. O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras: um estudo multicasos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 1, p. 139-151, 2014.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, v. 2, n. 2, p. 714-731, 2014.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018**. Piracicaba, 2018. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 11 fev. 2019.

COSTA, L. S. P. De pai para filho: a sucessão em pequenas e médias empresas familiares. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 1, p. 61-82, 2015.

FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no Estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015.

FLORES JÚNIOR, J. E.; GRISCI, C. L. I. Dilemas de pais e filhos no processo sucessório de empresas familiares. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 47, n. 2, p. 325-337, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 11 fev. 2019.

KRÜGER, S. D. et al. A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 134-153, 2014.

LAIMER, C. G.; TONIAL, R. B. Os padrões comportamentais que influenciam na longevidade da empresa familiar. **Revista de Administração IMED**, v. 4, n. 1, p. 123-140, 2014.

MARTINS, A. et al. Empresa familiar e as dificuldades enfrentadas pelos membros da terceira geração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 10, n. 22, p. 30-54, 2008.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. A diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 216-263, 2014.

MOREIRA, F. G.; SCHLINDWEIN, M. M. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento de Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista Nera**, v. 18, n. 29, p. 151-173, 2016.

OLIVEIRA, J. L.; ALBUQUERQUE, A. L.; PEREIRA, R. D. Governança, sucessão e profissionalização em uma empresa familiar: (re)arranjando o lugar da família multigeracional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, n. 43, p. 176-192, 2012.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 264-297, 2014.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

ZANIN, A. et al. Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 40, p. 09-19, 2014.

DIFERENTES ABORDAGENS ANALÍTICAS PARA ESTUDOS DE MERCADOS DA PECUÁRIA

Alessandra Matte¹

RESUMO

Diante da multiplicidade de formas em que os mercados podem estar organizados, este artigo tem por objetivo apresentar de forma sistematizada diferentes abordagens utilizadas para compreender as dinâmicas e o funcionamento dos mercados agropecuários, reconhecendo as contribuições das distintas escolas, como também algumas de suas fragilidades. Assim, foram selecionadas escolas e abordagens que pudessem ser interessantes para estudo mais específico de mercados pecuários no Sul do Brasil, de modo que fossem perspectivas que levassem em consideração aspectos sociais e econômicos. As constatações apresentadas nos põem diante da evidência de que aspectos econômicos, sociais e culturais compõem os elementos que orientam as trocas, e que distintas abordagens podem apontar para maneiras diferenciadas de entendê-las. Em síntese, essa revisão permitiu optar pelo uso da Teoria das Convenções, mostrando-se apropriada a considerar a diversidade de formas de mercados, não apenas entre organizações, mas dentro de uma organização. Assim, as convenções representam a convergência por trás da ação nos mercados, assinalando que há princípios e valorações comuns entre os atores, constituídos por referências em comum que norteiam essas interpretações.

Palavras-chave: comercialização, economia, sociologia.

DIFFERENT ANALYTICAL APPROACHES FOR STUDIES OF LIVESTOCK MARKETS

ABSTRACT

Given the multiplicity of ways in which markets can be organized, this article aims to present in a systematic way different approaches used to understand the dynamics and the functioning of agricultural markets, recognizing the contributions of different schools, as well as some of their weaknesses. Thus, we selected schools and approaches that could be interesting for a more specific study of livestock markets in the South of Brazil, so that they could be perspectives that take into account social and economic aspects. The findings put us in the face of the evidence that economic, social and cultural aspects compose the elements that guide the exchanges, and that different approaches can point to different ways of understanding them. In summary, this review allowed us to opt for the use of Conventions Theory, and it is appropriate to consider the diversity of market forms, not only between organizations, but within an organization. Thus, the conventions represent the convergence behind the action in

¹ Graduada em Zootecnia (UFSM). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora Adjunta na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena. E-mail: alessandramatte@yahoo.com.br; amatte@utfpr.edu.br

the markets, noting that there are common principles and values among the actors, constituted by common references that guide these interpretations.

Keywords: commercialization, economy, sociology.

1. INTRODUÇÃO

O entendimento sobre o que são mercados, do ponto de vista do senso comum, consiste em um espaço físico delimitado ocupado por indivíduos, um local ou lugar concreto em que ocorrem atividades comerciais, negociações, trocas e interações de todos os tipos, formas e produtos. Por outro lado, também pode ser entendido enquanto um destino para onde a mercadoria ou produção é enviada, até mesmo visto enquanto uma abstração – *pass par tout* –, desconhecido e impessoal, mas também real e concreto, uma vez que faz parte do cotidiano da sociedade por meio do mercado de capitais, de produtos, de mão de obra, entre outros.

Por outro lado, em meio aos estudos acadêmicos, sua compreensão também varia, tendendo a ser visto como um mecanismo interpessoal e que, na verdade, consiste em “[...] uma arena que confere às coisas o caráter de mercadoria em determinados momentos de sua vida social” (CONTERATO et al., 2011, p. 72), de maneira que são caracterizados como um ambiente extremamente incerto e hostil, que necessita da construção de coalizões que sejam capazes, de alguma forma, de orientar as ações nesse espaço. Portanto, os mercados não são resultado da ligação de atores com o mesmo interesse, mas o produto de convenções, de representações socialmente compartilhadas sobre o mundo (NIEDERLE, 2013). Ou seja, são um conjunto de convenções constituídas pelos atores sociais por meio de especulações, de julgamentos e de justificativas, que delimitam o deslocamento e movimentação dos atores por diferentes espaços (THEVENOT, 1989; 2001; BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Dessa maneira, a descrição de qualquer mercado deve envolver a identificação das mediações sociais e das formas de articulação que dão vida a essa estrutura, a fim de analisar o modo como os atores resolvem problemas de coordenação, na medida em que se torna necessário olhar para além das trocas² realizadas, contemplando também as formas como os seus membros regulam e politizam essas trocas.

De alguma maneira, não se trata de um processo uniforme e acabado que orienta e transforma por completo a vida dos agricultores, mas sim um processo amplo e diverso, em que a complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais faz com que algumas coisas transitem no estado de mercadoria (PLOEG, 1993; LONG, 2007; APPADURAI, 2008). Desse modo, a inserção das formas familiares de produção na sociedade mais ampla é integral à medida que as categorias sociais que a compõem procuram garantir espaços de manobra para assegurar sua sobrevivência e, sobretudo, tornarem-se mais fortalecidas. Para isso, os desafios da agricultura familiar consistem em alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção, desenvolvendo principalmente iniciativas autônomas que favoreçam as formas tradicionais de intermediação dos mercados (WILKINSON, 2008).

² Sobre isso, é assumido por Sabourin (2006; 2009) que existem sociedades de trocas que não são mercantis, em que as práticas de reciprocidade e da dívida entre comunidades camponesas geram formas de aliança consolidadas que permitem multiplicar as relações interpessoais. Por outro lado, também existem sociedades em que as trocas são mercantis, isso porque os mercados necessitam de trocas. Entretanto, nem sempre as trocas são necessariamente mercantis. Ou seja, tomadas como um conjunto de interações sociais, as trocas mercantis devem ser examinadas em um contexto mais vasto para, assim, lhe ser atribuído um sentido real (GARCIA-PARPET, 2009).

Diante da multiplicidade de formas em que os mercados podem ser organizados, este artigo tem por objetivo sistematizar as diferentes abordagens utilizadas para compreender as dinâmicas e o funcionamento dos mercados, reconhecendo as contribuições das distintas escolas, como também apontar algumas fragilidades. Assim, o leitor interessado em realizar um estudo sobre a temática dos mercados, poderá ter um panorama geral por meio do texto, e, associado ao contexto empírico que definiu sua problemática, poderá decidir sua escolha teórica com maior convicção.

2. MERCADOS AGROPECUÁRIOS: DIFERENTES ABORDAGENS ANALÍTICAS PARA ESTUDOS RURAIS

A direção que guia a sociedade para um modelo que, com frequência e intensidade cada vez maiores, põe toda e qualquer coisa à venda preocupa por seus consequentes índices de desigualdade, principalmente para aqueles que dispõem de poucos recursos (SANDEL, 2014). Acontece que a mercantilização das coisas acentuou e aguçou a desigualdade e enfatizou a importância do dinheiro ao longo do tempo (APPADURAI, 2008; SANDEL, 2014). Quando um bem passa a ser comercializado, este se transforma em mercadoria, perdendo sua identidade e vindo a ser considerado um instrumento de lucro e uso. A diferença, contudo, está na maneira como são atribuídos valores às coisas. Por exemplo, para acionistas de um grande frigorífico, a orientação segue o objetivo de obter o lucro, mas, para um pecuarista familiar, o lucro é apenas um dentre os fatores que determinam a comercialização de seu produto – e nem sempre é o principal. As escolhas entre os canais de comercialização não seguem as mesmas lógicas, e é isso que precisa ser melhor compreendido. Outro exemplo ilustrativo dessa situação é o caso da terra na pecuária familiar, que, geralmente, advém da herança, ou seja, fruto de relações não mercantis (MATTE, 2013). Trata-se de um conjunto de elementos que não são inteiramente mercantilizados, mas explicam, entretanto, a existência de formas não mercantis dentro de sociedades mercantilizadas. Cabe mencionar que a sociedade de mercado não foi um processo espontâneo. O que deu à luz a essa forma está muito mais relacionado a uma “intervenção política consciente”, em uma direção específica (OZVEREN, 2007, p. 789). Por isso, serão resgatados subsídios de diferentes escolas do pensamento sobre os mercados no intuito de reconhecer sua atualidade e contribuições, especificamente para compreender mercados da pecuária.

A escola clássica, que tem como principal representante Adam Smith, compreende o mercado como uma “mão invisível” que organiza o equilíbrio entre quem têm a oferta (produto para venda) e a demanda. Para Smith, em sua obra “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, dedicada a explicar a natureza do sistema econômico, as mudanças pelo qual a economia passava no século XVIII e os novos caminhos diante da Revolução Industrial inglesa que engatinhava, permite que o autor constate que o mercado consiste de um dispositivo coletivo por meio do qual a sociedade aloca a riqueza segundo o princípio do mérito e da competência individual. A contribuição dessa escola é que o valor – e, portanto, o preço dos bens e serviços – é determinado pelas condições da oferta e da procura. Conforme evidenciado por Ellis (1988, p. 10), no modelo de concorrência perfeita não pode existir nenhuma coerção, dominação ou exercício do poder econômico por parte de alguns agentes econômicos sobre os outros. Contudo, a discussão acerca da concorrência pura e perfeita pode até ser explicativa, mas marginaliza os aspectos sociais, interpretados como um obstáculo ou variável residual. Essa característica acaba resultando em um distanciamento entre o que é apresentado nos “modelos”, entre o que de fato é observado na realidade.

Cabe mencionar que o desenvolvimento do capitalismo moderno pode ser visto como um processo de expansão dos mercados como mecanismos para a produção e distribuição de bens e serviços, mas essa dramática expansão não significa que os mercados são os únicos instrumentos que regulam os processos econômicos em economias capitalistas (BECKERT, 2007; 2009). A radicalização do capitalismo pretende a existência da economia pura, de uma economia *per se* (por si só), justificando-se e existindo para o lucro. Isso torna uma sociedade altamente instável, gerando o risco da anomia social e da desintegração das sociedades, pois nenhuma sociedade poderá se sustentar dessa forma por muito tempo.

Na perspectiva de Marx (1994), ao contrário da escola clássica, o mercado é profano, uma vez que mescla características de ser mágico, mas também obscuro. Para o autor, o mercado é um fetiche, consiste no espaço em que o trabalho “vivo” se transubstancia, ou seja, perde substância real e passa a ser uma substância imaterial, como em uma quantidade de papel (dinheiro) ou no cartão de crédito. O mercado “desencarna” as coisas reais, posto que as mercadorias recebem a condição de fantasmas, tornando-se despersonalizadas. O mercado é o palco da alienação em que desfilam mercadorias sem identidade, configurando o cenário do “*fetichismo*” da mercadoria (MARX, 1994). Em crítica à visão marxista de mercadorias, Appadurai (2008) argumenta que nem todas as coisas se despersonalizam, e uma das estratégias de inserção da agricultura familiar em sociedades mercantilizadas é justamente recuperar a identidade do alimento e de quem o produz, por meio de localização, de identificação, de certificação e do contato pessoal produtor-consumidor. Nesse sentido, os mercados continuam existindo enquanto um espaço de troca e de interação social.

Soma-se ao portfólio de teorias para a análise dos mercados a Nova Economia Institucional (NEI), derivada da economia institucional ou institucionalismo – que basicamente contribuiu com a compreensão do papel das instituições no comportamento econômico –, propõe a ideia de contratos como um redutor do oportunismo e dos custos de transação como formas de resolver os problemas causados pelas falhas de mercado (COASE, 1937; NORTH, 1990). Entre os autores que apresentam importante contribuição sobre a NEI, encontra-se o estadunidense Oliver Williamson (1991; 1993), com avanços nos estudos da Economia dos Custos de Transação e Teoria da Firma. Suas ideias, que lhe consagraram o Nobel em Ciências Econômicas, em 2009, contribuem na medida em que permite constatar que não há conhecimento integral sobre o ambiente decisório, e modo que as ações e decisões nos mercados buscam soluções eficientes, mesmo com informações limitadas. A visão institucional, assim como a neoclássica tratada na sequência, pode ser interessante para compreender algumas formas específicas de mercados. No caso dos mercados de grãos, a oferta e demanda podem influenciar nessa regulação, portanto, a teoria neoclássica pode ser útil nesses estudos (STEINBERG, 2006; CORONEL et al., 2008; SOUZA, 2014). Nas produções de suínos, leite, aves e na fuminicultura, seus mercados podem ser estudados a partir das relações contratuais, ancorados pela Nova Economia Institucional (ZYLBERSZTAJN, 1995; SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2011; FRANÇOIS, 2013; SILVA, 2015). Contudo, apesar de suas contribuições na observação e análise dos custos de transação, principalmente no reconhecimento de que estes não são neutros, essa escola apresenta uma fragilidade em sua lógica, visto que o contrato é apenas uma superfície social de acordos morais muito mais amplos. Ou seja, é necessário um acordo entre as partes de que o contrato será um instrumento válido e considerado importante. Para alguns pode se tornar efetivo, para outros, o compromisso assumido é firmado pela palavra ou no “fio de bigode”.

Uma quarta contribuição vem da escola neoclássica, que compreende o mercado como o espaço onde oferta e demanda se encontram, onde atores estabelecem os preços que regulam os níveis ótimos de apropriação relativa. Vale reconhecer que em meio à escola neoclássica, diferentes correntes de estudos derivam dessa importante escola. Contudo, em vista do reduzido espaço para aprofundamento e de uma escolha por identificar elementos suficientes para apontar pistas de diferentes abordagens que permitam estudar os mais variados mercados, optou-se por não aprofundar sobre esse debate. A quem interessar estudos por meio da escola neoclássica, há vasta variedade de correntes, entre as quais mencionaria as discussões que abarcam Estrutura, Conduta e Desempenho (ECD), em que mais informações podem ser encontradas na obra da professora Ana Lucia Gonçalves da Silva (2010). Assim, reconheço as contribuições e a pertinência da escola neoclássica, mas em vista do interesse em compreender abordagens que levem em consideração as relações sociais e culturais de forma mais aprofundada, optou-se por não realizar aprofundamento maior nos avanços neoclássico, sem tirar-lhes legitimidade.

A Teoria Neoclássica é assentada na ideia de que os mercados são perfeitos por natureza, por isso, se algo falhar, é porque alguém falhou, mas não a teoria. A compressão sobre mercados perfeitos pressupõe que cada ator toma suas decisões para maximizar seus interesses, e, por meio da maximização de interesses individuais, levar-se-á ao equilíbrio dos interesses coletivos (ROSSETTI, 1980). Assim, parte-se do pressuposto da existência de um atomismo, em que cada indivíduo – como um átomo – satisfaz suas demandas e interesses pessoais. Entretanto, essa premissa passa a ser criticada recentemente, principalmente por institucionalistas históricos, como Oliver Williamson (1985; 1991) e outros. A crítica está alicerçada na constatação de que nem sempre os atores têm todas as informações disponíveis em mãos, por isso não há como saber de tudo, ou seja, existem falhas de mercado. A partir da aceitação da existência de falhas de mercado por parte da teoria econômica, essa passa a reconhecer o papel do Estado, atribuindo-lhe a função de mecanismo de correção das falhas de mercado.

Doravante o reconhecimento das falhas de mercado, perspectivas que incorporam elementos sociais na construção dos mercados passam a ganhar espaço e legitimidade, dentre elas o aporte das relações sociais e de confiança propostas por George Akerlof (1970); a ideia de reciprocidade, de instituições e de *embeddedness*, de Karl Polanyi (1976; 1980); e a perspectiva de redes de interação social, juntamente com as contribuições da Nova Sociologia Econômica. Adicionalmente a essas, também cabe destacar as proposições de mercados de cadeias curtas, de Terry Marsden e colaboradores, de mercados aninhados, de Jan Douwe Van Der Ploeg e outros, e de realocização, de Maria Fonte (2008) principalmente. Por fim, as contribuições da Teoria das Convenções, preenchem espaços não ocupados pelas demais teorias. Em essência, a questão central de todas essas teorias e abordagens é a ideia de que o mercado não é só uma questão da economia, como uma dimensão separada do social e do cultural.

O ganhador do Nobel de Economia em 2001, George Akerlof, marca sua trajetória acadêmica ao analisar o mercado dos *lemóns* (em tradução, limões), uma analogia à diferenciação de produtos pela qualidade, analisando o mercado de automóveis usados ou de qualidade duvidosa (AKERLOF, 1970). O autor busca entender por que existe um mercado de coisas usadas, questionando como é realizado o julgamento a respeito da “qualidade” para esses produtos. Akerlof (1970) constata que a base para o funcionamento desse mercado é a confiança e a informação, propondo que todos os mercados se organizam com algum grau de confiança, mesmo em espaços como o mercado de ações. De alguma forma, o autor procura realizar um ajuste à teoria das falhas de mercado ao afirmar que estas podem

ser boas, pois os atores criam formas de resolver essas questões. Desse modo, ele reconhece que ocorrem comercializações mesmo com assimetria de informações, pois os mercados estão imersos em relações sociais e de confiança. Eymard-Duvernay (1989) mostrou que a existência de mercados de bens estáveis está ligada às convenções coletivas implícitas entre compradores e vendedores. Portanto, o mercado possui meios para fornecer informações para aqueles que delas necessitam.

Garcia-Parpet (2003), em seu texto sobre o mercado perfeito dos morangos, constata que o elemento central nessa forma de mercado é a informação que circula entre os envolvidos, com importante ação sobre o processo de tomada de decisão com relação ao preço. Conforme a autora, os preços são dados não pela concorrência, mas pelo tipo de informação que se obtém, tanto para compradores, como para vendedores. Esse caso evidencia a importância da construção de confiança e da circulação de informação nos mercados, despertando nossa atenção para o papel dessas ações para a construção de autonomia, principalmente de agricultores e pecuaristas familiares, suporte esse que pode ser encontrado na Teoria das Convenções. A partir disso, é possível observar que as políticas públicas têm um espaço importante a ocupar, mas é necessário compreender melhor como o Estado poderia facilitar a troca de informações, de forma que os agricultores pudessem tomar decisões mais bem instruídos. É preciso pensar algo que reconheça e valorize a construção de convenções, e não que se proponha a regular as interações sociais e a troca de informações.

Polanyi (1976) dizia que se as forças do mercado forem deixadas livres, tenderiam a provocar uma total e completa crise. Entretanto, deve-se considerar que o autor faz essa análise após duas guerras mundiais, as quais teriam sido provocadas pelo capitalismo. Nesse contexto, Polanyi afirma que o capitalismo funciona como uma espécie de “moinho satânico”, como um moedor de carne, que transforma o homem, a terra e o dinheiro em suas mercadorias. É como reificar e anular o próprio ser humano.

Diante desse cenário, Polanyi (1976) se torna atual ao questionar a noção de que a economia de mercado foi mais “racional” ou mais eficiente do que outras formas de organização econômica baseadas em princípios diferentes. O autor discute o contexto social de sociedades primitivas, tendo em mente a experiência da sociedade após duas guerras mundiais, admitindo que o capitalismo se desenvolve sem, no entanto, necessariamente eliminar as outras formas de interação social, estabelecendo uma visão completamente distinta da economia política marxista, especificamente.

O autor apresenta pistas importantes para estudar os mercados, não como propriedade do capitalismo, mas como mecanismo de interação social, porque, afinal de contas, mercados e trocas existem em sociedades não mercantilizadas e mercantilizadas (POLANYI, 1976; 1980). Seu argumento é justificado com base nas relações das sociedades primitivas, que também fazem trocas, entretanto não utilizavam um papel moeda para isso, não sendo uma relação de troca baseada na expropriação do trabalho. Polanyi (1976) fornece bases para entender a interação entre agricultores familiares e o capitalismo, apontando que os agricultores familiares realizam trocas, ou seja, trocam por papel moeda seus produtos, que entram na circulação de mercadorias, sendo comprados pelos consumidores. Contudo, isso não significa que os agricultores familiares participam de uma sociedade inteiramente mercantilizada. Isto é, apesar de empregar seus produtos na realização de trocas, os agricultores familiares também os empregam no domínio privado.

Assim, as sociedades nas quais Polanyi (1976) acredita são sociedades em que há instituições assentadas na troca e na reciprocidade, e instituições assentadas

em mercados impessoais e autorregulados³, atribuindo um valor sociológico às transações. Ainda conforme o autor, a regulamentação do mercado passa a se dar pela sociedade, e não apenas pela economia, argumentando que a ação econômica nas sociedades tradicionais ficou totalmente enraizada na conduta social, enquanto a sociedade moderna caracteriza-se pelo fenômeno de desenraizamento (WILKINSON, 2008).

A partir disso, o autor examina atividades econômicas que sobreviveram na atual sociedade moderna, apontando a existência de três princípios de integração social, quais sejam: costumes de reciprocidade, formas de redistribuição, e intercâmbios (trocas não mercantis) (POLANYI, 1976). A reciprocidade é um princípio baseado em valores como comunitarismo, solidariedade, parentesco e cooperação, supondo um movimento entre pontos correlativos de agrupamentos simétricos. A redistribuição consiste em um movimento de apropriação em direção ao um centro e, posteriormente, de realocação a partir deste centro, estando baseada em princípios como coesão social, contratos, regras e redistribuição. As duas primeiras eram entendidas como atividades econômicas que promoviam a coesão social. Por intercâmbio, entendemos movimentos recíprocos como os que os atores realizam em um sistema de mercado. Alguns princípios tendem a se expandir, como o individualismo, a propriedade privada, a livre compra e venda, e a concorrência. Isso não significa que o “jeito” camponês de fazer trocas não sucumbe, mas se torna enfraquecido em uma sociedade altamente complexa. Polanyi sustentava que, sem essa economia informal, sem os inúmeros pequenos serviços prestados entre os membros de uma família, entre amigos e entre vizinhos, a sociedade não conseguiria sobreviver. O desenvolvimento desses diversos esforços cooperativos constitui uma tendência na sociedade, reconhecida pelo autor como contramovimento, destinada a criar modelos de desenvolvimento econômico alternativos, locais ou regionais. A exemplo disso, uma cooperativa e uma empresa privada são duas organizações capitalistas. Contudo, o que as diferencia é que a primeira está baseada em torno de princípios de centralidade, enquanto a outra é baseada no lucro, portanto, acionam os mecanismos de troca com interesses distintos.

Ao encontro dessa perspectiva, Wilkinson (2008) analisa os micros e pequenos empreendimentos agroindustriais e argumenta que esses mercados podem ser vistos como prolongamento de relações familiares, em que a confiabilidade do produto decorre da confiança no produtor, podendo dispensar garantias formais de qualidade. Nas palavras do autor, “parentesco, vizinhança, conhecimento pessoais e transações repetidas entre os mesmos atores afirmam reputações e consolidam lealdades, fazendo com que tais mercados se tornem relativamente imunes de pressões externas, sejam de ordem mercadológica ou reguladora” (WILKINSON, 2008, p. 94). Não se trata de limitações na competência dos agricultores familiares em produzir produtos de qualidade e em quantidade suficientes, mas trata-se, principalmente, da criação de regulamentações que pressupõem investimentos em instalações e equipamentos muitas vezes incompatíveis com as propriedades familiares. Essas ações caminham em direção a uma oligopolização, o que tem promovido a expansão de atividades clandestinas (WILKINSON, 2008).

Mais especificamente, no que tange ao debate em torno das redes sociais como formas de mercados, há uma polissemia em sua origem e por dentro do próprio debate. Segundo Scherer-Warren (2006), o ponto-chave está na utilização da noção

³ Foi no século XIX que o fenômeno denominado de mercado autorregulado veio à tona, por meio da liberação do controle da sociedade dos *inputs* terra, trabalho e dinheiro. A partir dessa situação, as regulações se dão orientadas pelos mercados, a denominada “mão invisível”. Entretanto, essa situação torna-se insustentável, resultando, por fim, no retorno da regulamentação do mercado pela sociedade.

de redes como uma nova compreensão da morfologia social, baseada no princípio da informação ou da comunicação como um mecanismo e um espaço de interação social. O pressuposto básico da perspectiva de redes sociais é que a construção de novos mercados não ocorre em um vazio social: ela se dá por meio de relações sociais entre distintos atores que possuem algum vínculo ou proximidade (GRANOVETTER, 2009). Para isso, a abordagem de *embeddedness* (enraizamento social) é retomada, tendo como pressuposto fundamental que redes sociais – construídas no parentesco ou amizade, confiança ou boa vontade – sustentam as relações econômicas e instituições. Assim, os fenômenos econômicos são explicados por meio de referências e variáveis sociológicas (LIE, 1997; GRANOVETTER, 2009; MIZRUCHI, 2009). O enraizamento enfatiza o papel das relações pessoais concretas e as redes (estruturas) dessas relações. Para Granovetter (2009), o homem sempre elaborou (em graus distintos) os seus cálculos econômicos a partir da sua inserção em redes sociais.

No que diz respeito aos mercados de cadeias curtas, Marsden et al. (2000) esclarecem que o termo “curto” não se refere à distância física que o alimento percorre, mas sim ao fato de o produto passar por poucas etapas até chegar ao consumidor, preservando, portanto, suas informações por meio de uma identificação própria ou da comunicação pessoal com o produtor. Para os autores, é isso que permite ao consumidor a “confiança de fazer conexões e associações com o lugar/espaço de produção, e, potencialmente, os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção utilizados”. Uma das principais características das cadeias curtas é a capacidade destas em “re-socializar” ou “re-espacializar” um determinado alimento, permitindo ao consumidor atribuir-lhe juízos de valor com base no seu próprio conhecimento, experiência ou imaginário percebido (MARSDEN et al., 2000; MARSDEN, 2004).

No Brasil, em resultados obtidos por Ferrari (2011), as cadeias curtas se caracterizam por enraizar práticas alimentares em relações ecossociais locais, criando novos espaços econômicos, conformando, por meio da produção e mercantilização de alimentos, uma relação de confiança entre produtores e consumidores. O autor ainda destaca que a emergência dessas cadeias curtas resulta de processos de proximidade, com significativa relação com a construção de redes por parte dos agricultores. As cadeias analisadas são caracterizadas, principalmente, pelas noções de realocação, *embeddedness* e um *turn*⁴ para a qualidade.

Para Fonte (2008), a valorização do *local* como prática baseada no conhecimento das populações mobiliza as diversas formas de conhecimento incorporadas em atores rurais e não rurais. Conforme a autora, “relocalização de alimentos implica uma mobilização de conhecimentos” (FONTE, 2008, p. 211), no sentido de oposição ao homogêneo e em defesa do tradicional como um modo único e destoante do padronizado, preservando uma maneira de produzir e de consumir de uma população. Para Dupuis e Goodman (2005, p. 361), o localismo torna-se uma contra-hegemonia à tese da globalização, uma chamada à ação sob a alegação de que o “oponente ao poder global é o poder local”. Em outras palavras, “se a dominação

⁴ O termo “*quality turn*” ou “virada” da qualidade se apresenta como elemento propulsor de iniciativas contrárias às propostas homogeneizantes presente no mercado, evocando para o debate noções de confiança e *embeddedness* (enraizamento) (GOODMAN, 2003). Em linhas gerais, a virada da qualidade traz ao debate elementos que atribuem qualidade aos alimentos que superam conformidades técnicas, mas consideram elementos como cultura, tradição, modo de vida, vínculo com o natural, entre outros (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012). O “*quality turn*” é também uma expressão do papel cada vez mais ativo dos consumidores na política de construção de qualidade, “consiste na proliferação de redes alimentares alternativas, trazendo consigo preocupações com a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos” (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012, p. 87).

é global, no local temos de encontrar a liberdade” (DUPUIS; GOODMAN, 2005, p. 361).

Conforme Fonte (2008), há dois modelos de realocização de alimentos em torno das redes locais de alimentos (*local food networks*), identificados pela autora com base em estudos de caso em dez países europeus. Um primeiro consiste na perspectiva da “reconexão”, que visa reconstruir a relação entre produtores e consumidores. A discussão em torno desse modelo pressupõe que houve uma “ruptura”, uma separação, entre a produção de alimentos locais e os consumidores, sendo necessário “costurar” e reconectar o que foi rompido. Essa prática foi fortemente utilizada por multinacionais para inserir os produtos orgânicos em sua cadeia, apropriando-se de um “modo” de produção.

Conforme Ilbery (2005), um mecanismo-chave para a reconexão, amplamente considerado, é o desenvolvimento e comercialização de produtos alimentares que são, de alguma forma, diferentes daqueles produzidos em massa e prontamente disponíveis nos principais pontos de venda, para que os consumidores possam distingui-los dos demais com base em sua aparência. Assim, podem ser diferenças na qualidade, na localização geográfica, ou na forma de produção.

A segunda perspectiva é denominada de “valorização da origem dos alimentos”, que reposiciona a produção local em relação aos seus valores, associando-a com práticas de produção de um território e com a tradição dessa população. Segundo Fonte (2008, p. 202), essa perspectiva está “enraizada em uma tradição pré-industrial que foi marginalizada, mas nunca se tornou completamente extinta”. Ou seja, não houve uma ruptura ou o “fim” de um modo de produção em detrimento de outro. Eles permaneceram se reproduzindo com base em conhecimento tradicional mesmo frente ao avanço da industrialização, embora em escalas reduzidas e para públicos consumidores específicos. Da mesma forma, Cruz (2012), em seu estudo sobre a valorização de alimentos tradicionais e artesanais do Queijo Serrano nos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, ao ouvir diferentes atores envolvidos com essa atividade, evidencia que, paralelamente ao avanço da globalização e da homogeneização do consumo alimentar, permanece coexistindo a produção local tradicional, sendo preservados os hábitos de consumo e produção locais.

Para Fonte (2008), uma das formas de incentivar e garantir os alimentos locais pode ser o registro do produto, certificando sua origem e modo de produção. Contudo, a autora esclarece que essa estratégia pode produzir efeitos negativos quando construída com base no conhecimento científico e por atores não locais, podendo vir a retirar a autenticidade de suas técnicas de produção. A pesquisa da autora está de acordo com os resultados encontrados por Dupuis e Goodman (2005). Para eles, corre-se o risco de criar um contexto favorável às elites locais e de construir territórios protegidos, gerando, conseqüentemente, desigualdades. Por isso, é fundamental repensar o local não como um movimento “romântico” para a emancipação deste, mas como uma ação coletiva, inclusiva e também reflexiva (DUPUIS; GOODMAN, 2005; FONTE, 2008). Desse modo, a revitalização da origem da comida representa também recuperar o conhecimento tradicional, que representa a expressão do conhecimento local (FONTE, 2008).

Outra abordagem interessante para a análise dos mercados é a terminologia dos *nested markets*, ou mercados aninhados (POLMAN et al., 2010; PLOEG, 2011; PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). Mercados aninhados podem ser visto como uma forma de governança híbrida: um conceito desenvolvido na Nova Economia Institucional, que os vê como combinações específicas de incentivos de mercado e modalidades de coordenação (POLMAN et al., 2010, p. 296). Em suma, os mercados aninhados consistem de um conjunto específico de transações, envolvendo

produtores e serviços específicos, entre fornecedores e compradores específicos que obedecem a normas específicas e produzem benefícios específicos (PLOEG, 2011; PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012). Esta especificidade socialmente construída define e reproduz o mercado aninhado, consistindo de um conjunto de características que “circundam” esse mercado, formando um ninho (PLOEG, 2011). Conforme o autor, a diferença básica, contudo, é que os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares. Por outro lado, os mercados emergentes estão inseridos em novas redes sociotécnicas que visam proteger espaços específicos contra o regime imperial. Assim, os mercados aninhados significam limites, embora permeáveis, que delimitam um espaço em que as relações alternativas, tendências, identidades e as transações podem ser construídos (PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

Entretanto, para Polman et al. (2010), o mercado aninhado vai além da definição de produtos “específicos”. Ele dispõe de um arranjo coordenado e conduzido por formas ativas de governança, provenientes dos parceiros e por meio de autoridades operacionais. Ou seja, inclui a participação ativa dos atores sociais envolvidos em fazer os mercados aninhados e organizarem os recursos comuns. O termo “recursos de uso comum”, ou *common pool resources*, faz parte de teoria sobre os recursos comuns desenvolvida por Elinor Ostrom. Tais recursos de uso comum são utilizados por um grupo específico de indivíduos (usuários), que Ostrom denomina de “apropriadores”, os quais compartilham “recursos-unidades”. Assim, há um conjunto de regras que regulam a gestão e uso dos recursos compartilhados (OSTROM, 2010). Cabe mencionar que Ostrom ganhou o Prêmio Nobel de Economia (Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel), em 2009, por sua contribuição com sua teoria.

Conforme Polman et al. (2010), é necessário, portanto, um conjunto mais ou menos institucionalizado de regras para governar a gestão e o desenvolvimento dos recursos de uso comum. A exemplo disso, algumas das dimensões a serem compartilhadas entre produtores, enquanto possíveis recursos de uso comum, são a preservação da biodiversidade, assegurar a paisagem nativa, reproduzir um modo de produção, manter as características culturais da comunidade, tornar o território atrativo para o turismo, entre tantos outros elementos comuns. Assegurar alguns desses recursos comuns pode ser retribuído em reconhecimento e valorização de seus produtos e do que é desenvolvido naquele local, vindo a delinear os mercados aninhados, relocando a produção e reconectando produtor e consumidor, locais ecossistemas e produtos, entre outros (POLMAN et al., 2010). Portanto, os mercados aninhados auxiliam na compreensão dos processos de desenvolvimento rural como “[...] respostas multifacetadas e de múltiplos níveis às falhas de mercado” associadas às dinâmicas dos mercados globais de commodities para a produção agrícola e de alimentos (PLOEG, 2011, p. 137).

A próxima abordagem incorpora muito das contribuições já apresentadas até aqui, em que alguns pontos em comum ficarão evidenciados, tratando-se da Teoria das Convenções, a qual sustenta que os mercados são mantidos por um conjunto de regras baseadas em uma incorporação a objetivos que recebem valorações diferenciadas e estão sujeitos a avaliações constantes, vindo a ter múltiplas formas de coordenação. Para essa teoria, a atividade econômica é socialmente construída e mantida por determinada ação coletiva e individual, levando à construção de um conjunto de regras e convenções que orientam as dinâmicas do mercado. Em essência, pretende romper com as ideias e formas de natureza estáticas, que não contemplam a diversidade de dinâmicas que podem existir nos diferentes tipos de mercado. A exemplo disso, a escolha por um ou outro canal de comercialização não é rígida ou orientada apenas por um objetivo, não sendo possível assegurar que um

produtor comercialize seu produto pelos mecanismos conhecidos, podendo haver a escolha ou criação de um novo meio de escoar sua produção, o qual não estava “previsto” nos cálculos e lógicas econômicas. Assim, o resultado é uma pluralidade de valores que não são livremente transferíveis de uma instituição para outra, em que “o comportamento não é o mesmo em uma família como no mercado ou em uma associação” (EYMARD-DUVERNAY, 2002, p. 63).

No caso do mercado de ações na bolsa de valores, a compra parte de um interesse do ator e de sua suposição de que ocorra um aumento da valorização do que está sendo adquirido, dados os seus fundamentos, que podem ser particulares ou influenciados por informações ou ações coletivas. Orléan (2005) destaca que, quando ocorre um aumento significativo na compra de determinadas ações, dá-se constituição de relações sociais um fenômeno de influência e de difusão de crenças, denominado como um processo de “imitação”. O autor aponta que este consiste em um comportamento perfeitamente racional, que conduz coletivamente, podendo até mesmo vir a gerar situações prejudiciais para os envolvidos, como é o caso de quando ocorrem aumentos excessivos (ORLÉAN, 2005). A questão aqui posta permite observar o papel das convenções na coordenação de ações coletivas, que podem contribuir para explicar as ações locais em mercados de contato direto, e não somente como no caso da bolsa de valores.

Portanto, a constituição de relações sociais se dá mediante referências, convenções de fidelidade, de colaboração, de confiança mútua, entre outras, mas, sobretudo, para além somente da qualidade. Se os atores concordam com uma convenção, isso não significa que compartilhem de outras convenções, o central é entrarem em acordo sobre aquilo que interessa aos envolvidos e que os aproxima. Assim, a análise das convenções, de modo específico, é uma ferramenta apropriada a considerar a diversidade de formas de mercado, não apenas entre organizações, mas dentro de uma organização (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Por isso, essa teoria se mostra pertinente para compreender a construção e o funcionamento de mercados agropecuários. A pluralidade de formas de organização e funcionamento nas formas de comercialização permite às convenções o papel de serem “minimamente necessárias como sinais de reconhecimento simbólico de filiação e de autoridade”, explicando alguns dos comportamentos dos atores (LAZEGA; FAVEREAU, 2002, p. 4), como nas diferentes formas de mercado e canais de comercialização.

As constatações até aqui apresentadas nos põe diante da evidência de que aspectos econômicos, sociais e culturais compõem os elementos que orientam as trocas, e que distintas abordagens podem ser utilizadas para entendê-las. Portanto, estamos vivendo em uma sociedade em que não há mercados “puros”, mas sim uma coexistência destes, até mesmo em formas híbridas. Naturalmente, os mercados dependem de um acordo moral para que existam, ou seja, da existência de valores sociais compartilhados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo teve como principal motivação a busca por um referencial teórico que pudesse contribuir para com a realização de um estudo sobre mercados da pecuária familiar no Rio Grande do Sul. Tendo isso claro e considerando as particularidades do contexto estudado – estudos anteriores que apontavam para a necessidade de olhar os mercados da pecuária por meio de óticas que considerassem aspectos para além do econômico –, indicava para a necessidade do uso de abordagens ou de teorias que permitissem um olhar que abarcasse a interação entre relações sociais, culturais e econômicas, conduzindo as escolhas realizadas nesta de revisão.

Por esse motivo, o leitor poderá concluir, ao fim da leitura do texto, que os esforços foram conduzidos de maneira a apresentar de forma sucinta, mas suficientemente robustas, abordagens que apresentassem contribuições para os estudos dos mercados, levando em consideração contextos em que aspectos culturais poderiam ter protagonismo importante nas relações e comercialização. Com isso, é importante assumir que não houve um aprofundamento sobre as escolas clássicas e neoclássicas da economia, uma vez que há ampla variedade de desdobramentos e correntes. Entretanto, os esforços foram dedicados para compreender melhor abordagens que permitissem levar em consideração as relações sociais, chegando à Teoria das Convenções, após as contribuições que ela própria incorpora das demais escolas.

Diante desse cenário, o intuito da investigação que culminou nessa revisão, compreendia a busca por uma abordagem que não desconsiderasse os elementos puramente econômicos de abordagens de mercados, mas que assegurasse a compreensão de elementos sociais e culturais, sem torná-los unicamente centro do estudo. É importante assumir que não é possível apresentar todas as teorias e as abordagens sobre mercados, muito menos esgotá-las, mas foi possível encontrar um denominador comum, por meio de uma teoria que se mostrou interessante para a análise de contextos complexos, reconhecendo suas dificuldades de operacionalização.

Assim, no conjunto dos estudos rurais, por muito tempo, os mercados foram tratados como algo perverso, criado pela comunidade científica, não necessariamente corroborando com a representação do produtor rural, distante da realidade das formas familiares de produção, que, inicialmente, eram tidas como produtoras de bens para o autoconsumo, com alguns poucos registros de comercialização mercantil. Entretanto, o cenário atual de abertura comercial tornou os mercados ainda mais complexos, uma vez que a produção da matéria-prima, o processamento e a distribuição envolvem um conjunto diverso de etapas e de atores, que, por consequência, transmitem a imagem de um mercado distante.

Os processos interpretativos sobre as formas existentes de relações econômicas passam a sofrer modificações a partir do final da década de 1980, quando intelectuais dão início a uma discussão que objetiva considerar formas de relações que incorporem aspectos, até aquele momento, não reconhecidos pela economia ortodoxa. Não significa, com isso, que as contribuições obtidas até aquele período eram equivocadas ou deixariam de cooperar com as interpretações acerca das relações nos mercados, pelo contrário, o aporte de novos elementos para a compreensão e a análise das relações mercantis passa a contribuir de forma significativa. Nessa trajetória de avanços sobre estudos relacionados aos mercados, a Teoria das Convenções mostra-se interessante ferramenta para análises complexas, na medida em que sua estruturação trás acúmulo dos avanços anteriores

das diferentes escolas, propondo entrelaçar decisões econômicas com aptidões psicossociais e culturais.

Depois de revisão aprofundada que envolveu o resgate de diferentes perspectivas teóricas utilizadas nos estudos sobre mercados, optou-se por utilizar o suporte conceitual e analítico oferecido pela Teoria das Convenções, visto que pode ser um interessante meio para a compreensão de mercados agropecuários. Na medida em que compreendemos que mercados é resultado das interações entre diversos atores sociais, em que, por meio de interpretações realizadas pelos envolvidos, passam a regular e politizar as transações nesses espaços, mesmo em meio àqueles mercados considerados convencionais e altamente geridos por conglomerados agroindustriais de processamento de alimentos, é a partir disso que teorias como essa emergem, buscando resposta a tais complexidades. Assim, as convenções representam a convergência por trás da ação nos mercados, apontando que há princípios e valorações comuns entre os atores, constituídos por referências em comum que norteiam essas interpretações. Portanto, consiste do conjunto de orientações que estão por trás das escolhas, resultado de interações de atores individuais e coletivos, organizando e regendo ações como acordos construídos gradualmente. Essa teoria fornece elementos para entender os mercados locais, bem como aqueles sem um lugar específico, na medida em que permite verificar a interferência dos mais diversos atores na condução da ação nos mercados.

Portanto, identificar as estratégias dos produtores rurais para se inserir nos diferentes mercados, localizando e descrevendo os espaços de interação e troca de produtos, demonstrando a existência ou não de códigos sociais específicos que determinam, por vezes, a conduta dos indivíduos e do coletivo, representa um importante avanço para os estudos rurais. Com tais informações em mãos, ações e estratégias de desenvolvimento rural podem vir a ser pensadas com o propósito de favorecer cada vez mais a autonomia para os produtores rurais familiares, buscando remuneração adequada e almejando ampliar a possibilidade de espaços de troca de informações, direcionados a contribuir na determinação do canal de comercialização para o escoamento de seus produtos.

Mesmo assim, a Teoria das Convenções tem sua limitação na técnica de investigação empírica, uma vez que é necessária uma imersão na realidade de interesse do estudo, de forma que, em meio às interações entre os diferentes atores, regras que conduzem a constituição das convenções possam ser identificadas. De todo modo, a Teoria das Convenções se mostra útil para estudos que almejam verificar a dinâmica dos processos não apenas de mercados, visto que permite compreender o dinamismo e o movimento dos atores, que podem estar reproduzindo e (re)fortalecendo convenções, como também constituindo novas regras que, posteriormente, podem vir a se tornar convenções.

4. REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 84, n. 3, p. 488-500, Aug. 1970.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói/RJ: EdUFF, 2008.

BECKERT, J. **The social order of markets**. Max Planck Institute for the Study of Societies, Discussion Paper 07/15, 2007. 31 p.

BECKERT, J. The social order of markets. **Theory and Society**, Cologne, v. 38, n. 3, p. 245-269, Jan. 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**. Paris: Gallimard, 1991.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.

CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 67-89. (Série Estudos Rurais)

CORONEL, D. et al. Exportações do complexo brasileiro de soja vantagens comparativas reveladas e orientação regional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 17, n. 4, p. 20-32, out./nov./dez. 2008.

CRUZ, F. T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DUPUIS, M. E., GOODMAN, D. Should We Go 'Home' to Eat?: toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 21, n. 3, p. 359-371, July 2005.

ELLIS, F. **Peasant economics: Farm households and agrarian development**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

EYMARD-DUVERNAY, F. Conventionalist approaches to enterprise. In: FAVEREAU, Olivier; LAZEGA, Emmanuel (Org.). **Conventions and Structures in Economic Organization: Markets, Networks and Hierarchies**. Cheltenham: Edward Elgar, Paris: University of Paris X, 2002. p. 60-78.

EYMARD-DUVERNAY, F. Conventions de qualité et formes de coordination. **Revue Économique**, Paris, v. 40, n. 2, p. 329-359, Mars 1989.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FONTE, M. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, Assen (Holanda), v. 48, n. 3, p. 200-222, jul. 2008.

FRANÇOIS, E. P. **O ambiente institucional na cadeia produtiva avícola do RS: regulação e desenvolvimento de mercado baseado no status sanitário dos planteis**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GARCIA-PARPET, M.F. A construção de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-em-Solange. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 5-44. abr. 2003.

GARCIA-PARPET, M. F. Mercados e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na *plantation* açucareira nordestina. In: NEVES, Delma Pessanha; MORAES SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. SP. Ed. UNESP/NEAD, v. 1, 2009. p. 69-87.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 19, n. 1, p. 1-7, Jan. 2003.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M. E., GOODMAN, M. K. **Alternative food networks: knowledge, practice, and politics**. London and New York: O Routledge, 2012.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 31-68.

ILBERY, B. et al. Product, process and place an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, Harlow (Inglaterra), v. 12, n. 2, p. 116-132, 2005.

LAZEGA, E.; FAVEREAU, O. Introduction. In: FAVEREAU, Olivier; LAZEGA, Emmanuel (Org.). **Conventions and Structures in Economic Organization: Markets, Networks and Hierarchies**. Reino Unido: Edward Elgar, Paris: University of Paris X, 2002. p. 1-28.

LIE, J. Sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, Calif/US, v. 27, p. 341-360, Aug. 1997.

LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

MARSDEN, T. et al. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 40, n. 4, p. 424-438, Oct. 2000.

MARSDEN, T. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. (Ed.). **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004. p. 129-155.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. In: MARTES, A. C. B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 131-159.

NIEDERLE, P. A. Economia das Convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 439-470, dez. 2013.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, C. A. O. **A dinâmica da estrutura da indústria de carne de frango no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ORLÉAN, A. La sociologie économique et la question de l'unité des sciences sociales. In: STEINER, Philippe; SAINT JEAN, Isabelle This. **Histoire et méthode de la sociologie économique**. Vol. 55, Paris: Presses Universitaires de France, 2005. p. 279-305.

OSTROM, E. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 100, n. 3, p.1-33, Jun. 2010.

OZVEREN, E. Karl Polanyi and Return of the "Primitive" in Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, California, v. 41, n. 3, Sept. 2007.

PLOEG, J. D. V. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUSMAN, Eduardo Sevilla. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Piqueta, 1993. p. 163-195.

PLOEG, J. D. V. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 27, p. 114-140, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a06v13n27.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

PLOEG, J. D. V.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the E.U. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, n. 1, p. 37-41, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

POLANYI, K. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Org.). **Comercio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p. 289-316.

POLMAN, N. et al., Nested markets with common pool resources in multifunctional agriculture. **Rivista di Economia Agraria**, Bologna, Italia, n. 2, p. 295-318, Mar. 2010.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade**, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 215-239.

SANDEL, M. J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Tradução de Clóvis Marques. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 237p.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, A. L. G. **Concorrência sob condições oligopolísticas: contribuições das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados**. 2. ed. Campinas/SP: Unicamp, 2010. (Coleção Teses). Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/Teses_Neit/tese_ana_lucia.pdf. Acesso em 20 jan. 2019.

SILVA, D. W. **Produzindo prerrogativas de cidadania: o acesso da agricultura familiar à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, L. X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SOUZA, Â. R. L. **Competitividade da cadeia produtiva de arroz beneficiado do Rio Grande do Sul e do Uruguai: um estudo utilizando a matriz de análise de políticas**. 201f. 2014. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

STEINBERG, M. **Padrões de concorrência no Mercado Brasileiro de Torrefação e Moagem de Café e 1997-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

THÉVENOT, L. Equilibre et rationalité dans un univers complexe. **Revue Économique, numéro spécial L'économie des conventions**, Paris, v. 40, n.2, p. 147-197, Mars 1989.

THÉVENOT, L. Organized Complexity: Conventions of Coordination and the Composition of Economic Arrangements. **European Journal of Social Theory**, London, v. 4, n. 4, p. 405-425, Nov. 2001.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

WILLIAMSON, O. E. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, New York, v. 36, p.269-296, June 1991.

WILLIAMSON, O. E. **Mercados y Hierarquias**: su análisis y sus implicaciones anti-trust. México: Fondo de Cultura, 1991.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: The Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Journal of Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. Tese (Livre Docência) – Departamento de Administração da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ESTRATÉGIAS QUILOMBOLAS: SEGMENTARIDADE E DISSENSO NA POLÍTICA ÉTNICA MARANHENSE

Igor Thiago Silva de Sousa¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as formas de garantia de direitos territoriais às chamadas “comunidades remanescentes de quilombos” no Maranhão através de seus segmentos organizados. Como primeiro segmento temos a ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), que surge em 1997, funcionando como um “fórum de representação das comunidades quilombolas”. Por sua vez, os caminhos políticos e estratégias de intervenção na garantia de direitos territoriais não são unitários, apresentando-se de forma multifacetada e sob diferentes visões sobre os caminhos de interface frente o Estado, o que coloca em questão a unidade política da desta entidade e culmina com a eclosão do MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) em meados de 2010, apontando divergências nas formas de ação política dos quilombolas. Estes polos organizados têm entre si estratégias diferenciadas e certos antagonismos públicos, o que coloca em pauta as percepções políticas das organizações quilombolas, que politizam seus laços comunitários e práticas a partir de entendimentos, formas de mobilização e parcerias políticas diferentes entre si.

Palavras-chave: comunidades quilombolas, direitos territoriais, grupos étnicos, movimentos sociais, Maranhão.

QUILOMBOLAS STRATEGIES: SEGMENTARITY AND DISSIDENCE IN MARANHÃO ETHNIC POLITICS

ABSTRACT

This study aims to examine ways to guarantee land rights to so-called "remaining quilombo communities" in Maranhão through its organized segments. As the first segment we have ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), which appears in 1997, working as a "representative forum of the Quilombo communities." In turn, the political ways and intervention strategies on territorial rights guarantee are not unitary, presenting a multifaceted way and under different views on the front interface paths the State, which calls into question the political unity of this entity and culminates with the outbreak of MOQUIBOM (Movimento quilombola do Maranhão) in mid-2010, indicating differences in the forms

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: igorthiago.sousa@gmail.com

of political action of the quilombolas. These poles have organized together different strategies and certain public antagonisms, which puts on the agenda the political perceptions of quilombo organizations which politicize their community ties and practices from understandings, forms of mobilization and different political partnerships with each other.

Keywords: ethnic groups, Maranhão, quilombo communities, social movements, territorial rights.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho em questão se baseia na análise das ações de dois segmentos organizados do Movimento quilombola no Maranhão. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica, situando a colaboração do Movimento Negro para os processos de organização das comunidades quilombolas no Maranhão e entrevistas com lideranças da ACONERUQ e MOQUIBOM, tendo em vista situar percepções e entendimentos diferenciados. Foi realizado trabalho de campo acompanhando reuniões deliberativas, assembleias e pequenos encontros formativos, tendo em vista perceber desde encontros e processos de deliberações locais, até grandes atos e protestos, percebendo processos de mobilização e reivindicação de direitos.

Para isso, foi necessário perceber as manifestações políticas, como aponta James Scott (2013), em formas não explícitas, em seus meandros, nas formas não declaradas ou óbvias ao observador médio, mas encontrando-se em pequenos atos, formas de solidariedade e construção de meios de assistência mútua.

Em circunstâncias normais, os subordinados têm todo o interesse em evitar qualquer manifestação *explícita* de insubordinação. Claro que, na prática, também têm o maior interesse em desenvolver formas de resistência – em minimizar as exações, o trabalho e as humilhações a que são submetidos. A conciliação destes dois objectivos aparentemente antagónicos é normalmente alcançada pela perseguição de formas de resistência que, justamente evitam o confronto aberto com as estruturas de autoridade a que se procura resistir (SCOTT, 2013, p. 132).

Assim, ao tratar de movimentos e organizações sociais, foi necessário perceber os discursos postos em dois planos (*interno e externo*), um mais propenso a disputas e desentendimentos entre militantes e outro em que aparentemente há coesão e pautas unitárias. Para tal, tomo como principal estratégia para a análise proposta a “observação situada”, proposta pela Antropologia Interpretativa, pois, segundo Geertz (2008), as formas do saber são sempre, e inevitavelmente, locais, inseparáveis de seus instrumentos e invólucros em que para o entendimento das percepções dos agentes políticos das entidades, será necessário para que se torne possível uma “descrição densa”.

O primeiro segmento organizado se situa a partir da criação da ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) ainda na década de 1990; já o segundo, se dá com a criação do MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) em meados de 2010. Nesse sentido, o norteador do trabalho de campo foi perceber as práticas desses sujeitos, suas ações e as particularidades no acionar de garantias instituídas a partir de direitos conquistados desde a nova Carta Magna. Almejou-se compreender como a partir de diferentes percepções e leituras políticas,

tanto a ACONERUQ, quanto o MOQUIBOM realizam suas estratégias, situadas dentro de um leque de visões de mundo e observações sobre (im)possibilidades.

Por outro lado, a ideia de um corpo coeso e unitário parece soar vazia, na medida em que certos enquadramentos são por demais rígidos, incapazes de perceber fissuras e as mobilidades existentes dentro desses mesmos segmentos. Assim, é necessário em termos analíticos um descentramento a partir de espaços de incerteza, de pontos intermediários em que se privilegia o acionar dos sujeitos, como pontua Michel Agier (2012). Momentos em que além de identidades fixas, amarras que congelam as análises em pontos mortos e determinados, ganham força a possibilidade de alteração, o colocar-se em movimento, momentos liminares, focando aquilo que se produz e altera a ordem existente.

Para Agier (2012): “este descentramiento es político en el sentido de que privilegia el *acionar* y el momento de cambio que introduce una modificación en el orden social dado, generando así la posibilidad de ver y de comprender el movimiento y el cambio que están ocurriendo” (AGIER, 2012, p. 11). É importante perceber as fricções, fissuras e a heterogeneidade dentro daquilo que se designou por identidades, frisando aspectos que ressaltam a importância das fronteiras em termos da alteridade. Dessa forma, emerge o conceito de sujeito. Este sujeito, por mais que submetido a um poder, conformado em certos termos, parece não se resignar dentro do que está inserido, não se conter dentro da ordem delimitada e por mais que submetido, “puede, de hecho, sobreactuar o anticipar su rol dando así la impresión de que está co-produciendolo, queriendolo y deseandolo realmente” (AGIER, 2012, p.18). Portanto, na análise dos segmentos organizados que compõem o Movimento Quilombola no Maranhão, frisaram-se esse estar em movimento, os diferentes modos de acionar direitos conquistados, formas de percepção e entendimento que não apenas variam entre diferentes polos, que são compostos pelos mesmos tipos sociais, a saber, os quilombolas, mas também por sujeitos que falam a partir de diferentes experiências e percepções de mundo.

Para situar a exposição, inicialmente se comentará a emergência de cada polo organizativo do Movimento Quilombola, como forma de mapear de maneira genérica a existência de cada segmento organizativo das comunidades quilombolas no Maranhão, para daí situar alguns entendimentos diferenciados entre esses sujeitos que compõem tanto a ACONERUQ quanto o MOQUIBOM. Por fim, se ressaltará uma estratégia política diferenciada do MOQUIBOM, a busca por alianças com diferentes etnias indígenas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores arteriais e camponeses, compondo a denominada Teia de Povos e Comunidades Tradicionais.

2. ESTRATÉGIAS QUILOMBOLAS: O MOQUIBOM, ACONERUQ E AS DIFERENTES LEITURAS POLÍTICAS

A ACONERUQ teve sua criação no ano de 1997, sendo organizada enquanto um “fórum de representação das comunidades quilombolas do Maranhão” (ESTATUTO, 2007, 01). Esta associação, pelo próprio período histórico e vínculos estabelecidos, foi assessorada diretamente por setores do Movimento Negro, como o CCN (Centro de Cultura Negra), seja em sua constituição, seja nos primeiros trabalhos desenvolvidos pela entidade. Nesse sentido, o debruçar do Movimento Negro sobre a realidade das comunidades quilombolas do Maranhão remete diretamente a figura de Mundinha Araújo, historiadora e militante do Movimento Negro, que a partir de sua curiosidade e empenho começa a tentar compreender a situação dessas comunidades ainda na década de 1970, como situa a autora ao historiador Adelmir Fabiani por meio de carta:

Ouvira falar que no interior, isto é, nos centros de alguns municípios existiam lugares onde 'só morava pretos' e que esses pretos não se misturavam com ninguém, ou seja, não havia qualquer vestígio de miscigenação entre eles. Naquele tempo a minha curiosidade como negra em saber mais sobre esses negros da zona rural levou-me a contatar aqui mesmo em São Luís com pessoas dos municípios, viabilizado a possibilidade de servirem de intermediárias quando chegasse até lá e tivesse que deslocar-me para os povoados (FABIANI apud ARAÚJO, 2007).

O trabalho de Mundinha Araújo ocorreu de forma voluntária, realizando visitas a comunidades rurais, a partir de contatos com representantes e lideranças locais, se debruçando sobre os modos de viver e fazer existentes nessas comunidades, em seus calendários de festas, práticas socioculturais e memórias do pós-escravidão, entre os anos de 1976 e 1978. Nas primeiras comunidades visitadas, não ocorre a identificação de conflitos fundiários, todavia, como situa a própria Mundinha Araújo, isso não significa que não existissem, pois "dezenas de comunidades já vinham lutando desde os anos 40, 50 e 60 contra as invasões de pessoas de fora que resultavam na expulsão dos antigos moradores nas terras conhecida como 'dos pretos'" (FABIANI apud ARAÚJO, 2007). Antes mesmo do Movimento Negro assumir a causa das comunidades quilombolas no Maranhão entre meados dos anos de 1970 e 1980 com a fundação do CCN, estas comunidades já vinham se organizando e tentando resistir contra a invasão de suas terras por parte de grileiros e fazendeiros, como situa Mundinha Araújo ao historiador Adelmir Fabiani:

As comunidades negras rurais Santo Antônio dos Pretos, Bom Jesus dos Pretos, Santa Rosa dos Pretos, Jacaré dos Pretos e outras, vinham se organizando contra a grilagem, antes mesmo de o movimento negro assumir a causa, inclusive "arrecadando recursos entre eles mesmos para pagar honorários de advogados, despesas cartoriais, viagens para a capital e outras" (FABIANI apud ARAÚJO, 2007).

Nesse sentido, é com a criação do CCN em 1979 que ocorre a centralização das demandas das comunidades quilombolas em uma entidade sediada em São Luís, dando destaque as situações de privação, conflitos agrários e as necessidades específicas destas comunidades. A partir do conhecimento de Mundinha Araújo, somadas às articulações da recém-criada entidade surge um projeto, tendo em vista cobrir a realidade agrária e as demandas das comunidades quilombolas, intitulado PVN (Projeto Vida de Negro) que vigorou entre 1988 e 2005 em parceria com a SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos).

Tal projeto considerava significativamente dados e a produção pioneira de Mundinha Araújo e outros intelectuais negros, como João Francisco dos Santos² e Luiz Alves Ferreira³, enquanto fundadores do CCN, agregando a possibilidade de financiamento e a disponibilidade de pesquisadores e militantes do Movimento Negro em seus trabalhos de campo, pesquisa cartorial e outras tarefas. O projeto visava colocar em prática o artigo 68 da Constituição Federal, bem como registrar modos organizativos e práticas socioculturais existentes nas comunidades quilombolas,

² Um dos integrantes da equipe fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA) e foi o primeiro presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em São Luís. Foi também o secretário de Estado da Igualdade Racial na gestão do governador Jackson Lago (2007-2009).

³ Médico, professor aposentado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), um dos integrantes da equipe fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA).

buscando o intermédio junto ao poder público tanto em esfera estadual quanto federal nos processos de efetivação de garantias legais, tendo “sido um lugar de reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas, acoplado o conhecimento militante às memórias locais de resistência” (ALMEIDA, 2002, p. 15).

Tal projeto, contou com o apoio significativo de entidades externas, bem como com recursos oriundos do governo Federal em que “as atividades desenvolvidas junto às comunidades negras pelo PVN tiveram apoio da Fundação Ford (EUA), a Oxfam (Inglaterra), a EZE atual EED, Alemanha), a Cese (Bahia) e a Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura” (FABIANI, 2009, p. 11).

Entre pequenos encontros municipais, somados ao empenho das comunidades quilombolas e a assessoria do CCN, surge em 1997 a ACONERUQ. Tal entidade vinha a substituir a Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEPQM), criada em 1995 e com o intuito de nuclear as demandas das comunidades quilombolas em processo de organização graças aos trabalhos do PVN. Nesse sentido, a criação da ACONERUQ está ligada diretamente as atividades do CCN, nos processos de organização possíveis através do PVN, como pontua Ivo Fonseca, primeiro coordenador da ACONERUQ, na sede do CCN, em 2013:

A montagem da ACONERUQ vai surgindo naturalmente e a gente tinha o Centro de Cultura Negra que dava o foco nos encontros regionais e estaduais. Só para você ver, nós fomos oficializar a entidade no quinto encontro estadual. Teve várias reuniões nos municípios para explicar como era as coisas e aí eles já diziam por que a gente não faz uma organização estadual?!

Dessa forma, somando a vontade de criação de uma entidade específica de lideranças quilombolas, um cenário com uma presença significativa de comunidades quilombolas em processo de organização e conhecimento de realidades de dificuldades partilhadas, somados as limitações institucionais da Coordenação Provisória e a necessidade de abranger as demandas em nível estadual, fizeram surgir a ACONERUQ, após seminários ocorridos nos municípios de Cururupu, Mirinzal, Alcântara e Turiaçu ao longo do ano de 1996 e da realização do V Encontro das Comunidades Negras Rurais no Maranhão. Nesse sentido, as bases estruturais de criação da entidade se encontravam nos municípios de Itapecuru-Mirim, Penalva, Caxias e Codó (PVN, 2005, p. 50). Dessa forma, a entidade foi pensada como um fórum de representação das comunidades quilombolas que garantisse a interface junto ao Estado, o acesso a políticas públicas e certas garantias formais. Conforme situa Ivo Fonseca em entrevista, ocorrida em 2013, na sede do CCN:

O foco principal era trabalhar para que as comunidades conquistem seus territórios e no período que eu fui coordenador eu encaminhei muitos processos para o INCRA e de outro lado que nós trabalhava era a questão da formação política nas comunidades, era a base entender o processo na ACONERUQ, entender a formação. Entender o processo vindo de baixo para cima e não de cima para baixo, então nós tinha essa capilaridade. Outro ponto que nós trabalhava era a questão das normas constitucional. Quando a ACONERUQ começa nós também passamos por isso em nível nacional, porque não adiantava nós estarmos aqui e as portas estarem fechadas quanto a esses ordenamentos. Nós também trabalhamos políticas básicas como educação, saúde, estradas.

Em seu trabalho de representação, a ACONERUQ lida com um enumerado de situações e demandas oriundas das comunidades quilombolas, que envolvem desde políticas de titulação e regularização fundiária, que são realizadas por órgãos federais e estaduais, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), até o acesso a políticas públicas de educação, moradia, infraestrutura, água potável, insumos agrícolas, etc.

Outro aspecto importante, se refere a necessidade de uma entidade desse tipo, que funcione como um ente formal perante o Estado, capaz de representação, firmamento de contratos, arrecadação de valores e que ao mesmo tempo, mantenha as comunidades organizadas, nucleadas e mobilizadas partir desse modelo institucional. Nesse sentido, tem-se uma interessante fala de Maria Eunice Machado (2015), a dona Nice, militante da ACONERUQ e uma das fundadoras da entidade:

A ACONERUQ é a associação quilombola do estado do Maranhão, então essa associação foi criada para representar uma entidade jurídica porque o nosso movimento negro já tem mais de 300 anos, tá. Nós que 'vem' do Maranhão, nós 'precisava' de uma entidade jurídica que apresentasse 'nós', né. Porque quando você vai para uma luta, vai para qualquer trabalho, eles precisam que a gente apresente um documento lá pela entidade e 'nós' era só movimento, hoje nós somos entidade porque tem um documento que apresenta 'nós' juridicamente como entidade. Então, ela foi criada através disso aí, para representar 'nós' em todo lugar do estado do Maranhão, os quilombolas.

Um dado interessante a partir da fala de dona Nice, refere-se a importância dada as formalidades por parte dos quilombolas que fundam a ACONERUQ, na capacidade de representação jurídica perante o Estado e frente a outros segmentos sociais. Para ela, já não se trataria apenas de um movimento social justamente por essa capacidade, pela possibilidade de “representação” e apresentação de “documentos”. Assim, a ACONERUQ funciona como uma entidade formal, capaz de assegurar certa visibilidade e institucionalidade frente a antagonistas ou para com possíveis parceiros. A possibilidade de representação das comunidades pela ACONERUQ se dá graças a filiação das associações de moradores dessas comunidades quilombolas à entidade, o pagamento de taxas de anuidade e a possibilidade de formação de chapas que concorrem eleitoralmente a gestão por determinado período de tempo (ESTATUTO, 2007, p.02; p.08).

Já o MOQUIBOM ganha destaque a partir de ocupações a órgãos públicos e passeatas no ano de 2011 e com denúncias públicas sobre assassinatos de lideranças quilombolas e morosidade estatal nos processos de titulação de territórios. Nesse sentido, o surgimento do movimento está relacionado aos trabalhos da CPT (Comissão Pastoral da Terra) junto a comunidades quilombolas no interior do Maranhão, mais especificamente na região da Baixada maranhense, região em que o movimento surgiu. Esses trabalhos se deram, sobretudo, ao dar visibilidade às garantias Constitucionais existentes desde 1988, bem como auxiliando as comunidades nos processos de auto identificação e elaboração de relatos sintéticos a serem enviados a FCP (Fundação Cultural Palmares), como forma de assegurar a obtenção do certificado emitido pela Fundação, um dos passos no processo de titulação territorial das comunidades quilombolas. Nesse sentido, as ações do MOQUIBOM giram em torno de pequenos encontros que ocorrem nas comunidades quilombolas, pequenas ações em nível local na organização dessas comunidades,

bem como encontros maiores, em que ocorriam com a troca de experiências e vivências, a partir da construção de laços e da demonstração de pertencimentos étnicos em comum e situações de opressão compartilhadas por esses sujeitos. Como situa Marivânia Furtado (2012):

Reunidos a partir da mística da terra como dom de Deus e direito de todos que dela precisam, o primeiro encontro da articulação MOQUIBOM aconteceu no sítio dos “padres” em Mangabeira, povoado de Santa Helena. Embalados e motivados por cânticos que denunciam o descaso do poder público e a necessidade de luta dos despossuídos, essa articulação marcou o primeiro semestre de 2011 com mobilizações jamais vistas, sobretudo por se tratar de um movimento quilombola (FURTADO, 2012, p. 260-261).

Parte desses encontros ocorriam também em instalações ligadas a Igreja Católica, como o mencionado “sítio dos padres” no município de Mangabeiras, reunindo comunidades quilombolas, padres, estudantes universitários e setores próximos a CPT e alguns sindicatos. Nesse sentido, as ações da CPT se davam principalmente pela interlocução que a entidade confessional tem para com as comunidades rurais, pelo prestígio gozado pelos padres e pela atuação destes na mediação de conflitos e na resolução de questões pontuais. Nesse sentido, a CPT também funciona como um foco de mediação entre as comunidades quilombolas e o Estado, na medida em que ocorrem conflitos fundiários. Parte dessa mediação também ocorre por outras entidades, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Pescadores (CPP), Pastoral da Juventude (PJ), e outras entidades confessionais ligadas a Igreja Católica, situando esta instituição e as entidades a ela vinculadas como importantes atores sociais no campo. Como situa Alfredo Wagner Berno de Almeida (2014):

Ao se disporem como exercendo uma mediação dos antagonismos na área rural e, em decorrência, funcionando como interlocutores obrigatórios frente ao Estado, as instituições religiosas pressionam a estrutura agrária como forças sociais organizadas, deslocando politicamente outros mediadores externos porventura existentes. Ao eclodirem quaisquer conflitos de terra, que envolvam camponeses, grupos indígenas e latifundiários, eles passariam a ser tratados necessariamente pela intermediação desses dois centros de poder: Estado e Igreja (ALMEIDA, 2014, p. 70).

Essas ações de mediação de conflitos no campo, de lado dão lugar de destaque para a Igreja, seja frente ao Estado, seja para com as comunidades rurais que passam a procurar suas entidades para a resolução de questões. Nesse sentido, é a partir desse lugar de mediação privilegiado que ocorre o incentivo para a criação de um movimento social próprio de comunidades quilombolas, como é o caso do movimento supracitado. Dessa forma, o MOQUIBOM reivindica a rubrica de movimento social por conta de sua não institucionalidade, ou seja, ausência de sede fixa, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), ou qualquer formalidade além de seus membros agremiados e seu poder de mobilização junto às comunidades, realizando ocupações a órgãos públicos, passeatas e greves de fome, como forma de visibilizar a luta de comunidades quilombolas por direitos territoriais assegurados Constitucionalmente.

Como dado interessante tem-se a relação entre a CPT e o MOQUIBOM. Para vários integrantes do MOQUIBOM a entidade seria uma mãe, responsável por ter gerado um “filho” a partir de si, de quem é responsável, tendo zelo e cuidado pelo mesmo. Dessa forma, mais do que um auxiliar, uma parceira esporádica, a CPT se apresenta como principal entidade de apoio às ações do MOQUIBOM e com ele tendo uma relação estreita, que por vezes se confunde, na medida em que cede parte de suas instalações, orçamento e quadros no auxílio deste movimento. Como situa Catarino Borges, o Santinho, em entrevista ocorrida na sede da CPT em São Luís, em 2015:

A relação da CPT e do movimento é uma relação 100% mesmo, é 100% porque na verdade a gente considera nós que somos da coordenação da frente do movimento, nós consideramos a CPT como mãe do MOQUIBOM, porque na verdade ele teve no ventre, botou para fora, é igual menino na barriga de uma mãe, botou para fora, sentou, engatinhou e tá começando a andar, mas sempre ao lado da CPT. A CPT foi nossa mãe e a mãe nunca abandona o filho, até hoje, espero que de amanhã em diante não abandone também, que é um parceiro, uma mãe que criou.

Nesse sentido, a relação entre delegação e mediação parece caminhar numa linha tênue, em que “membros das instituições profissionais empreenderam o risco calculado de agir ou de falar em nome de camponeses ou de grupos indígenas, como se a delegação consistisse numa etapa necessária para alcançarem uma existência coletiva e, portanto, de direitos políticos que configuram a plenitude da cidadania (ALMEIDA apud BOURDIEU, 1990, p. 192). Portanto, a relação entre os quilombolas organizados no MOQUIBOM e a CPT, parece ter tons de dependência e não estar livre de certa dose contradição, na medida em que os quilombolas parecem estar estreitamente vinculados a formalidade assegurada por esta entidade, seus contatos e apoio de profissionais liberais a ela ligados, as possibilidades ofertadas em termos de divulgação e exposição de situações limite em meios eletrônicos ou impressos, assessoria e mobilização, através da transferência de prestígio, auxílio de advogados e outros profissionais, bem como a notoriedade e carisma que a entidade tem entre alguns setores sociais.

Por outro lado, pelo próprio prestígio gozado, as entidades profissionais têm a possibilidade de mobilizar e politizar a partir de novas matrizes discursivas os setores a ela vinculados. É assim que a partir de um “trabalho de repensar” de suas ações que a CPT passa a dar destaque à categoria quilombo em contraposição a categoria de posseiro nas atividades da entidade. Esse repensar reflete tanto o reconhecimento por parte da entidade das categorias e legislação específicas para o trato com a questão quilombola de maneira mais abrangente, como o entendimento da generalidade desta questão ao falar do Maranhão, isto a partir de sua própria inserção e atividades no meio rural. Como situa Fábio Silva, ex-agente pastoral da CPT, em entrevista ocorrida na cidade de Pinheiro em 2015:

A CPT Pinheiro, da qual eu faço parte, sempre teve um trabalho ligado as comunidades tradicionais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, posseiros e até que a gente foi conhecendo essa discussão das comunidades quilombolas, a questão da legislação e tudo e muitas das comunidades que a gente trabalhava com a categoria de posseiros, né, de posseiras, de posseiros, de comunidades quebradeiras de coco, são também comunidades quilombolas. Começamos o trabalho, eu sempre

coloco a parte com mais força a partir de 2010, um trabalho mais forte no município de Serrano e essas comunidades que a gente já conhecia na baixada, com esse trabalho, foi despertando o conhecimento de outras, também a gente foi levando essa informação sobre as comunidades quilombolas, os direitos que elas tinham, os direitos que elas tem e a gente sentiu que essas comunidades tavam, elas não tinham visibilidade nas suas lutas. Elas tavam lutando de forma isolada, cada comunidade lutando, resistindo, para manter os seus territórios, umas perderam, outras conseguiram manter em parte, outras conseguiram seu território, mas cada comunidade vinha lutando de forma muito separada, sem unir. Não existia aquele sentimento de um povo, de um povo quilombola. Existiam as lutas que vem desde a década de 1960, 1970, então essas lutas inclusive já existiam, então onde elas aparecem no caderno de conflitos da CPT de 2010 e 2011, aonde o caderno de conflitos da CPT dá um salto, dá um salto e o Maranhão desponta como o estado com maior número de conflitos. Mas não era que não existia os conflitos, os conflitos já existiam, estavam lá, não era publicizado, não tinha visibilidade de luta. Então, eu acredito que a grande sacada aí do trabalho da CPT foi juntar essas comunidades, né; colocá-las num encontro e começar a deixar eles se encontrarem e ver que os problemas eram comuns, né, o foro, a questão do impedimento de fazer uma casa, impedimento de buscar seus extrativismos do qual eles utilizavam, então esse, eu acho essa grande sacada de juntá-los e eles verem que o problema era comum e os unia pelas mesmas razões, então eu acho que isso foi um passo importante, a partir daí, das comunidades se encontrarem e começar a pensar que era necessário pensar uma lutar que desse direito aos territórios.

Nesse sentido, a partir da fala de Fábio Silva se tem a importância das ações da CPT no surgimento do MOQUIBOM. Como primeiro ponto, temos um repensar categorial a luz da própria realidade maranhense, que coloca sob suspeição o conceito de posseiro, historicamente utilizado pela CPT e Igreja Católica no trato de conflitos fundiários, e traz à tona formas de uso e pertenças étnicas que remetem a especificidade de parte significativa da população das comunidades rurais maranhenses, dando vazão ao conceito de comunidades quilombolas para o trato desta realidade e dos conflitos fundiários nela existentes.

Como segundo ponto, temos que a partir dos trabalhos da CPT passa a ter maior organização das lutas que já existiam por parte das comunidades quilombolas, agora munidas de certo referencial, apoiadas pela entidade confessional e conhecendo sua realidade, era também compartilhada por outras comunidades em situação semelhante.

Situações de pagamento de foro, típica forma de arrendamento da terra, pago através de produtos em espécie, como farinha ou arroz; situações de impedimento de construção de casas por parte de supostos proprietários para com as comunidades e outras situações de privação que passam a ser utilizadas pela CPT como formas de opressão vivenciadas pelas comunidades quilombolas que seriam recorrentes na realidade destas.

Outro dado refere-se à visibilidade dada as lutas dessas comunidades, bem como a situações de conflitos fundiários que a CPT passa a dar a partir de suas publicações anuais, como os Cadernos de Conflitos no Campo, especialmente nos anos de 2011, 2012 e 2013; entrevistas, através de publicações na internet e outros meios. Dessa forma, tem-se um processo de organização das comunidades

ocorrendo a partir das ações da CPT, criando um sentimento de “povo quilombola”, como comentado anteriormente por Fábio Silva.

Como uma questão interessante, se tem as possíveis motivações que podem ter gerado a criação de um novo polo de organização das comunidades quilombolas, para além da ACONERUQ. Como um primeiro entendimento, tem-se que o surgimento deste movimento social se deu pela ausência de atividades da ACONERUQ em certas regiões e municípios do Maranhão, como pontua Maria José Palhano, antiga coordenadora da ACONERUQ em entrevista em 2015:

Eu vejo a criação do MOQUIBOM como uma forma dos quilombolas que não estavam sendo assistidos e que a ACONERUQ tava deixando uma lacuna grande, se organizarem, se reorganizarem. E o que eu acredito, eu creio de verdade, que é bom. Não é ruim. Eu só acho que a gente não pode e nem deve se separar, acho que a gente deve andar juntos, juntar as forças porque quando a gente se junta a gente é forte. Quando a gente se separa a gente enfraquece. Quando uma toca para um lado, não dá pra fazer um amontoado, porque se dividiu, eu comparo isso com dois elos da corrente, um elo sozinho ele não faz nada, ele é muito frágil, mas quando você junta dezenas, centenas de elo, você tem uma corrente. Ai ela é forte.

Essa lacuna na representação das comunidades quilombolas do Maranhão é explicada em parte pela situação precária em que a entidade se encontrava. Porém, esse assunto mostrou-se de difícil trato, uma vez que exigia a exposição de questões internas da ACONERUQ, que giram em torno das prestações de contas, processos judiciais, uso dos recursos obtidos através de convênios com o governo federal e estadual e eleições de chapas para coordenação da entidade, o que fugia aos limites de confiança e a possibilidade de exposição dos sujeitos pesquisados. Nesse sentido, parte da discussão sobre ética nas pesquisas antropológicas tem girado em torno do:

...consentimento (formal ou informal) do grupo investigado, o tipo de informação que o pesquisado deve obter da pesquisa de que participa, a capacidade legal e intelectual dos entrevistados de entender a pesquisa proposta e as formas de coerção que podem estar envolvidas nessa relação (DEBERT, 2004, p.45).

O intuito da pesquisa não era expor a uma situação vexatória antigas lideranças e membros da ACONERUQ ou mesmo trazer à tona dificuldades na gestão dos recursos gerenciados pela entidade. Portanto, houve um cuidado calculado com “os riscos envolvidos na publicação dos resultados, porque nossas conclusões não podem constranger, humilhar ou trazer prejuízos para as populações estudadas” (DEBERT, 2004).

Por outro lado, como forma de diferenciar sua gestão das anteriores, responsáveis por genericamente, colocar a ACONERUQ em situação de “abandono” e “descrédito”, Maria José Palhano (2015), mesmo com certas ressalvas e limites, expunha sua opinião quanto a situação da ACONERUQ, não se privando de sempre que se sentindo invadida, solicitar que o gravador fosse desligado, pois “isso não pode ficar gravado”:

Eu acredito que com relação a ACONERUQ tava uma coisa muito debilitada porque apesar de dizermos que a ACONERUQ tava aqui, em defesa dos territórios quilombolas, em defesa da

comunidade quilombola, naquele momento ela não tava em defesa nem dela mesmo.

E continuava a comentar sobre o início de suas atividades, quando passou a compor a gestão da entidade como parte de uma “junta governativa” dada a situação de débitos para com funcionários e o imóvel que servia de sede para a entidade, este tendo inclusive sido alvo de ordem judicial de despejo, como comenta Maria José Palhano (2015):

Quando eu cheguei na ACONERUQ, eu costumo dizer que a ACONERUQ estava num estado bem precário, ela não tava nem mesmo mais sendo convidada para nada porque a forma como deixaram ela, deixaram ela de uma forma muito decadente, eu posso dizer assim, porque quando eu cheguei na ACONERUQ era um estado total de abandono, não tinha acontecido eleição, e eu vim para uma junta governativa enquanto já como presidente da junta, e para organizar a eleição porque não tinha acontecido a eleição segundo os antigos por falta de recursos, e ao chegar eu realmente constatei que era isso que tinha acontecido, porque uma semana depois que eu cheguei, chegou uma ordem de despejo, eram muitos débitos, aluguéis atrasados, funcionários atrasados, era muita coisa que tava pendente. Mas aí, depois de organizar o processo eu soube que eu também poderia me candidatar, aí eu me candidatei e ganhamos a eleição, uma eleição muito cheia de conflitos, porque tinha interesses particulares por trás das pessoas que não queriam que acontecesse eleição, mas aconteceu, né. E a gente ficou como coordenadora geral, então eu fui aí para frente de julho de 2010 lutar para ver se tirava, se resgatava pelo menos a credibilidade política da instituição.

Por outro lado, no entendimento de quilombolas pertencentes ao MOQUIBOM, o seu surgimento não está ligado propriamente a ausência de atuação da ACONERUQ em certas regiões do Maranhão, a sua inexistência em certos municípios ou comunidades, mas pelo tipo de ações realizadas pela entidade. Nesse sentido, o MOQUIBOM traria a tona formas de luta, instrumentos de mobilização e exposição das situações vivenciadas pelas comunidades quilombolas que estariam além dos limites da institucionalidade proposta ACONERUQ, como pontua em entrevista Catarino dos Santos Borges, o Santinho, membro do MOQUIBOM (2015):

A gente não atua naquele local que a ACONERUQ atua menos, mas sim em todas as regiões que a ACONERUQ atuava e tá atuando, nós também 'tamo' atuando. Até mesmo porque o movimento surgiu pela necessidade, da ausência da ACONERUQ não só em dois, três pontos, mas sim nos quatro pontos do Maranhão, porque é uma entidade que é pra representar as comunidades tradicionais, principalmente as quilombolas. É para fazer a representatividade dessa questão. Então, o MOQUIBOM atua em todos os motes que a ACONERUQ atuava e tá atuando. Eu não tenho a ACONERUQ e o MOQUIBOM como uma divergência, entre aspas também, né, na verdade hoje a ACONERUQ era para tá com a gente, porque quando nós entramos, no início, chamamos eles para vir com nós. Então, eles achava que, não sei se é verdade ou não, mas eles conversam que nós éramos uns doidos, com a questão do INCRA, para fazer as mobilizações, sem ter decisões nenhum

e sem ter capacidade de fazer o que nós fizemos. Pois nós mostramos para eles que nós éramos pequenininhos, hoje 'tamo' grande, 'tamo' com articulações maiores, né, éramos pequenininhos, mas fazemos a linha de grande. Então, essa linha de grande hoje surgiu em nível nacional. Então, o medo deles hoje é porque eles tiveram conhecimento que nós não éramos na verdade o que eles pensavam. Eles pensavam que na verdade, com certeza a CPT só ia botar nós na frente e deixar nós ir embora, caminhar, mas do início até hoje a CPT é nossa mãe e jamais vai abandonar nós.

Aqui, Catarino Borges, comenta uma das primeiras ocupações públicas realizadas pelo MOQUIBOM no ano de 2011, esta ocupação, situada na superintendência do INCRA/MA gerou certa situação de animosidade e farpas públicas trocadas entre os dois polos de organização quilombola. De um lado, o MOQUIBOM se apresentava com um setor radical, realizando uma das primeiras greves de fome em ocupações quilombolas, junto a protestos públicos e caminhadas, denunciado assassinatos no campo e a impunidade no caso da morte da liderança Flaviano Pinto, liderança da comunidade quilombola de Charco, alvejado por tiros.

Por outro lado, a ACONERUQ aparecia como a entidade que gozava de credibilidade frente o Estado e instituições públicas, mas sem qualquer controle ou possibilidade de intervenção na ocupação realizada, sem autoridade sobre os quilombolas acampados.

Outro aspecto pontuado em entrevista por Naildo Braga (2015), liderança do MOQUIBOM, seria o destaque dado para os processos de titulação dos territórios quilombolas por parte do movimento. Esse seria a principal pauta do movimento em suas ocupações e demais ações. Nesse sentido, para os quilombolas situados no MOQUIBOM esse seria um diferencial do quanto a ACONERUQ:

MOQUIBOM surgiu e atua principalmente em defesa da titulação dos territórios para as comunidades quilombolas. Porque foi uma necessidade que se alastra aí por muito tempo a questão da titulação das terras das comunidades quilombolas e que até então as instituições que existiam, os movimentos que existiam, nesse sentido, não tavam correspondendo à altura das demandas e também das necessidades que essas comunidades enfrentam. Então foi daí que surgiu o MOQUIBOM e daí que ele atua principalmente nessa linha aí, de titulação das áreas das comunidades quilombolas.

Nesse sentido, há aqui o apontamento quanto a existência de rivalidade entre os segmentos que organizam as comunidades quilombolas no Maranhão, havendo certa disputa, ou mesmo, desconforto generalizado entre estes quanto divisão de espaços públicos e desentendimentos na leitura das ações empreendidas e formas de compreensão do cenário político por ambos os polos organizativos.

Esse fator se mostrou como um adicional nas pesquisas realizadas, na medida em que o caminhar em campo, a tentativa de estabelecimento de laços que vislumbassem o acesso simultâneo a informações e projetos relativos ao MOQUIBOM e a ACONERUQ era um “pisar em ovos”, que em vários momentos, o campo mais parecia um “campo minado”, dadas desconfiças e cobranças por parte dos sujeitos pesquisados. Porém, o mesmo campo cheio de minas, se mostrou um espaço de reflexão sobre o *métier* antropológico, na medida em que mais do que produzir literalizações, ou mesmo esquemas de tipificação social, em nosso ofício tem sido considerado desafiador uma produção antropológica que busque devolver o que

estudamos a sua cotidianidade, ao seu lugar comum e simples, devemos perceber que

...parte de nossa tarefa consiste em descobrir por que aquilo que as pessoas que estudamos fazem e dizem parecem-lhes, eu não diria evidente, mas coerente, conveniente, razoável. Mas a outra parte consiste em estar sempre se interrogando sobre até que ponto somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, até que ponto somos capazes de suportar a palavra nativa (GOLDMAN, 2006, p. 167).

Assim, o campo aparece menos um laboratório frio e asséptico e mais como um espaço carregado de contradições, esquemas de poder e disputas, em que de um lado os sujeitos são carregados de intencionalidades e desejos, por outro, constantemente nossas capacidades são colocadas à prova e dribladas pelas experiências ali vivenciadas e partilhadas com esses sujeitos.

Por fim, comento uma interessante estratégia adotada pelo MOQUIBOM, a aproximação de outros povos e comunidades tradicionais, tendo em vista não apenas realizar grandes atos e protestos públicos relacionados a processos de demarcação e titulação de territórios, situações de violência contra lideranças ou grandes empreendimentos públicos ou privados em rota de colisão com as vidas destas comunidades, mas a possibilidade de viver “vidas em aliança”, vidas partilhadas em meio às diferenças e similitudes.

3. “VIDAS EM ALIANÇA”: MOQUIBOM, TEIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS NO MARANHÃO

Em meio ao meu trabalho de campo, acompanhando protestos e ações do MOQUIBOM não era atípico, entre as mobilizações de comunidades quilombolas, ter a presença de outros segmentos sociais, como quebradeiras de coco babaçu, indígenas, pescadores artesanais e camponeses, por exemplo. Esses sujeitos estavam também expressando suas demandas, dividindo situações de privação e ecoando pautas em conjunto com comunidades quilombolas. Nesse sentido, o MOQUIBOM tem investido no trabalho com diferentes segmentos sociais, “com todos os povos”, dando ênfase a possíveis alianças a serem firmadas com esses segmentos sociais, conforme falas de suas lideranças. Ao ser perguntado como se dá esse trabalho, Borges (2015) pontua que:

A partir do momento que é uma comunidade tradicional, indígena, quilombola, ribeirinho, então, abraçamos a causa deles. Nós não podemos dividir nosso povo. Nós dependemos do nosso território livre. É o objetivo do MOQUIBOM ter uma bandeira levantada, ter território livre. E o território livre onde tenha saúde, educação, o lazer também, o respeito, porque o racismo hoje é muito grande, é muito grande nas comunidades tradicionais, principalmente com nós quilombolas, principalmente o pessoal que tá na coordenação do MOQUIBOM, até hoje tem discriminação e racismo contra nós. “Tamo” fazendo a nossa parte, defender os territórios em prol da liberdade dos negros.

Nesse sentido, o MOQUIBOM tem investido em ações que comunguem com outros segmentos, sobretudo com indígenas, pescadores artesanais, comunidades extrativistas e camponesas; o que extrapola as pautas das

comunidades quilombolas em si, dando dimensão do que significa a demanda territorial para estes sujeitos. Essa estratégia já havia sido registrada em ocupações ao INCRA em 2011, quando indígenas estiveram presentes nas primeiras ocupações deflagradas pelo movimento (SOUSA, 2013). As tentativas de estreitamento de laços e criação de formas de alianças com segmentos indígenas e outros têm girado, sobretudo, na defesa de direitos territoriais, com a tentativa de se criar um polo expandido de protestos, em tom organizado e ações afinadas, criando alianças entre as comunidades tradicionais na defesa de direitos e garantias a partir de marcos constitucionais.

Assim, vemos a produção de uma comunidade extensa, sendo esta, sobretudo, uma comunidade política, em que o movimento de comunidades quilombolas estabelece pertencimentos e laços, estes sendo moldados no sentido de possibilitar afinidades, tendo em vista a defesa de certas conquistas, bem como buscando estreitar as lutas territoriais com segmentos sociais considerados semelhantes. É dessa forma, que se cultivam vínculos relacionados à crença de uma situação análoga entre indígenas e quilombolas, ou mesmo na seleção de semelhanças a partir de entendimentos que percebem similaridades entre as vivências, a valorização de estilos de vida vistos como diferentes e particulares (ARRUTI, 2014).

A partir de pistas dadas por M. Banton (1979), um grupo étnico se constituiria na reversão e positividade das marcas impressas pelo racismo a determinados agrupamentos sociais, na positividade dos estigmas, ocorrendo a valorização dos indivíduos entre si e dos pertencimentos que os ligam através das marcas da estigmatização. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível perceber a criação de uma comunidade extensa por parte do MOQUIBOM, ao tentar canalizar de forma impulsionadora os estigmas considerados análogos a indígenas e quilombolas, ou seja, a etnicidade também deve ser vista como o constructo que almeja a criação de laços e pertencimentos baseados em uma comunidade política extensa que percebe como se impõem cicatrizes e lugares sociais que podem ser vistos como semelhantes entre si. Assim, em meio a um movimento que se esforça para agregar comunidades quilombolas dentro de si, há constantemente também o esforço para a criação de redes de solidariedade próximas de outros segmentos sociais.

Com a expectativa de troca de vivências e conhecimentos, foi realizado o II encontro dos povos e comunidades tradicionais, o II Encontro, como é conhecido entre os quilombolas, na comunidade de Taquaritiua, comunidade indígena da etnia Gamella que reside no interior do município de Viana, Maranhão. Neste encontro, ocorrido entre os dias 27 de fevereiro e 1º de março de 2015, houve a participação do MOQUIBOM, bem como de quebradeiras de coco ligadas ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), indígenas de diferentes etnias (Krikatí, Krenyê, Guajajara, Gavião, Ka'apor e Kayapó), posseiros, padres e freiras católicas e entidades confessionais, como CIMI e CPT.

Durante três dias em um barracão de palha decorado com bandeiras, adornos coloridos, cofos de palha, faixas, tambores, potes de barro e símbolos que remetiam aos segmentos presentes, cerca de 200 pessoas debatiam sobre formas de organização e vivências em comum entre as comunidades presentes, sob o lema "territórios livres – tecendo o bem viver". Um dado interessante refere-se aos agentes confessionais ligados ao MOQUIBOM: são os mesmos que passam a desenvolver trabalhos com a comunidade indígena Gamella, com pautas junto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o que reforça laços entre quilombolas membros do MOQUIBOM e os Gamella, bem como cria a possibilidade de desenvolver estratégias em comum.

Em meio às falas de apresentação no II encontro, para Pe. Clemir Batista

(2015) o que mais ligava e ao mesmo tempo sintetizava os diferentes segmentos ali presentes eram os seus modos de vida diferentes da lógica capitalista, suas práticas antagônicas a esse sistema socioeconômico:

A memória dos nossos pés, de onde passamos, de onde pisamos e o que temos vivido em nossos territórios não é passado. É preciso atualizar isso, lutar por isso. São os nossos rituais que lembram quem somos, que dizem sobre nós. É preciso valorizar isso. Nosso modo de vida é baseado na produção livre e sábia. Nosso modo de vida não nos escraviza, temos autonomia, tempo para nossa vida e uma relação com a natureza que não é para a produção.

A partir do exposto por Pe. Clemir Batista, os segmentos presentes estariam unidos pelos seus modos de vida diferentes das práticas mercantis, de uma relação respeitosa para com a natureza, o que os tornaria similares entre si, aliados frente a antagonistas, na luta pela efetivação de direitos e garantias territoriais e um possível projeto de futuro em comum. Assim, se iniciam relatos dos presentes sobre problemas e tentativas de respostas que ocorrem nas próprias comunidades.

Para Genival, quilombola de Santo Antônio dos Pretos, no município de Grajaú, “se nós não se une não existia mais nada em nosso território, é na forma de cuidar das matas e dos nossos animais que tá a resposta”; já para Antônio, da comunidade quilombola de São João dos Britos, em Turiaçu, “na nossa comunidade tudo é coletivo, tudo tá para ser dividido”; por sua vez, Zé Maria, da comunidade de Mamurana, relata que “em nossa comunidade tem companheiro que se danou para tirar tudo quanto é madeira, tem companheiro que alimenta história para o dito proprietário. Queimaram a minha casa e de outro membro da associação”; para Gil Quilombola, “o território é o nosso espaço para viver, é o lugar de nossas festas, que reúne gente que nem mora lá e vai, é o espaço que faz falta”.

Assim, são ressaltadas relações históricas de descaso, racismo e exploração que colocariam indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses em posição semelhante, simétricas em termos de grupos marginais ao sistema capitalista, bem como possíveis respostas para os problemas vividos. É nesse contexto que conheço que está sendo montada uma rede que articula esses segmentos a partir do que denominaram como Teia de Povos e Comunidades Tradicionais, no intuito de incentivar práticas de organização coletiva, formas de autogestão e experiências emancipatórias. Dessa forma, entendo que o lema “territórios livres – tecer o bem-viver” é a tentativa de vincular as ações de indígenas, quilombolas e demais segmentos presentes em um único eixo de estratégias, a partir de um conceito em que caibam todos os presentes e ajude a fornecer possíveis respostas e formas de leitura das realidades presentes.

Para Rosimeire Diniz (2015), coordenadora do CIMI no Maranhão, o que uniria os presentes ali sejam eles indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco, era uma situação de semelhança, de terem sido colonizados por uma lógica predatória e mercantil, por terem suas práticas e valores constantemente desrespeitados, acentuando que a colonização imposta aos indígenas e negros significou perdas, nos termos de:

Estarmos dominados. As pessoas, seus territórios, trabalho, natureza, a espiritualidade, modos de vida e mentes foram submetidos a um senhor. Nós fomos inferiorizados, mas fomos porque há alguém que nos obrigou a acreditar que existe um superior, um correto e que

nós fazemos errado, somos feios e ignorantes.

Nesse sentido, ganham relevo práticas e projetos assentados na valorização de outras formas de relação dos seres humanos entre si e para com a natureza, projetos com modelos que se propõem como alternativa ao conceito de desenvolvimento e bem-estar, com a valorização de práticas e saberes indígenas e de comunidades quilombolas. Esse tipo de discurso é incorporado às falas dos presentes no encontro, no sentido de que tecer o bem-viver é defender os territórios, estar ao lado dos marginalizados, no combate ao latifúndio e ao agronegócio.

Este conceito parece oferecer expectativas para a tentativa de articulação entre indígenas e quilombolas no Maranhão, no sentido de aproveitar as práticas organizativas e de autogestão, práticas de respeito mútuo entre seres humanos e não humanos, numa relação que harmonize produção e equilíbrio da vida entre segmentos marginalizados.

Como eixo diretamente relacionado ao tecer o bem viver aparecem os territórios livres como balizador do II encontro, como uma pauta que relaciona diretamente esses segmentos reunidos e sua ligação com seus “espaços ocupados por significados” (GODÓI, 2014), o desejo que estas pessoas têm de ver seus territórios respeitados, bem como a possibilidade de denúncia, havendo não apenas trocas de experiências, como também o firmamento de compromissos entre os segmentos presentes a partir da criação da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais, conforme carta emitida pelo acampamento:

Compartilhamos nossos saberes e fazeres, o trabalho em mutirão, o respeito pelo tempo da terra, o cuidado com nossas águas, nossas matas, com os animais. Compartilhamos também nossas preocupações, angústias, temores, diante das diferentes ameaças e violências que nos cerca. Denunciamos o avanço do latifúndio, a mineração, o genocídio da juventude negra, promovida, inclusive, por agentes do Estado. Denunciamos ainda os megaprojetos, promotores de um suposto desenvolvimento, apoiados pela retirada dos nossos direitos, via poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Diante desta realidade, estamos assumindo um compromisso de tecer uma rede de povos e comunidades tradicionais com o objetivo de articular nossas lutas e resistências em vista da garantia e preservação dos nossos modos de vida e territórios demarcados pelos nossos pés (II ENCONTRO, 2015, p. 1).

Ao atentar para as diferentes territorialidades expressas, percebem-se mecanismos de uso, apropriação, criação de vínculos e formas de pertencimento, bem como aos processos de significação conferidos pelos sujeitos. Mais do que falar em mera função material ou de recursos naturais, atenta-se para dimensão simbólica, a ocupação constante feita pelas pessoas. Assim, os territórios são ocupados pela vida desses sujeitos, atravessados por suas formas de trabalhar, viver, compartilhar, se identificar mutuamente, bem como por suas angústias e temores, chamando atenção a recorrência com a qual estas remetem aos seus territórios, somando diferenças e agregando demandas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão buscou analisar as diferentes facetas do Movimento

Quilombola no Maranhão. Para isso, expôs de forma genérica o processo de formação de seus segmentos, seja a ACONERUQ, seja o MOQUIBOM e suas devidas relações com entidades de mediação, chamou atenção também para as diferentes estratégias e leituras políticas em termos de (im)possibilidades de ação. Nesse sentido, registrou certa crença em instâncias de participação e gestão de políticas públicas por parte do primeiro segmento, e por outro lado, um setor mais movimentalista e adepto de esquemas de ação direta no segundo caso.

Por fim, registrou a estratégia de se estabelecer unidade com diferentes povos e comunidades tradicionais, tendo em vista a defesa de seus modos de vida e territórios, criando a possibilidade de “vidas em aliança”, somando diversidade e identidade no que se tem chamado de Teia de Povos e Comunidades Tradicionais.

5.REFERÊNCIAS

AGIER, M. Pensar el sujeto, descentrar la antropología. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 35, p.9-27, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/1360/1306>. Acesso em 11 out. 2018.

ALMEIDA, A. W. B. Agionarmento Agônico: a trajetória de instituições religiosas como mediadoras de conflitos agrários na Amazônia. *In*: LACERDA, P. M. (Org). **Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e educação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento**. São Luis: ECN / SMDH / PVN, v.1, 2002.

ARRUTI, J. M. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio Janeiro, v.3, n.2, out. p. 7-38, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

BANTON, M. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1979.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

Clifford, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. GONÇALVES, J. R. S. (Org.), 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CARTA DO II ENCONTRO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, São Luís: **Jornal Vias de Fato**, 2015.

DEBERT, G. G. Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica. *In*: OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E; ORO, A. P. (Orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/AntropologiaEtica.pdf>. Aceso em: 12 out. 2018.

ESTATUTO DE REFORMULAÇÃO DA ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), 2007.

FABIANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. *In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. 2007, São Leopoldo: **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. p.1-10. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

FABIANI, A. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Estudios Historicos**, n. 2, p.1-19, ago. 2009.

FRAVET-SAAD, J. Ser afetado. *In: Cadernos de campos*, n. 13, 2005.

FURTADO, M. L. S. **Aquilombamento no Maranhão**: um Rio Grande de (im)possibilidades. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.

GODÓI, E. P. Territorialidade. *In: SANSONE, L.; FURTADO, C. (Org.) Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador, UFBA, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *In: Etnográfica*, Lisboa, v.10, n.1, p.161-173, maio. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a08.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **Vida de negro no Maranhão**: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. Coleção Negro Cosme, v. 4. São Luís: SMDH, CNN-MA, PVN, 2005.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte de resistência**: discursos ocultos. Portugal: Letra Livre, 2013.

SOUSA, I. T. S. **Movimentos sociais e poder**: um esboço sobre a emergência do movimento negro no Maranhão. 65 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, São-Luís, Maranhão, 2013.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margem normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não

precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demorado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BILIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria: Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

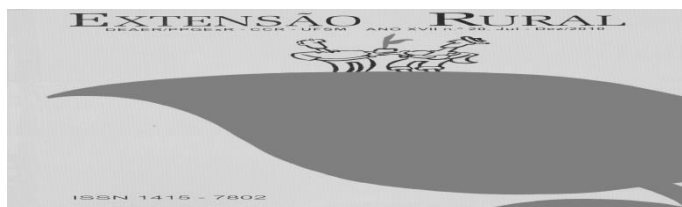
b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos		O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar
	12,3	
	4,5	
	6.789,1	
	123,0	

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.